

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E PERSPECTIVAS DE VIDA DE
MULHERES FUMICULTORAS: articulando gênero e trabalho**

MARIA DE LOURDES TAMANINI CIPRIANI

FLORIANÓPOLIS, DEZEMBRO DE 1998

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E PERSPECTIVAS DE VIDA DE
MULHERES FUMICULTORAS: articulando gênero e trabalho**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

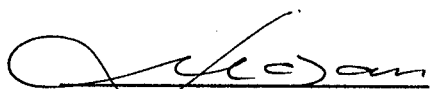
MARIA DE LOURDES TAMANINI CIPRIANI
FLORIANÓPOLIS, DEZEMBRO DE 1998

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E PERSPECTIVAS DE VIDA DE
MULHERES FUMICULTORAS: articulando gênero e trabalho**

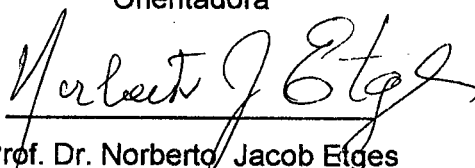
Maria De Lourdes Tamanini Cipriani

Esta dissertação foi julgada e aprovada em
sua forma final pela Orientadora e Membros
da Banca Examinadora, composta pelos
Professores:



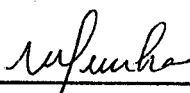
Profa. Dra. Joana Sueli De Lazari

Orientadora



Prof. Dr. Norberto Jacob Etges

Membro



Profa. Dra. Maria Teresa Santos Cunha

Membro



Profa. Dra. Edel Ern

Suplente

Florianópolis, 18 dezembro de 1998

Dedicatória

Para Alexandre... e ao filho que planejamos ter... que, no futuro, ele ou ela encontrem um mundo melhor, onde homens e mulheres tenham os mesmos direitos à cidadania.

AGRADECIMENTOS

Nenhuma dissertação resulta de um trabalho estritamente individual. Há, sempre, nela, contribuições coletivas. Aos responsáveis por estas contribuições, eu gostaria de agradecer.

- Aos meus colegas de Mestrado pelo carinho e apóio.
- Ao Prof. Newton Benvenuto Cadornin, do colégio Estadual Francisco Mazzola de Nova Trento, pela correção do texto.
- Ao colega Afonso Gon, pela tradução do riassunto.
- Às plantadoras de fumo, que dispuseram de sua vida e do seu tempo ao meu serviço durante as entrevistas.
- À Profa. Dra. Edna Maciel Fiod, por ter sido a primeira a conhecer, apoiar e discutir o plano desta dissertação.
- Agradeço a minha irmã Marlene, pelas leituras e sempre valiosas sugestões.
- Aos Professores Norberto Jacob Etges e Maria Ignês Silveira Paulilo, pelas preciosas contribuições, quando da qualificação do projeto desta dissertação.
- Aos Professores, Valentim José Marcolla e Inês de Aguirre Tamanini, diretores do Colégio Estadual Francisco Mazzola, que sempre, prontamente e gentilmente, atenderam meus pedidos.
- As funcionárias da Secretária de Educação do Estado de Santa Catarina Dalva e Sueli, pela competência profissional.
- De modo especial, quero agradecer à minha orientadora, Dra. Joana Sueli De Lazari, que se dispôs a orientar esta dissertação, quando a pesquisa e suas questões estavam já a meio caminho, e que leu as várias versões desta dissertação, discutiu-as e tornou-as bem melhor do que seria, devido a sua orientação.

SUMÁRIO

RESUMO

RIASSUNTO

OBJETIVOS

INTRODUÇÃO01

PARTE I

SITUANDO O TEMA:

A FUMICULTURA E A SOUZA CRUZ.....	06
A fumicultura em Santa Catarina.....	07
O município de Nova Trento e a cultura do fumo.....	10
TRABALHO FEMININO NO BRASIL: <u>ALGUMAS CONCEPÇÕES TEÓRICAS</u>	17
Trabalho feminino no setor agrícola.....	30
Trabalho agrícola em Santa Catarina.....	33
REFERENCIAL DE ANÁLISE.....	37

PARTE II

METODOLOGIA DE PESQUISA	51
PERFIL DO GRUPO ESTUDADO.....	54

PARTE III

CONHECENDO AS REPRESENTAÇÕES	60
1. REPRESENTAÇÕES SOBRE A VIVÊNCIA DE GÊNERO NO ESPAÇO DOMÉSTICO	
1.1 O doméstico em alguns momentos históricos.....	63
1.2 O doméstico na representação das fumicultoras.....	78
1.3 O doméstico e a vivência de gênero.....	90
2. REPRESENTAÇÕES SOBRE SI MESMAS	
2.1 O que as mulheres fumicultoras pensam de si mesmas?.....	99
2.2 Representações sobre o corpo e a família, articulados ao gênero, às condições de trabalho, à roça e à cidade.....	110

2.3 Representações sobre si mesmas, articuladas às condições de trabalho e às perspectivas de vida, na interação com gênero.....	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
BIBLIOGRAFIAS.....	154
ANEXO.....	165

RESUMO

Esta dissertação versa sobre as representações sociais e as perspectivas de vida elaboradas pelas mulheres fumicultoras sobre si mesmas, a partir da articulação entre gênero e trabalho.

Inserimos nosso objeto de estudo no conjunto de questões que dizem respeito a sua relação com a indústria fumageira Souza Cruz, cuja organização da produção se dá na força de trabalho familiar em suas propriedades.

Nosso olhar está voltado à situação de trabalho das fumicultoras, sob os efeitos do capital, articulado às relações estabelecidas com seus companheiros e filhos, e com o campo simbólico socialmente construído que, em geral, prescreve um modelo ideal, através do qual a mulher se reconhece e é reconhecida socialmente.

Buscamos compreender, através das representações sociais, como os aspectos do trabalho, articulados às suas relações de gênero, são vinculados à representação cultural que fazem sobre si mesmas e quanto isso lhes possibilita construir perspectivas de vida, uma vez que, no grupo estudado, a construção de gênero é essencializada a partir do sexo biológico, legitimada pelo sexo cultural, e perpassada por relações com significados diferenciados e desfavoráveis para as mulheres.

Quanto à metodologia de pesquisa, optamos por uma abordagem qualitativa, baseada em entrevistas semi-estruturadas (26 fumicultoras e 3 instrutores técnicos), guiadas por um roteiro de perguntas, capazes de atender os diferentes aspectos propostos pela pesquisa.

Apontamos para a necessidade de se trabalhar a educação numa perspectiva de gênero, e propormos novos espaços de trabalho na escola e na comunidade, capazes de envolver, também, as pessoas que não freqüentam a escola e, com a participação da igreja, do poder público e das instituições de ensino, desenvolvermos ações voltadas para a desconstrução de linguagens e comportamentos promovedores das desigualdades entre os sexos, assim como para a construção de novos significados que possibilitem aberturas para uma vivência mais igualitária entre as pessoas.

RIASSUNTO

Questa dissertazione riguarda le rappresentazioni sociali e le prospettive di vita elaborate dalle donne che lavorano con la coltivazione di tabacco secondo sé stesse, a partire dall'articolazione fra genere e lavoro.

Abbiamo inserito il nostro oggetto di studi nell'insieme delle questioni che riguardano il loro rapporto con la ditta Souza Cruz, la cui organizzazione di produzione avviene nella forza del lavoro familiare presso le loro proprietà.

Il nostro sguardo è rivolto alla situazione di lavoro delle donne che lavorano con il tabacco, sotto gli effetti del capitale, articolando i rapporti stabiliti con i loro compagni e figli, e con il campo simbolico socialmente costruito che, in generale, prescrive un modello ideale, per mezzo del quale la donna si riconosce ed è socialmente riconosciuta.

Cerchiamo di capire, tramite le rappresentazioni sociali, come gli aspetti del lavoro, articolati alle sue relazioni di genere è essenzializzata a partire dal sesso biologico, legittimata dal sesso culturale, e trapunta da rapporti con significati diversi e sfavorevoli alle donne.

Per quanto riguarda la metodologia di ricerca, abbiamo optato per un abordaggio qualitativo, basato sulle interviste semi-strutturate (26 lavoratrici e 3 tecnici), guidate da un itinerario di domande, addatte a soddisfare i diversi aspetti proposti dalla ricerca.

Vorremmo mettere in rilievo la necessità di lavorare l'Educazione in una prospettiva di genere, e di proporre nuovi spazi di lavoro nella scuola e nella comunità, in grado di coinvolgere, addirittura, le persone che non frequentano la scuola e, con la partecipazione della chiesa, del potere pubblico e delle istituzioni di insegnamento, sviluppare delle azioni dirette al rovesciamento di linguaggi e comportamenti che impediscono la parità dei sessi, bensì come per la costruzione di nuovi significati che rendano possibile l'accesso ad un *modus vivendi* più paritario fra tutte le persone.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Conhecer, a partir da articulação entre gênero e trabalho, o significado das representações sobre si mesmas e das perspectivas de vida, elaboradas pelas mulheres fumicultoras.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1- Analisar a vivência de relações de gênero das fumicultoras no espaço doméstico;
- 2- Analisar a influência das condições de trabalho e relações de gênero das fumicultoras na construção das representações sobre si mesmas;
- 3- Conhecer o significado das perspectivas de vida, elaboradas pelas fumicultoras.

PERGUNTAS

- 1- Que representações sobre si mesmas são construídas pelas fumicultoras na relação com o seu processo de trabalho, articulado à experiência de gênero?
- 2- A experiência de trabalho experimentada pelas mulheres fumicultoras, articulada ao gênero, permite representações viabilizadoras de alguma autonomia?

INTRODUÇÃO

É esperado delas... como esposas, honestidade, fidelidade ao marido, dedicação ao lar; como mães, aconchego, segurança, ternura. Para a comunidade... apenas esposas, sem nome, a mulher do sr. Fulano e, entre santas ou prostitutas, melhor que escolham a santa. Do trabalho fora do lar, apenas "ajuda" ao orçamento doméstico; quanto ao trabalho doméstico, além de ser "naturalizado" como de mulher, não cansa, "é leve". Todos esperam que elas sejam tudo... sejam tudo, para os outros. Elas, de si, pouco sabem... sabem o que é exigido que sejam, sentem medo... às vezes até se acham menos capazes, outras, criam coragem e gritam, mas outro trabalho as chama. No fundo, sabem do seu potencial e que, também, podem jogar quantos jogos puderem aprender, ou a moldura cultural lhes permitir. Elas são mulheres, mulheres donas de casa, agricultoras, cada qual com sua história, sufocadas, escondidas... reprodutoras do gênero.

Esta dissertação tem por objetivo verificar o significado das representações sociais e das perspectivas de vida, elaboradas pelas mulheres fumicultoras sobre si mesmas, a partir da articulação entre gênero e trabalho, no município de Nova Trento/SC.

É importante perceber que as representações sociais de um determinado grupo social são construídas na articulação com diferentes elementos e, sobretudo, na concretude da experiência, reelaborada pelo grupo; na interação que se dá a partir do contexto político, religioso, econômico, social e histórico em que este se encontra. Ao estudarmos as representações sociais, elaboradas pelas mulheres fumicultoras, mostra-se fundamental a interrelação estabelecida com esses elementos e, de modo particular, a construção de um sistema representacional engendrado a partir da experiência de gênero, articulada às condições de trabalho, vivenciadas no espaço doméstico, e fora dele.

Assumindo, em nossa abordagem, que o presente de um grupo não se constrói de forma isolada em relação ao seu passado, é importante inserirmos nosso objeto na historicidade das questões agrárias no Brasil. Portanto, faremos, neste processo introdutório, uma breve digressão histórica que nos possibilitará compreender o presente conforme expressado nas falas das interlocutoras, enquanto resultado de sua experiência, reelaborada a partir de um caminho que tem sua amplitude em fatos históricos de um contexto mais global, localizado na forma como se deu o desenvolvimento das questões agrárias no Brasil.

No período compreendido entre 1940 a 1980, as questões agrárias, no Brasil, se desenvolveram dentro do contexto político, iniciado em 1930: a chamada modernização conservadora que, segundo Bastos (1985), significava a introdução do capitalismo no campo, transformação na forma pela qual se verificava, até então, a produção, mudança paulatina das relações de trabalho e manutenção da estrutura agrária, já que a modernização, sendo conservadora, reforçou o assalariamento e não a distribuição de terras.

A questão agrária deve ser pensada a partir das relações entre indústria e agricultura, o que significa afirmar que são as condições do capital que se colocam como mediação, e que dão sentido a uma determinada estrutura agrária. Portanto, a expansão da agroindústria Souza Cruz não é um fato isolado. Há um reconhecido florescimento econômico nos anos 50, que vem no bojo das ideologias desenvolvimentistas, como atestam Jaguaribe (1989) e, sobretudo, as análises e propostas da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina).

A cultura do fumo está situada dentro de uma realidade agrária, que é a agroindústria e o sistema integrado¹. Para melhor compreendermos esta questão, faz-se necessário destacarmos algumas contribuições teóricas que, a grosso modo, representam o conjunto de discussões acerca do desenvolvimento industrial na agricultura.

¹ Segundo Paulilo (1990), são produtores integrados, aqueles que, recebendo insumos e orientação técnica de uma empresa agroindustrial, produzem matéria prima exclusivamente para ela.

Segundo Strohsschoen (1994), dentre os principais debates sobre os grandes períodos do desenvolvimento industrial, pode-se considerar que as discussões giram em torno de variáveis como: a questão da renda, o processo de trabalho na agricultura, e o domínio da natureza sobre a atividade agrícola.

Num primeiro momento, a questão da renda aparece como variável principal, e corresponde à integração da agricultura e sua subordinação à dinâmica industrial. A capacidade do capital para revolucionar continuamente o processo de produção, depende da constante redefinição da natureza e das dimensões dos meios de produção. O controle efetivo da terra depende da eficácia dos insumos agroindustriais e passa a ser um processo subordinado ao capital. Dentre as tradições teóricas que contribuíram para a compreensão da relação indústria/agricultura, destacamos: Marx, Lênin, Kautski, Chayanov.

Num segundo momento, que corresponde à fase pós-guerra, e que se expressa na agricultura sob a forma de agroindustrialização do campo, o centro das discussões gira em torno das peculiaridades do processo de trabalho na agricultura, viabilizando as condições da produção familiar. Entre os estudiosos, destacamos Silva et alii (1983), Paulilo (1990), Porto e Siqueira (1994), Lamarche (1993), Martins (1981).

O desenvolvimento agro-industrial constitui-se dentre outras correlações, como uma ação empreendida pelos capitais industriais, a fim de reduzir o controle e a importância da natureza sobre a produção rural. A mecanização vem, inicialmente, reduzir os limites impostos pela terra. Posteriormente, o conhecimento científico se dirige para um esforço contínuo de dominar os segredos da produção biológica e propiciar melhorias na qualidade e quantidade da produção.

Nesta fase pós-guerra, um enorme esforço de modernização foi empreendido pelo Brasil, no sentido de desenvolver sua industrialização, ampliar sua própria capacidade

científica tecnológica, combinando contribuições provenientes das empresas com o aperfeiçoamento do seu sistema universitário. A preocupação com a transformação e modernização da agricultura também se apresenta nos anos subsequentes, passando a constituir palavra - chave, tanto do mundo empresarial, como de grupos internacionais, como podemos constatar no discurso de Walt Rostow, representante norte americano na aliança para o progresso, São Paulo 1964:

“...o desenvolvimento industrial, na América Latina, não pode prosseguir adequadamente, a menos que as áreas rurais sejam incluídas no processo de crescimento, tanto como fonte de suprimento de produtos agrícolas, quanto como mercado para os produtos industriais (Martins,1981:94)”.

Paulilo (1990), faz uma análise da discussão sobre a necessidade de modernização no campo brasileiro. Utiliza, inicialmente, o conceito de Jacques Lambert “dualismo estrutural”, de seu livro “Os Dois Brasis”; nele, o autor coloca que o Brasil era um país com duas estruturas: uma atrasada e a outra adiantada; por um lado, um setor industrial dinâmico. E, por outro, uma agricultura de subsistência que precisava ser desenvolvida. Para a autora, esta representação justificou políticas de modernização no campo brasileiro. Assim, desenvolvendo-se o setor “atrasado”, o país deixaria de ser subdesenvolvido. Aponta, como críticas a esta postura, os argumentos de Duarte e Queda (1974), e Martins (1975). Para estes autores, o setor “adiantado” e “atrasado” seriam faces da mesma moeda, isto é, um se sobressaindo com o que era extraído do outro, de forma que os produtos agrícolas necessitavam ser vendidos a preços mais baixos, para que os salários, na cidade, pudessem ser menores, facilitando a acumulação industrial.

Para Paulilo (1990), os conceitos de “subsunção formal e real” (o mesmo sentido se atribui a subordinação formal e real), que encontramos no capítulo inédito do livro “O

Capital” (Marx, 1978), propiciaram novas análises sobre a articulação entre capital e pequena produção:

“A subsunção formal corresponde à subordinação, pelo capital, de um processo de trabalho preexistente ao processo capitalista, através do prolongamento do tempo de trabalho, isto é sob a forma de extração de mais valia absoluta. A subsunção real se dá quando há extração de mais valia relativa, isto é, o modo de produção capitalista transforma o próprio processo de trabalho (Marx apud Paulilo, 1990: 13)”.

A agricultura enfrentou e enfrenta transformações que representam a sua adequação ao sistema capitalista. As mudanças ocorridas nas últimas décadas foram impulsionadas pelo processo de industrialização dos diversos países latino americanos, processo, este, presidido pelo capital monopolista, significando a transformação da “base natural” em que se assentavam as economias.

Na esteira destes e outros acontecimentos é que podemos inserir e compreender a Souza Cruz, uma grande empresa fumageira. Falando dos plantadores de fumo, não estamos diante de pequenos empresários capitalistas rurais que organizam sua produção sob um cálculo de custo de produção e de preço de produção que deve cobrir os custos, incluir um lucro médio e, como proprietários, uma renda fundiária. Ao contrário, estamos frente a um tipo de organização da produção com base na força de trabalho familiar em suas pequenas propriedades, onde não operam as mesmas leis de um empresa capitalista. Surge, daí, a importância de compreendermos o nosso objeto, inserido na forma como o capital subordina a totalidade da força de trabalho, vinculando, a si, cada família, ainda que trabalhando isoladamente.

Nesse sentido, é necessário esclarecer que as considerações sobre a fumicultura e a Souza Cruz, servirão como contextualização para nosso objeto, visto que é a partir desta experiência, que nos propomos a entender as representações das mulheres fumicultoras, no município de Nova Trento. Suas representações sobre si mesmas, a

partir da articulação entre gênero e trabalho. Esclarecemos, portanto, que nossa análise não se restringe aos efeitos do capitalismo sobre a condição da mulher, mas estará voltada, à sua situação de trabalho vivida sob os efeitos do capital, articulada com as relações estabelecidas com o homem e filhos, dentro da família, assim como com o campo simbólico socialmente construído que, em geral, prescreve um modelo ideal do que é ser mulher.

SITUANDO O TEMA

A FUMICULTURA E A SOUZA CRUZ

A cultura do fumo é anterior ao surgimento da Souza Cruz no Brasil. A produção de fumo de corda já aparecia, em algumas regiões brasileiras, em pequena escala; era vendido em rolo, picado ou sob a forma de rapé (Piazza 1950; Paulilo 1990).

Foi com a criação da primeira fábrica de cigarros do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, em 1903, pelo imigrante português Albino Souza Cruz, que esta cultura inicia sua expansão. Até então, o fumo era consumido sob a forma de rapé, ou charutos. Os cigarros eram importados ou preparados individualmente e manualmente, com fumo em corda ou desfiado, papel ou palha de milho.

Bem sucedido, Albino Souza Cruz adquire, em 1909, a Imperial Fábrica de Rapé Paulo Cordeiro, que já não mais funcionava, adaptando-a para a produção de cigarros, o que dá origem à atual unidade fabril do grupo, na cidade do Rio de Janeiro.

A expansão da produção de cigarros se fazia evidente. Em 1914, a então denominada Souza Cruz e Companhia é adquirida pela British American Tobacco (BAT), uma empresa inglesa em expansão, que viria a se tornar uma das maiores do mundo no ramo de cigarros. Segundo Corrêa (1991), esta aquisição teria sido influenciada pelo fato de ser, a Souza Cruz, uma empresa bem sucedida, bem localizada e com possibilidades de expansão, em face de um mercado novo recém-criado e

extremamente promissor. A injeção de capitais externos possibilitou ao grupo Souza Cruz expandir-se rapidamente, implicando a intensificação das atividades nos espaços já integrados economicamente ou na conquista de novos espaços.

No processo de expansão e consolidação da companhia de cigarros Souza Cruz no país, no trajeto Rio de Janeiro, 1903, São Paulo e Recife, em 1916, Belo Horizonte e Curitiba, em 1917, Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul, em 1918 e 1920, em busca de ampliar os mercados consumidores e garantir matéria-prima, Corrêa (1991), aponta de um lado, a seleção de cidades dotadas de elevado grau de centralidade e de outro, a seleção de centros na região centro - sul, que apresentavam, aos olhos da empresa, boas perspectivas, enquanto mercados consumidores e centros distribuidores. O autor cita, como exemplo, Belo Horizonte, cidade criada, havia cerca de 20 anos, ou Curitiba, capital de um estado pouco ocupado, com economia fundamentada no extrativismo da erva-mate nas grandes pastagens e na pequena produção agrícola de colonos de origem européia, ou ainda, em Santa Cruz do Sul, onde o fumo já era cultivado havia mais de 50 anos, pelos imigrantes alemães e seus descendentes.

Assim, em 1924, a Souza Cruz se instala em Porto Alegre. Em 1927, em Salvador e, em 1930, em Recife. O território catarinense é efetivamente incorporado ao espaço da Souza Cruz através de novas unidades de beneficiamento de fumo, localizadas no vale do Itajaí e no sul do estado, na década de 50. Em 1952, é instalada uma usina em Blumenau; em 1956, uma outra é implantada em Tubarão e, em 1958, uma terceira, localizada em Brusque.

A fumicultura em Santa Catarina

O estado de Santa Catarina, mais particularmente o vale do Itajaí, passou a constituir uma expressiva área fumicultora. Em 1986, o estado foi responsável por 40,5 % da produção nacional. Corrêa (1991), evidencia a importância da participação catarinense na produção de fumo, o que levou à transferência, em 1979, do departamento de

fumo, do Rio de Janeiro para Florianópolis, cidade bem localizada em relação ao vale do Itajaí e ao sul catarinense, assim como em relação aos três estados do sul do país.

No que se refere à evolução da cultura do fumo em Santa Catarina, segundo dados do Instituto CEPA/SC² (1985), a produção de fumo, na safra de 1950/1951, chegou a 10.445 toneladas. Na safra 1960/1961, o número de toneladas atingiu a cifra de 24.293 que, em escala crescente, chegou a representar 54.067 toneladas na safra de 1970/71, e, praticamente, dobrando na safra 1980/1981, com um total de 100.303 toneladas. A produção de fumo, em nível estadual, representou um total de 152.396 toneladas, na safra de 1990/91, chegando a níveis recordes nas safras 1992/93, num total de 226.421 toneladas. Entre as safras 92/93 e 94/95, a produção foi reduzida drasticamente, decrescendo 40%, para um decréscimo da área plantada de 36%. De acordo com dados do relatório de atividades 95/96, da Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), a grande safra sul-brasileira de fumo 92/93, coincidente com o aumento de produção em outros países, que originou estoques mundiais, causou grandes prejuízos aos fumicultores, principalmente pelos baixos preços do produto. Além disso, houve diminuição da área cultivada, parando estufas e demais instalações, diminuindo a receita no meio rural. Outro fator, de acordo com dados do Instituto CEPA (1995), foi a diminuição do consumo de cigarros, que decresceu em 1993 e 1994, atingindo, neste último ano, o menor patamar dos últimos 20 anos.

A área colhida de fumo, em nível estadual, no ano de 1994, representou 95.458 hectares. O estado ocupa, entre os demais estados brasileiros, a segunda colocação em produção de fumo. Entre os principais municípios produtores de Santa Catarina, nos anos 1990 a 1994, destacam-se: Canoinhas, Içara, Orleans, Itaiópolis, Turvo e Vidal Ramos.

A produção de fumo no estado, em relação às outras culturas de lavoura temporária, na safra 93/94, representou 20,16%, perdendo apenas para o milho em grão, que ocupou a faixa de 28,07% da produção total, vindo, em terceiro, o feijão com 18,14%. Podemos concluir que a representatividade do fumo, como atividade econômica para

² Instituto de planejamento e economia agrícola da estado de Santa Catarina.

o estado é muito alta, apesar de ser um produto que não se presta para a alimentação (CEPA 1995).

Durante a década de 80, Santa Catarina teve expressão no vale do Itajaí na produção de fumo. Em 1989, foi implantada, em Brusque, uma central de estocagem de fumo cru, facilitando assim, uma regularidade do fluxo do fumo para as usinas de beneficiamento dessa região. A capacidade produtiva e a importância da Souza Cruz na economia estadual são ampliadas em 1988, com a Empresa Exportadora Catarinense de Fumo, em Timbó.

Para Paulilo (1987), o sul de Santa Catarina tem, no fumo de estufa, uma de suas principais culturas. A Souza Cruz foi a empresa pioneira na introdução do fumo de estufa na região e permaneceu sozinha por cerca de duas décadas. Hoje, além de ser responsável pela contratação de 40% dos fumicultores dos três estados do sul, domina cerca de 82% do mercado interno. A diferença de 12% é coberta através da compra do fumo de outras empresas.

Segundo a autora citada, "O colono não planta fumo porque gosta; ninguém gosta, mas é o que dá dinheiro" (Paulilo 1987: 134). Esta idéia dominante se impôs aos fumicultores, ao se tornarem integrados³. Para essa autora, o fumo parece ser a cultura mais conveniente pois, mais rentável, uma vez que o pagamento é feito todo de uma vez, e o montante recebido é maior que a quantidade de dinheiro que o agricultor está acostumado a receber por outros produtos. Outro fator decisivo, utilizado pela empresa, se refere à contratação de filhos de colonos para atuarem como instrutores técnicos.

A fumicultura é muito exigente em termos de mão de obra. Todos os membros da família participam do trabalho, inclusive as crianças. Em linhas gerais, as etapas da fumicultura são: o preparo dos canteiros e cuidado com o viveiro de mudas, a preparação do solo para onde serão replantadas as mudas, o replante, os tratos

³ Segundo Paulilo (1990), são produtores integrados aqueles que, recebendo insumos e orientação técnica de uma empresa agroindustrial, produzem matéria-prima exclusivamente para ela.

culturais, a colheita, secagem e classificação. A classificação do fumo é feita sempre por adultos com experiência, enquanto o trabalho de preparar a "manoca" de fumo, ou seja, de amarrá-lo em maços de 25 folhas, é efetuado por crianças, idosos ou mulheres. Da colheita, participam todas as pessoas da família. A fumicultura exige, portanto, cuidados e atenção constantes, pois tal esforço está diretamente associado à qualidade e quantidade do produto e aos preços pretendidos.

Existe, hoje, na região sul do estado, um modelo novo de estufa, chamado "Estufão", mais baixo e comprido. Sua capacidade varia de 40 a 50 mil pés. Os fumos plantados na região são de duas variedades: "Virgínia e o Amarelinho"; o Amarelinho é uma variedade tipicamente brasileira, desenvolvida a partir do fumo de galpão, e é mais forte, usado principalmente para a fabricação de cigarros de consumo interno. Resistente ao vento, pode ser plantado em regiões baixas, junto ao mar. O Virgínia, fumo mais delicado, é destinado principalmente para a exportação. Cada fumicultor escolhe a variedade que lhe convém, uma vez que hoje, os preços pagos se igualam (Paulilo 1990).

O município de Nova Trento e a cultura do fumo

O município de Nova Trento situa-se no vale do Rio Tijucas, região da grande Florianópolis, distanciando 80 KM da capital do estado. A população atual do município, segundo dados do PRODEM (Programa de Desenvolvimento Municipal 1997), é de 10.500 habitantes; 60% vivem na área urbana e 40% na área rural. A população é predominantemente de origem italiana, proveniente da região norte da Itália (província de Trento). Há, também, comunidades de origem alemã e polonesa. A colonização do município data de 1875, quando os primeiros imigrantes, procurando fugir das crises sociais e políticas do Norte da Itália, foram atraídos pelas terras férteis e abundância de madeiras.

No setor primário predominam propriedades com área de, até, 30 hectares, existindo 795 estabelecimentos rurais, sendo que destes, 300 aproximadamente se dedicam à fumiicultura. Na produção agrícola do município, embora não mereça grande destaque por causa das quantidades produzidas, alguns produtos garantem boa produção a nível de microregião. A tonelagem colhida constitui uma efetiva contribuição à economia local. Dentre esses produtos podem se destacar: mandioca, milho, fumo, feijão, uva, pêsego, banana laranja e amora. Na pecuária, existem pequenos rebanhos de bovinos e suínos. Por outro lado, a produção de derivados da pecuária, avicultura e apicultura, constitui fonte significativa de produção de alimentos.

Ainda, segundo dados do PRODEM (1997), o setor secundário contribui com 40% para a formação do produto interno bruto de Nova Trento. Do ponto de vista de emprego, a construção civil tem contribuído com uma parcela significativa da oferta de novas oportunidades de trabalho, nos últimos anos.

As atividades do setor terciário, ligadas ao comércio e à prestação de serviços, contribuem com 30% do PIB do município. A grande maioria dos estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços são micro-empresas e apresentam a forma de administração familiar, pois empregam, geralmente, as pessoas com algum grau de parentesco.

No setor de comércio, destacam-se as lojas de eletrodomésticos, vestuário, comércio de produtos artesanais, tipo industrial e alimentícios e, no ramo de alimentação, ainda os restaurantes típicos italianos (CEPAGRO - Centro de estudos e promoção da agricultura em grupo, Florianópolis 1997).

Atualmente, a indústria de transformação está assentada nos ramos de calçados, vestuário, mobiliário, metal mecânico, eletrônicos, fogos de artifícios e produção de vinhos. O turismo religioso se coloca como alternativa para o município. Atualmente, se deslocam para a localidade de Vígolo, onde se situa a Igreja de Madre Paulina, 3.500 pessoas semanalmente, motivadas pela fé na Beata. Segundo Marques

(1995), trata-se de uma região pautada pela religiosidade marcante e por uma moral rígida, características que a diferenciam dos demais contextos culturais .

Em Nova Trento, em se tratando de fumicultura, o processo de entrada da empresa na região não se deu de maneira diferente, em relação à região sul do estado. A fumicultura, na década de 50, acaba surgindo como alternativa, na medida em que a viabilização de outros cultivos era e é dificultada ao extremo, pela falta de comercialização garantida. Na década de 40, antes da entrada da Companhia de Cigarros Souza Cruz, as atividades econômicas, segundo Piazza (1950), baseavam-se na extração de madeira, na viticultura, na sericicultura, plantação de cereais, de feculentos, cana de açúcar, café, fumo de rapé, oleaginosas, frutas e verduras. 80% da população era absorvida pelas atividades agrícolas, fazendo parte ainda, da economia neotrentina, animais domésticos: bovinos, eqüinos, suínos, asininos, muares, ovinos, caprinos e aves; e as pequenas indústrias de transformação: tecidos, fécula e amidos, queijos, requeijão e manteiga.

A fim de melhor compreendermos este processo de agroindustrialização no campo, é necessário considerar algumas questões que dizem respeito ao produtor integrado, antes do surgimento da agroindústria. Paulillo (1990), que analisou a integração a partir da visão do produtor integrado, aponta para a necessidade de compreensão do papel do comerciante, enquanto eixo, em torno do qual girava a vida dos colonos; condição, esta, de entendimento da visão que o produtor tem da agro-indústria, enquanto agente comercializador de seus produtos.

A dependência do produtor com relação às empresas integradoras, fato bastante enfatizado pelos críticos da expansão da agroindústria, não é, para o agricultor do sul do estado, algo novo. Muitas das questões, hoje enfrentadas, estavam presentes na relação com o comerciante e suas redes. O sistema integrado só veio dar uma nova forma a essa antiga situação, pois a livre comercialização dos produtos, bem como o poder de estabelecer seu preço, nunca esteve nas mãos dos colonos. No sul do estado, a ligação com a agroindústria não significou uma perda de autonomia por parte

dos produtores, em relação à comercialização de seus produtos; significou, para o produtor, mais uma continuidade entre os dois tipos de comercialização, do que propriamente algo novo.

O mesmo se dá, em Nova Trento, onde não existia aquele camponês autônomo, trabalhando para o consumo, vendendo apenas o excedente e que determinava sua vida de acordo com as necessidades internas da família e da unidade produtiva, como podemos verificar na fala de uma das entrevistadas:

“Antes de plantá fumo o pessoal plantava mandioca e vendia pra indústria, também fazia farinha nos engenhos para vender pros comerciante, que pagavam o que queriam, pagavam uma miséria, o pessoal lutava, fazia de tudo prá poder sobreviver, plantava verdura, tirava leite de alguma vaquinha, se sobrava alguma coisa vendia pro comércio, mas o preço quem botava não era a gente” (G. T. 66anos).

Ainda, sobre o domínio da economia pelo comerciante, na cidade de Nova Trento encontramos relatos na obra de Cadorin (1992). Desta forma, podemos afirmar, que o surgimento da agroindústria fumageria para os agricultores é encarado mais como um rearranjo, nas suas relações de comércio do que algo totalmente novo, porém, é certo que a compreensão deste processo, não se resume somente aos níveis de dependência para a comercialização. Entendemos que o processo de agroindustrialização no campo produz transformações na agricultura que representam a sua adequação ao sistema capitalista criando, assim, necessidades novas, como é o caso da implementação de máquinas agrícolas, o uso generalizado de crédito bancário, a perda total da autonomia em relação às maneiras de produzir ou, ainda, o aumento da quantidade de trabalho, que se deu quando da introdução da cultura do fumo, patrocinada pela Souza Cruz, que fez aumentar consideravelmente a quantidade de trabalho, despendida pelas famílias de produtores (Paulilo 1990).

Nesta relação, o integrado é submetido à homogeneização das condições técnicas, indispensáveis para se conseguir o padrão de qualidade, racionalidade e o nível de acumulação que as empresas propõem; as relações de poder são desiguais, a empresa controla o processo produtivo através da visita periódica dos instrutores técnicos.

O processo de dependência e subordinação às empresas fumageiras começa com o início do ciclo produtivo, quando os instrutores das empresas visitam os agricultores, tentando convencê-los a plantar fumo para a empresa que representam. O vínculo se concretiza com o pedido de financiamento feito pelo produtor para compra de sementes, insumos e defensivos quando, então, se estabelece um pacto entre o agricultor e a empresa, em que a empresa se compromete a fornecer a assistência técnica e os insumos necessários e o produtor se compromete a entregar a produção. Assim, a empresa oferece as condições necessárias para que o agricultor se torne um produtor de fumo: insumos, orientação técnica e dinheiro necessário para a construção da estufa, tudo isso através de financiamento bancário, avalizado pela empresa.

Não podemos deixar de ressaltar, também, as condições favoráveis para a empresa, encontradas em Nova Trento. O município de Nova Trento foi colonizado por italianos; o povo Neotrentino, como os demais povos de origem italiana e alemã, sempre foi identificado como um povo ordeiro, dócil, religioso, com planos de progresso, baseados no trabalho honesto. Essas condições certamente favoreceram a entrada da empresa na região que, além de todas essas "qualidades", possuíam famílias numerosas para o trabalho, como podemos perceber através da fala de uma fumicultora:

"...sabe o que precisa prá plantá fumo, sabe o que a Souza Cruz procurava, primeiro, ela queria uma família com muita terra, terra boa, mato pra tirá lenha, e gente de trabalho, bastante gente, gente de capricho pra fazer boa safra" (G. T. 66 anos).

Na década de 50, segundo instrutores técnicos da empresa (sic), quando da entrada da Souza Cruz no município, a fumicultura não se mostrou expressiva, em fase de iniciação e convencimento, não chegando a atingir 50 famílias produtoras⁴.

Em escala ascendente, o número de famílias produtoras atinge, até a década de 70, um total de 250 famílias, produzindo para a Souza Cruz. Segundo dados da EPAGRI/SC (Pesquisa e Extensão Agrícola de Santa Catarina), a média de famílias residentes no meio rural, na década de 70, era de 1.100, com uma população de 5.500 habitantes na área rural, e 4.539 h. na área urbana.

Este processo atingiu seu auge na década de 80, quando o município contava com 700 famílias produtoras de fumo, representando 85% das famílias rurais do município, sendo 70% integradas à Souza Cruz. No parecer dos instrutores, este estímulo ocorreu devido ao aumento nas exportações de fumo, já a partir de 1975, fazendo com que a empresa procurasse aumentar e valorizar sua produção. Atualmente, encontramos um número bastante reduzido de produtores, num total de 300 famílias e, destas, 150 plantam para a Souza Cruz⁵.

É neste contexto que nosso olhar se volta para as mulheres plantadoras de fumo, a fim de conhecermos suas representações sobre si mesmas, articuladas às suas relações de gênero e condições de trabalho.

A mulher fumicultora neotrentina cumpre papel relevante, seja na produção da alimentação caseira, no ambiente da casa, no cuidado com hortifrutigrangeiros ou, ainda, dando horas do seu dia no plantio, colheita, secagem e classificação do fumo. Sua participação nas atividades da agroindústria, somadas às demais atribuições ditadas pela divisão social e sexual do trabalho, revelam um subtexto de gênero opressor para a mulher fumicultora.

⁴ Em 1948, segundo PIAZZA (1950), Nova Trento produziu e vendeu para outras regiões do país 793 arrobas de fumo sob a forma de rapé.

⁵ Encontramos no município empresas concorrentes como: Dimon do Brasil Tabacos LTDA, e Universal Leaf Tabacos LTDA.

As pesquisas têm demonstrado que a trabalhadora rural representa significativa parcela do total dos brasileiros que sobrevivem do trabalho informal. Das que estão no campo, muitas são bóias-frias, e é entre elas que se verifica a maioria das formas de discriminação contra a mulher do campo, a começar pela jornada de trabalho, que chega a 15 horas diárias. A dupla ou tripla jornada de trabalho é, de fato, considerada como "ajuda" à economia doméstica. A mulher trabalhadora rural é agregada à produção sem ser considerada força produtiva. É nesse sentido que a categoria gênero pode proporcionar a luz necessária para compreendermos a posição social da mulher.

Outro aspecto importante a ser levado em conta na abordagem do nosso objeto é a compreensão da trajetória dos estudos sobre trabalho feminino no Brasil.

A partir de diferentes concepções teóricas, importantes pesquisadoras, entre as décadas de 70, 80 e 90, trataram do trabalho feminino no Brasil, tais como: Bruschini, Lobo, Kergoat, Saffioti, Sorj, Costa e Castro, Segnini, entre outras. De maneira geral, estas autoras apontam para o ocultamento da contribuição feminina nos conceitos e procedimentos utilizados para medir o trabalho, bem como, o descaso pela variável sexo, pelo menos até a década de 80. A partir de então, segundo Lobo (1992), o trabalho feminino começou a ser estudado, levando-se em conta a noção de divisão sexual do trabalho. Mas, segundo esta autora, este enfoque mostrou-se ainda inadequado, pois, muitas vezes, apenas incorpora o trabalho feminino, via descrição e classificação, não levando em conta a articulação entre divisão sexual e social do trabalho. Ainda é fundamental ter em consideração a articulação entre esferas da produção e reprodução, bem como, questões referentes às teorias do patriarcado, até chegarmos ao conceito de gênero.

Desenvolvidos estes aspectos, trataremos de dar uma visão geral sobre o trabalho feminino no setor agrícola, como também sobre o trabalho agrícola em Santa Catarina onde, embora a precarização geral do trabalho agrícola se faça notória para ambos os sexos, constatamos que, as condições de trabalho, a dependência econômica e outras discriminações se fazem mais evidentes entre as mulheres.

TRABALHO FEMININO NO BRASIL: ALGUMAS CONCEPÇÕES TEÓRICAS

Para compreendermos a complexidade subentendida na expressão "mulher e trabalho", não é suficiente apenas transpor, para o feminino, conceitos e dados acumulados sobre o homem trabalhador, (Bruschini, 1982).

Entender a participação da mulher na sociedade como um todo e no trabalho, em particular, para Bruschini (1995) é, num primeiro momento, compreender que a mulher, mais do que o homem, tem sua participação no mercado de trabalho possibilitada ou restringida, em maior ou menor escala, por características biológicas, pessoais, familiares e sociais, que orientam sua forma de participação na atividade produtiva.

Portanto, a composição da força de trabalho feminina, seus deslocamentos e reacomodações, ao longo dos anos, não é definida apenas pelas condições do mercado, pela estrutura do emprego, ou pelo nível de desenvolvimento da sociedade, mas também, pela sua posição na família e pela classe social à qual pertence. A cada etapa do ciclo de vida familiar, filha, esposa ou mãe corresponderão determinadas necessidades e possibilidades de trabalho, que definirão a sua situação em relação às atividades produtivas.

Mas, o que nos parece fundamental, nesta questão e, ao contrário do que diz o senso comum, é o fato de que as mulheres sempre trabalharam e muito. Para Bruschini (1994), os conceitos e procedimentos metodológicos tradicionalmente utilizados para medir o trabalho no Brasil, sempre ocultaram a contribuição feminina. O papel da dona de casa, desempenhado pela maior parte das mulheres em idade adulta, ainda é contabilizado nas coletas oficiais como inatividade econômica.

Ainda, segundo a autora, dada a maior difusão e aceitação social desta função feminina, é bastante provável que ela seja declarada como a principal ocupação da informante, mesmo quando ela exerce, também, outro tipo de tarefa no setor agrícola,

ou mesmo, em muitas atividades informais na zona urbana. Segundo ela, sempre que não ocorre uma nítida separação entre as tarefas domésticas e as atividades econômicas, a mulher será, com probabilidade elevada, classificada como inativa, visto que é assim que tem sido classificado o papel da dona de casa. Portanto, no trabalho doméstico, identificado e naturalizado como papel feminino, e não como trabalho, as discriminações das mulheres, enquanto gênero, se realizam em sua plenitude.

Os critérios de captação de informações levando em conta o modelo de trabalho regular, contínuo, em tempo integral e formalmente remunerado segundo as regras da economia de mercado predominantes nos países capitalistas mais avançados, se mostraram inadequados, tanto para os países cuja estrutura econômica se assenta, sobretudo em atividades informais e agrícolas, de caráter descontínuo ou sazonal, quanto para perceber a atividade econômica da mulher. Isto porque o trabalho feminino é marcado pela descontinuidade e pela intermitência de entradas e saídas no mercado, através das quais as mulheres procuram manter o equilíbrio entre as atividades produtivas e as funções reprodutivas que lhe são socialmente atribuídas,(Bruschini,1994).

Desta forma, para uma melhor compreensão da participação da mulher na sociedade como um todo, e no trabalho, em particular, é fundamental insistir na necessidade de redefinição do conceito de trabalho, questão, em torno da qual, segundo Bruschini(1994), já existe um certo consenso, no sentido de se ampliar esse conceito, para que comporte as muitas tarefas constitutivas da vida cotidiana das mulheres.

Em nosso país, a produção sociológica sobre trabalho feminino não se multiplicou sequer do ponto de vista quantitativo, como no caso de outros países. Do ponto de vista qualitativo, Lobo (1992), nos diz que aconteceu aqui o mesmo problema diagnosticado por Becalli (1989): "a variável sexo na Itália, não tem um estatuto central na sociologia do trabalho"; tais argumentos são reforçados ao verificar que o núcleo forte da Sociologia do Trabalho - o estudo da fábrica, dos postos de trabalho - não incorporou a problemática do trabalho feminino. O mesmo se dá no Brasil onde, até quase no final dos anos 70, os estudos sobre o sindicalismo corporativo, e os

estudos posteriores sobre industrialização e atitudes operárias, não se detiveram sobre o trabalho feminino.

As produções teóricas, até final dos anos 60 e parte dos anos 70 no Brasil, tiveram, como foco central, a incorporação ou expulsão do trabalho feminino no contexto da expansão do capitalismo e, entre esses estudos, destacamos Aguiar (1978), Saffioti (1969), Blay (1972). Nesse momento, tais estudos deixavam de lado os obstáculos culturais decorrentes da função reprodutiva da mulher na sociedade. As pesquisas afirmavam que o trabalho feminino se dava em resposta aos movimentos de atração ou rejeição do mercado. E foram seguidos, segundo Castro e Lavinás (1992), por análises sobre distintos temas, apoiados em diferentes metodologias, diversificando-se o campo das questões.

Em seguida, um passo importante foi dado, no sentido de passar a entender o trabalho feminino, tanto na zona rural, quanto na zona urbana, como parte integrante e indispensável das estratégias familiares de sobrevivência, manutenção e ascensão social. A atividade exercida pela mulher não é mais analisada pela perspectiva da mulher/indivíduo; mas, segundo Bruschini (1989), essa complexa articulação entre atividades produtivas e reprodutivas é percebida como um arranjo do grupo doméstico como um todo.

Entre as várias razões que acentuaram o ingresso das mulheres no mercado de trabalho a partir dos anos 70, destaca-se a necessidade econômica, intensificada pela deterioração dos salários reais dos trabalhadores, obrigando as mulheres, tanto pobres, como da classe média, a buscar uma complementação para a renda familiar. Além disso, a elevação das expectativas de consumo, face à proliferação e promoção de novos produtos, aguçando novas necessidades deu-se, não só entre a classe média, mas também entre as mulheres de baixa renda, (Bruschini, 1994).

As análises da década de 80 concebem o trabalho feminino a partir da noção de divisão sexual do trabalho. Esta noção tem, como princípio organizador, a preexistência de relações sociais entre os sexos. O modelo tradicional de divisão

sexual do trabalho gerado na família, ao designar, para as mulheres, o trabalho doméstico, contribui para que elas se deparem com situações diferenciadas (em relação à força de trabalho masculina), na esfera da produção. A diferenciação entre papéis masculinos e femininos, que tem na família o locus privilegiado, é reforçada na esfera produtiva. Os espaços produtivos, neste caso, seriam segregados, definindo-se qualificações e características próprias para cada tarefa, conforme o sexo de quem as executa, relegando a mulher para os ramos industriais mais atrasados (Saffioti, 1981).

A discriminação de gênero manifesta-se na divisão sexual do trabalho, através das desigualdades de salários e da desqualificação das funções femininas. Esses textos que tratam da divisão sexual do trabalho são, ainda, predominantemente descritivos e classificatórios, e se prestam a indicar diferenciais de posicionamento de homens e mulheres na estrutura setorial, ocupacional e de remuneração, ou servem para indicar que o trabalho doméstico seria próprio de mulher. Posicionamento esse que encontra seu lugar no interior da família e no mercado de trabalho.

Neste sentido, Kergoat (1987) nos alerta para a compreensão de que não se pode refletir partindo do princípio de que as modalidades de divisão sexual do trabalho na família se estendem mecanicamente até a produção. Ela nos diz que ambas as esferas são processos de uma mesma divisão sexual do trabalho hierarquizada, pois determinada por relações sociais de sexo.

Segundo esta autora, é necessário articular as esferas da produção e reprodução no interior desta questão. Tratando-se de operárias, este é o caminho, primeiro para que elas se tornem visíveis, depois, para que o grupo se torne objeto sociológico e, em seguida, para que ele possa ser examinado. É preciso que aprendamos a raciocinar em termos de relações sociais. Mas, é preciso também vencer uma concepção cristalizada de relações sociais, fundamentada em determinismos: visão onde o sistema poderia se reproduzir até o infinito. Nesse sentido, o que propõe é que se estude o trabalho feminino em termos de relações sociais com seu corolário: as práticas sociais, e que se entenda relação, enquanto contradição, antagonismo, luta pelo poder, recusa a considerar que os sistemas dominantes (capitalismo e

patriarcado) são totalmente determinantes e que as práticas sociais apenas refletem essas determinações. Desta forma, não basta dizer que os homens são qualificados e as mulheres não, ocupando assim, por este motivo, os escalões inferiores na produção. Nesse caso, seria suficiente dar-lhes uma formação adequada; bastaria que desenvolvessem uma consciência do que implica a qualificação na relação capital/trabalho, para que começassem a lutar.

Segundo Hirata (1986), para termos uma compreensão adequada desta questão, necessitamos reinterrogar o conceito de qualificação a partir da divisão sexual do trabalho, para responder por que as mulheres não são reconhecidas como qualificadas e por onde passa a construção de sua qualificação não reconhecida.

No parecer de Kergoat (1987: 84):

"Em vez de dizer que as mulheres operárias têm uma formação nula ou mal adaptada, dizemos ao contrário: elas têm uma formação perfeitamente adaptada aos empregos industriais, que se lhes propõe. Dizemos, também, que elas adquiriram, inicialmente, através de um aprendizado (na profissão de futura mulher, quando eram meninas), depois mediante uma formação contínua (trabalhos domésticos). As operárias não são operárias não - qualificadas ou trabalhadoras manuais porque são mal formadas pela escola, mas porque são bem formadas pela totalidade do trabalho reprodutivo".

Rompem-se, desta forma, idéias recorrentes como, por exemplo, quando as operárias não correspondem ao padrão de reação de classe fixado, recorre-se à explicação do tipo "natureza feminina", dizendo-se, então, que as mulheres não participam do sindicato, porque seriam naturalmente dóceis e submissas.

Para Lobo (1991: 118):

“Não é a docilidade que faz parte intrínseca da natureza feminina, mas o que é aparentemente natural é que alguns se ocupem da fábrica, e outras da casa, isto é, que exista uma divisão sexual do trabalho, desde sempre articulada às relações sociais e embutida nas práticas sociais” .

Segundo Kergoat (1987), levar em conta a totalidade do trabalho, é necessário tanto para os homens, quanto para as mulheres, e a inserção nas práticas sociais através do trabalho produtivo, mais trabalho reprodutivo, parece realmente abrir caminho, tanto para os homens quanto para as mulheres, para uma análise sexuada das práticas sociais. É preciso procurar a diversidade e a contradição no centro das definições das práticas sociais e, em todos os espaços, se pode aceitar, combater ou exercer a opressão. No que se refere aos operários, a aceitação da divisão social e sexual do trabalho, em trabalho produtivo e reprodutivo, legitimada por uma visão naturalista da sociedade, que acredita numa qualificação natural das mulheres para o trabalho doméstico e a criação dos filhos, constitui-se num enorme entrave, que se opõe à superação das divisões no grupo operário, à construção de relações solidárias, e à conseqüente superação da opressão.

Tanto para Lobo (1991) , quanto para Kergoat (1987), a divisão sexual do trabalho não constitui um tema de análise independente da divisão social do trabalho. Em ambas, a ênfase reside na análise das práticas sociais, combinando formas concretas de existência e de representações culturais.

No que se refere à produção teórica feminista sobre a divisão sexual do trabalho, nos países anglo-saxões, revista por Castro e Lavinias (1992), é apontada a prevalência da preocupação por identificar uma dinâmica da “ideologia de gênero”, enquanto extensiva a várias instituições sociais, e não apenas limitada à família, ou originária desta. Desta maneira, a divisão sexual do trabalho apoia-se na constituição de campos de interesse que legitimam a delimitação dos espaços em masculinos e femininos. Ou seja:

“...o exercício de tarefas diferentes, com valorações econômicas assimétricas, não é embasado numa divisão técnica do trabalho, nem por diferenciais de produtividade ou, tampouco, porque às mulheres caberia, naturalmente, a função de reprodução (Castro e Lavinias 1992:239)”.

Podemos entender, portanto, que o uso social que é feito das diferenças fisiológicas, e o significado que lhes é atribuído, é que explicam as hierarquias sexuais.

Para Segnini (1994), o mundo do trabalho não é unificador, nem homogeneizador, a tal ponto que baste explicitar como se desenvolvem as relações de produção, para compreender como se constituem as formas de exploração e dominação no seu contexto.

Ao discutir o trabalho da mulher no mercado de trabalho, temos, também, que considerar a recorrência ao conceito de reprodução. O conceito de reprodução perpassou as discussões entre marxismo e feminismo. A tese de Marx (1946, apud Castro) de que, se a produção é capitalista, também o é a reprodução”, gerou, segundo ela, incontáveis artigos no final da década de 70. Segundo algumas feministas, a reprodução pode ser entendida em nível do ideológico, linear, como subordinada à produção, como se esse fosse um mecanismo automático, desconsiderando “o surgimento e o desenvolvimento de um modo de produção que transforma o próprio ser humano numa mercadoria, apenas confirmam (e simbolizam) a subordinação da reprodução à produção, fato anterior ao capitalismo” (Combes e Haicault, 1987:25). Podemos compreender, assim, que a subordinação se apoia numa outra subordinação ou submissão - a das mulheres aos homens, a qual repousa na divisão sexual do trabalho. Bem anterior à separação entre os espaços e tempos da produção e da reprodução introduzida pelo capitalismo, e que se expandiu, a partir dele, houve pois, uma separação dos agentes da produção com base nos sexos. Portanto, a subordinação da reprodução, a organização sócio política de um sexo pelo outro, a exploração de seres humanos por outros seres humanos, não tem, no capitalismo, seu fundamento único; são encontradas em numerosas formações sociais, bem como em distintos modos de produção. Desta maneira, a questão não é

recorrer ao conceito da reprodução para explicar o trabalho da mulher, ou discutir se a reprodução é capitalista, ou não; a questão é entender a divisão sexual do trabalho, que não pode ser analisada independente da divisão social do trabalho; reconhecer que os sistemas econômicos não determinam, de maneira direta, as relações entre homens e mulheres e que, de fato, a subordinação das mulheres é uma construção social anterior ao capitalismo e continuou sob o socialismo.

Da mesma forma é que podemos inserir o paradigma do patriarcado que, para essas autoras, se apresenta distintamente do capitalismo. O primeiro, vincula-se ao plano ideológico e possibilita a dominação e o segundo, refere-se à exploração econômica que determina a divisão da sociedade capitalista em classes sociais. No capitalismo, ambos interagem de tal forma, que é estabelecida entre eles, uma simbiose perceptível nas relações de gênero. A partir do capitalismo, a participação dos sexos na produção e na reprodução traduz uma ilusão que estrutura as relações entre os sexos sobre uma base tanto política, como econômica, excluindo, porém, a mulher do campo político.

Saffioti (1987), aponta que há uma multiplicidade de propriedades da produção e da reprodução, sendo que o real não é departamentalizado. Quanto ao patriarcado, salienta que existe uma simbiose entre patriarcalismo e capitalismo (acrescenta também o racismo), porém, considera um equívoco a priorização de um antagonismo em detrimento do outro, posto que compreende ambos como constituintes e potencializadores dos esquemas de dominação e exploração, indo, assim, muito além da simples soma que a força de cada um é portadora na construção das desigualdades sociais. Para a autora, o patriarcado, assim como o racismo, constituem antigas formas de legitimação da discriminação social integradas no capitalismo e que, a partir dessa simbiose, são estabelecidas formas de dominação/exploração mais intensas sobre as mulheres. O capitalismo não pode ser pensado apenas através da lógica do capital. Ele tem, em sua essência, um sistema de práticas sociais e culturalmente construídas, que explicam o uso diferenciado pelo capital da força de trabalho feminina. No entanto, torna-se impossível a percepção clara dos limites de cada uma delas.

Para Castro e Lavinias (1992), as limitações e as qualificações sociais adquiridas pelas mulheres a partir das atividades desenvolvidas no desempenho dos papéis sociais, ditados por uma sociedade patriarcal, são apropriadas por esta mesma sociedade, em sua dimensão capitalista, não apenas através da lógica do capital, mas também de um sistema de dominação social, cultural, político, ideológico e econômico. Neste contexto se insere o uso diferenciado da força de trabalho das mulheres.

A perspectiva de análise, centrada na teoria do patriarcado, foi alvo de críticas que apontavam, sobretudo, a impossibilidade de resgate das especificidades do contexto histórico, no qual a dominação exercida sobre as mulheres estava sendo estudada. Para Sheila Rowbotham (1984), a palavra patriarcado coloca muitos problemas; remete a uma forma universal e histórica de opressão, com fortes marcas biologizantes, produz um modelo feminista de base - superestrutura, uma estrutura fixa, enquanto que as relações entre homens e mulheres são tão mutáveis, quanto fazem parte de heranças culturais e institucionais, implicam em reciprocidades, tanto quanto em antagonismos.

São muitas as dificuldades encontradas na tentativa de conceituação do patriarcado. A referência a uma ordem patriarcal pode provocar o aparecimento de uma complexa noção abstrata de poder social, masculino, unificado, centralizado que, para ser entendido, precisou muitas vezes, ser associado a determinantes econômicos ou a práticas de socialização, para ilustrar a existência de uma relação social desigual entre homens e mulheres; que não se reduz, nem ao econômico, nem a práticas socializadoras, como determinações últimas, (Louro apud De Lazari,1990).

Assim como o patriarcalismo, a abordagem teórica de cunho marxista, referente a divisão sexual do trabalho, não é aceita de forma consensual, embora sua grande contribuição se apresente no sentido de articular relações de trabalho e relações sociais, práticas de trabalho e práticas sociais.

Estas abordagens nos remetem a um amplo debate travado entre pesquisadores que têm desenvolvido análises a respeito da mulher no trabalho nas sociedades capitalistas, sobretudo a partir da década de 70. Trata-se de perspectivas teóricas e metodológicas, muitas vezes discordantes, que procuram tornar visíveis as práticas sociais que possibilitam a exploração e a dominação do trabalho feminino, assim como as formas de resistência engendradas.

Durante os anos 80, período caracterizado pela crise dos paradigmas macroestruturais nas ciências sociais, quando a busca das causas para a dominação/exploração foram cedendo espaço à ênfase nos significados das relações sociais, constitutivas das relações de poder, é que se desenvolve uma possibilidade teórica para a análise das relações sociais: as relações de gênero (Segnini, 1994, apud Scott 1987).

Para se compreender gênero, é preciso destacar as relações sociais. A importância desta análise é salientada por Lobo (1991), contribuindo, significativamente, com pesquisas e reflexões teóricas no âmbito da sociologia do trabalho, destacando as questões de gênero no trabalho. Ela adverte sobre o fato de que, a produção sociológica brasileira, ao analisar a classe operária, não tem feito referências ao sexo dos atores sociais.

Segundo Lobo (1990), a categoria analítica "gênero" possibilita a busca dos significados das representações, tanto do feminino, quanto do masculino, inserindo-se nos seus contextos culturais e históricos.

Para De Lazari (1993:15):

"o uso do termo gênero representa um esforço de feministas contemporâneas em insistir sobre a inadequação das teorias existentes para explicar persistentes desigualdades sociais entre mulheres e homens".

Desta forma, para a análise das relações de gênero no mundo do trabalho, os estudos de caso apontam singularidades também setoriais, regionais, locais, que adquirem relevância e tornam-se necessárias num momento histórico, dando conta da apreensão das diferentes mentalidades e subjetividades que se expressam e se formam em cada esfera da existência.

Os estudos a partir do referencial teórico de gênero estão se multiplicando e possibilitando, em diferentes áreas do conhecimento, uma visibilidade maior das relações sociais singulares que informam, não apenas desigualdades, mas hierarquias nas relações de poder entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, em diferentes contextos sociais (Bruschini e Costa, 1992, entre outros).

As transformações operadas no mercado de trabalho, entre 1981 e 1990, se traduziram por um crescimento acentuado das atividades que demandam baixa qualificação, como o comércio ambulante e a prestação de serviços, pela expansão da produção independente em áreas urbanas, por uma participação maior das mulheres na população ativa e por uma menor proporção de contribuintes à Previdência Social (Córdova 1986).

No que se refere às variações no rendimento, neste período, não se deram de forma homogênea, atingindo os diversos agentes em sentido e proporções variáveis. Segundo dados do IBGE (1990), os trabalhadores engajados na indústria de transformação tiveram uma queda de rendimentos de 15,5%, entre 1981 e 1990, enquanto os ocupados na prestação de serviços, elevaram o nível de rendimentos em 9,7% e 8,2%, respectivamente. A análise, segundo a forma de inserção no mercado de trabalho urbano, aponta para a redução generalizada de rendimentos dos empregados particulares, que registraram: 23,9% (correspondentes a 4,4 salários mínimos) para os engajados em ocupações de nível superior e gerências; 17,9% para os de nível médio, e 14,7% para os manuais. Foram significativos, também, os decréscimos de rendimento observados para os empregados públicos em ocupações manuais (10,7%) e trabalhadores domésticos (9,1%).

Nas categorias ocupacionais, entre as pessoas ocupadas com contribuição à Previdência Social, houve queda de rendimento real, resultando num decréscimo de 6,2 para 6 salários mínimos (-3,2%), enquanto os não contribuintes tiveram o seu rendimento ampliado de 2,1 para 2,3 salários mínimos, (9,5%). Apresentaram perdas significativas de rendimento os empregados particulares e os trabalhadores domésticos. O nível médio de remuneração das mulheres, que em 1981 era de 2,7 salários mínimos mensais, passou a três em 1990, apresentando crescimento real em, praticamente, todos os subsetores de atividade, enquanto o dos homens permaneceu constante (cinco salários mínimos).

Se é verdade que, entre 1981 e 1990, registrou-se uma redução no diferencial, por sexo, dos rendimentos, é verdade, também, que os rendimentos dos homens, não importa em que setores de atividades ou ocupações, sempre foram e continuam a ser bem mais elevados do que o das mulheres. No que diz respeito ao mercado de trabalho urbano, é preciso lembrar que, mesmo acrescido 10,3% entre 1981 e 1990, o rendimento médio das mulheres, em 1990, não chegava a alcançar 60% do rendimento médio dos homens. Contando, observa-se nesse período, um declínio dos rendimentos masculinos em termos médios (10,0%).

Para Bruschini (1994), o exame desagregado das ocupações, segundo informação disponível até o recenseamento de 1980, mostra que, apesar dos deslocamentos ocorridos na década de setenta, as mulheres que ingressaram na força de trabalho continuaram a fazê-lo em guetos tipicamente femininos: em 1980, 70% das trabalhadoras se concentravam em pequeno número de trabalhos de mulher: empregadas domésticas, lavradoras e operárias para as menos instruídas, secretárias e balconistas para as que tinham nível médio de instrução, e professoras ou enfermeiras para as que tinham alcançado escolaridade mais elevada, ou mesmo média. Na indústria, embora a trabalhadora tenha ingressado em ramos dos quais, até então, estava ausente, como o elétrico e o eletrônico, sua participação ainda era mais intensa na indústria do vestuário (Bruschini, 1989).

Porém, há que se considerar que outros espaços estão sendo conquistados por mulheres no trabalho. A partir de uma pesquisa realizada na cidade de São Paulo, Segnini (1994), mostra que as mulheres constituem, hoje, 47% entre os bancários, categoria na qual seu acesso não era permitido antes de 1960. As bancárias estão presentes, sobretudo nos bancos estatais, e 80% delas concentram-se em níveis hierárquicos inferiores. Segundo a autora, apesar da existência de legislação garantindo igualdade no tratamento para ambos os sexos, a segmentação dos postos de trabalho exprime desigualdades nas relações de gênero e constrói “guetos” femininos de trabalho onde a mulher se insere em tempo parcial.

Ainda, segundo a autora, no banco pesquisado⁶, 83% das mulheres trabalham inseridas na relação empregatícia de “escriturária”. Mesmo considerando que as mulheres bancárias são altamente escolarizadas, a inserção, neste tipo de função, lhes impede a ascensão na hierarquia do banco, uma vez que se especializam em funções que não demandam conhecimento específico bancário. Por outro lado, amenizam as possíveis frustrações que poderiam surgir do interesse em alguma promoção, uma vez que essas mulheres assumem que, trabalhando em tempo parcial, podem se dedicar em outros horários aos seus papéis de esposa e mãe, elemento esse que se torna, ao mesmo tempo, amenizador dos possíveis conflitos que poderiam advir na exigência de maximização da eficiência no trabalho. Mas isso, por sua vez, fragiliza a luta das mulheres nas relações de trabalho, determinando que as relações de gênero estruturem a segmentação dos postos de trabalho, bem como as relações de poder que lhes são decorrentes, com reflexos na saúde da mulher bancária.

A lesão por Esforços Repetitivos (LER), doença profissional, também conhecida como “mal do digitador”, foi detectada em 408 bancários em 1993. Entre eles, 80% são mulheres, revelando assim, mais uma vez, o “lugar” por elas ocupado.

⁶ Trata-se de um banco estatal do Brasil, com 38.000 funcionários.

Trabalho feminino no setor agrícola

Em relação ao trabalho feminino no setor agrícola, é importante destacar somente, a título de contextualização, algumas das diferentes formas como ele foi tratado. Um estudo realizado por Saffioti e Ferrante (1982), analisando famílias rurais no estado de São Paulo, apontam para a precariedade do trabalho da mulher que, enquanto trabalhadora da roça, participante de um trabalho coletivo, de economia familiar, ajudante do pai ou marido na plantação, se encontra destituída de quaisquer direitos na relação de emprego, ou pela falta de amparo legal, ou pela má fé do patrão ou, ainda, pelo conformismo diante da discriminação salarial e predomínio de uma prática individualista. Muitas vezes, ainda, o recuo se faz diante da possibilidade do marido sofrer mecanismos de pressão e acabam incorporando a visão do patrão, veiculada pela ideologia dominante para quem, em termos de organização e expressão de suas reivindicações, "a mulher é ninguém".

Noronha (1986), por sua vez, faz uma outra abordagem ao estudar as trabalhadoras das plantações de cana de açúcar de Minas Gerais. Analisa o caráter educativo das relações de trabalho assalariado no meio rural, e mostra que, no processo produtivo regido por este trabalho, é possível engendrar-se um movimento de resistência, capaz de promover um novo saber, que constitui a essência das condições de mudança, entendida como algo que contraria a lógica estabelecida pelas relações de trabalho capitalista.

Eigenheer (1982), enriquece as análises ao verificar a contribuição da mulher para a manutenção e a reprodução do grupo familiar, na situação da pequena produção rural numa área do Alto Jequitinhonha, em Minas Gerais. Aponta para o fato de que, embora haja uma divisão sexual "ideal" de tarefas - opondo-se às tarefas "maneiras" feitas pelas mulheres, as "pesadas" realizadas pelos homens - na prática, essa divisão se redefine em função da sobrevivência do grupo familiar.

Por outro lado, Stolcke (1994), estudando as razões da preferência dos fazendeiros de café do estado de SP, por fins do século XIX, pelo trabalho familiar, (e, já não sendo a escravidão uma fonte possível de mão-de-obra) e, os efeitos que a organização do trabalho por eles adotada, teve, sobre a estrutura familiar dos trabalhadores, sua divisão sexual do trabalho, aponta para o fato de que a introdução do trabalho assalariado afetou mulheres e homens de maneira diferente.

Segundo ela, a freqüente dificuldade do homem em satisfazer as expectativas culturais com relação a seu papel de provedor da família, minou demais sua auto-estima e, ao explicar sua miséria atual, os homens a atribuem às relações de exploração a que estão sujeitos. Desde que o proprietário não mais permitiu que plantassem, mulheres e filhos perderam o respeito por seus maridos e pais, e as famílias tornaram-se desunidas. Este fato é evidenciado por De Lazari (1993:41), que ao analisar Fraser (1987), indica que:

“...nas sociedades capitalistas clássicas de dominação masculina (e, não diferente nas do capitalismo tardio), o papel do trabalhador é masculino, e existe tendência em se associar identidade masculina com o papel do provedor. (...) Essa relação entre ser homem e provedor, mostra porque, em nossa sociedade, o desemprego pode ser, tanto psicológica, como economicamente devastador, para os homens”.

Em relação às mulheres, Stolcke nos diz que a percepção, quanto a mudança sócio econômica, é diferente. Mesmo partilhando as interpretações gerais dos homens quanto à mudança, ao mesmo tempo culpam seus maridos pelo encargo aumentado que, atualmente, enfrentam, pensam terem que trabalhar devido ao fracasso de seus maridos em manter a família. Esta interpretação, segundo a autora, implica em dois pontos:

“...por um lado, revela uma consciência clara de sua maior exploração em relação aos homens, por outro lado, apesar de explosões ocasionais sobre o que seria melhor fazer sem homem, porque, hoje em dia, os homens não

servem mais para nada, estas mulheres, ao cobrar dos homens o cumprimento de seu papel tradicional de provedores, estão justamente endossando as instituições do casamento, família e divisão sexual do trabalho dentro dela, que estão na raiz de sua exploração e subordinação” (Stolke, 1994: 112).

Tanto mulheres, como homens acabam vivendo num contexto social guiado por profundas tensões e contradições; o capital organiza suas estratégias de acumulação com base em instituições sociais existentes, no caso a família, mas, ao mesmo tempo, as estratégias mudam e as situações de exploração extrema as corroem.

Heredia, et alli (1984), também está entre as autoras que devemos levar em conta, ao considerarmos os diferentes aspectos referentes ao trabalho feminino no setor rural. Para esta autora, o lugar que a mulher ocupa nas unidades domésticas camponesas ligadas a plantação açucareira do Nordeste brasileiro, estão associados a casa, a organização e o controle das atividades vinculadas à família. A casa é vista como lugar de consumo, e as atividades desenvolvidas no âmbito da casa, por estarem relacionadas ao consumo, não são consideradas trabalho. Em oposição ao trabalho do homem no roçado, trabalho que fornece os meios necessários para o consumo, para a produção familiar e por serem responsáveis pelo consumo familiar, as atividades, nesse âmbito, são reconhecidas como trabalho.

O trabalho da casa não é único, como o do roçado⁷, as tarefas são variadas e não se restringem ao espaço físico ocupado pela construção; elas incluem o pátio onde vivem os animais domésticos, o quintal para plantação de verduras, todas estas, responsabilidades femininas, e não reconhecidas como trabalho.

Dentre as atividades agrícolas consideradas femininas, tais como: semeadura, limpeza dos cultivos, quando realizados pela mulher, perdem o caráter de trabalho e passam a ser considerados como “ajuda”. A concepção do que se define como trabalho permite

⁷ Denomina-se roçado uma parcela de terras, própria ou arrendada, para cultivos de pequena produção, fornecendo às unidades domésticas sua subsistência, seja através do consumo direto, ou de sua venda.

dar sentido à divisão de tarefas por sexo, dando sentido, em suma, à oposição masculino feminino.

Destacamos, ainda, Paulilo (1982), revelando que o trabalho da mulher volante aparece como mão-de-obra mais barata, mais disponível e mais alienada dos mecanismos reivindicatórios dentro do contingente de trabalhadores, sem vínculo empregatício e, nas pequenas explorações, ela é a parte da força de trabalho familiar não remunerada.

Estes estudos contribuem para revelar a situação da trabalhadora rural brasileira. Estas mulheres representam significativa parcela do total de brasileiros que sobrevivem do trabalho informal, e entre elas se verificam muitas discriminações de gênero. A mulher trabalhadora rural é agregada à produção sem ser considerada força produtiva. É neste sentido que a categoria gênero pode propiciar a luz necessária para compreendermos a posição social da mulher.

Trabalho agrícola em Santa Catarina

Quanto ao trabalho agrícola em Santa Catarina, os poucos dados aqui considerados, visam apenas servir como ilustração para contextualização do objeto de estudo. Os dados que pudemos obter nos foram oferecidos pela PNAD (1995)⁸. Santa Catarina possui 4.155.315 pessoas, das quais 2.077.099 pessoas, são homens e, 2.078.216 são mulheres; do total geral, 2.952.947 residem na área urbana, e 1.202.368 residem na área rural.

Dos residentes na área urbana, são homens 1.439.037, e são mulheres 1.513.910; dentre os residentes na área rural, são homens 638.062, para 564.306 mulheres. Já, nestes dados, constatamos o acelerado processo de êxodo rural que vem ocorrendo

⁸ Pesquisa nacional por amostras de domicílio.

e acentuando-se a partir da década de 80, em resposta ao crescente processo de pauperização do trabalhador rural, (Meyer, 1993).

Aspecto ainda relevante é o fato de que, se o mundo urbano sofre um processo de concentração populacional, aumentando a demanda de emprego, os índices de violência e as necessidades de políticas reajustadas à novas realidades, o campo fica cada vez mais abandonado do ponto de vista dos benefícios sociais, sofrendo as conseqüências sempre mais graves de uma política agrícola excludente e concentradora de terras e rendas.

Quanto à contribuição previdenciária, dentre um total de 2.547.085 pessoas, ocupadas na semana de referência⁹, 1.285.849 são contribuintes, e 1.261.236 não contribuem; 810.154 são pessoas ocupadas na agricultura, e apenas 76.610 contribuem para a previdência, restando 733.544 sem contribuição.

Dentre os 810.154 ocupados na semana de referência, 445.385 são homens, e 364.769 são mulheres; dentre os homens, apenas 66.893 contribuem para a previdência, e 378.492 não contribuem; as demais 364.769 mulheres ocupadas na semana de referência, concentram 355.052 não contribuintes, para 9.717 contribuintes, dando mostras ainda maiores dos limites de precarização.

Segundo Botelho (1994), 48% da população feminina economicamente ativa, (em confronto com 37% da força de trabalho masculino), estão empregadas no setor informal, podendo ser incluídas no sistema, apenas como dependentes dos seus maridos, ou pais, contribuindo para a precarização e menor representatividade entre a clientela do sistema de seguridade.

Apesar dos avanços trazidos pela nova constituição de 1988, e pela extensão dos benefícios para grupos carentes; como o da trabalhadora rural e da empregada doméstica, assim como a equiparação da renda mensal vitalícia a um salário mínimo,

⁹ Segundo dados da PNAD pessoas ocupadas na semana de referência são aquelas classificadas na semana de referência especificada de 24 a 30 de setembro de 1995 ou período de referência de 365 dias, de 10 de outubro de 1994 a 30 de setembro de 1995.

que dá melhor proteção à mulher pobre na terceira idade, o padrão de seguridade social no Brasil, à semelhança de outros países, não incorpora a noção de relações de gênero quando se trata de pensar políticas sociais.

Dos 445.385 homens ocupados no trabalho principal na semana de referência, no setor agrícola, 18.295 (4.1%) declararam ganhar até $\frac{1}{2}$ salário; 65.740 (14.7%) declararam ganhar mais de $\frac{1}{2}$ a um salário; 102.337 (22.9%) declararam ganhar mais de um a dois salários; 92.625 (20.8%) declararam ganhar mais de 2 a 5 salários; 17.725 (3.9%) declararam ganhar mais de 5 a 10 salários; 6.289 (1.4%) declararam ganhar mais de 10 salários; 137.230 (30.8%) declararam não ter rendimentos; 5.164 (2.3%) constitui os sem declaração. Dentre as 364.769 mulheres ocupadas no trabalho principal no setor agrícola, na semana de referência, 7.432 (2%) declararam ganhar até $\frac{1}{2}$ salário; ganham mais de $\frac{1}{2}$ a 1 salário 17.151 (4.7%), ganham mais de 1 a 2 salários 10.293 (2.8%), e, ainda, ganham de 2 a 5 salários, 2.860 (0,78%); as demais, 325.890 (89%) dizem não ter rendimentos, e 1.143 (0.3%), nada a declarar.

De um total de 463.120 trabalhadores agrícolas, que declararam não ter rendimento, 325.890 são mulheres, representando 70.4% do total, o que nos leva a concluir que os níveis de dependência econômica, se analisados por gênero, são muito maiores entre as mulheres, embora a precarização geral do trabalho agrícola, para ambos, se faz notória.

Com estas considerações, ao recuperarmos algumas das contribuições relevantes no âmbito dos estudos, que tratam especificamente do trabalho feminino na fumicultura, destacamos nosso objeto de estudo: representações sociais das plantadoras de fumo em relação a si mesmas, a partir da articulação entre suas relações de trabalho e gênero.

Em sua discussão sobre o trabalho feminino rural Paulilo (1987), aponta para uma carência de estudos nesta área, o que contribui para o descaso com que esta realidade tem sido tratada. No Sul de Santa Catarina, região que tem no fumo de estufa uma de suas principais culturas, à mulher cabe a execução do trabalho

considerado "leve". Trabalho "leve e pesado" são categorias que variam conforme o sexo do trabalhador. A autora nos aponta que o trabalho leve, realizado por mulheres e crianças, contribui para os baixos preços pagos aos plantadores pelas indústrias do cigarro. O trabalho leve na cultura do fumo "é cheio de servicinhos", se estende à casa, ao cuidado dos filhos e, até na derrubada da lenha, porque a árvore utilizada é o eucalipto considerado madeira mole.

Em sua análise, a autora coloca, ainda "que o trabalho leve" não significa trabalho agradável, desnecessário, ou pouco exigente, em termos de tempo e esforço. Pode ser estafante, moroso, ou mesmo nocivo à saúde. Mas, é leve se pode ser realizado por mulheres e crianças. Há portanto, uma valorização social do homem rural ou urbano, enquanto chefe da família, ficando o trabalho de mulheres e crianças, num plano secundário. Conclui a autora, que o trabalho leve (de remuneração baixa), não é determinado por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar:

"...a auto exploração da família, é uma das principais características da fumicultura. A aceitação de um trabalho tão penoso, só é justificada pelos entrevistados em função do rendimento do produto. Também, é a atividade que melhor permite o trabalho feminino, infantil e mesmo o de pessoas idosas, quando chega à fase de classificação. É interessante notar que a utilização dessas forças, normalmente desvalorizadas no mercado de trabalho, parece se refletir no valor estimado da diária, utilizado pelo sindicato das empresas para calcular o custo da produção do fumo, cálculo este, que vai influir no preço pago ao plantador por quilo do produto (Paulilo, 1990:154)".

Estas considerações, nos permitem perceber, ainda que superficialmente, que o trabalho dessas mulheres fumicultoras, se constrói dentro de relações de poder e desigualdades, inseridas em relações de gênero, hierarquizadas a partir de papéis sociais e sexuais.

REFERÊNCIAL DE ANÁLISE

Para entender o significado das representações sociais e das perspectivas de vida elaboradas pelas mulheres fumicultoras sobre si mesmas, a partir da articulação entre gênero e trabalho, é preciso eleger um conceito de gênero que possa iluminar as questões mais profundas dessa articulação, bem como possa apontar caminhos na compreensão das representações.

Segundo Heilborn (1997:102):

“gênero é um conceito das ciências sociais que se refere à construção social do sexo. Significa dizer que a palavra sexo designa agora no jargão da análise sociológica somente a caracterização anátomo - fisiológica dos seres humanos e a atividade sexual propriamente dita. O conceito de gênero existe, portanto, para distinguir a dimensão biológica da social”.

Para a autora citada, o raciocínio que apóia essa distinção baseia-se na idéia de que há machos e fêmeas na espécie humana, mas a qualidade de ser homem e ser mulher é realizada pela cultura. Baseada nesta afirmação, a autora faz o seguinte questionamento: “...por que é possível afirmar-se que homens e mulheres só existem na cultura, ou melhor, que são realidades sociais e não naturais?”(Heilborn 1997:102).

Diante desta questão, a autora argumenta que a antropologia, disciplina que estuda a diversidade cultural das sociedades, é o campo de saber que melhor pode responder esta questão. Para esta disciplina, em se tratando de cultura, a dimensão biológica da espécie humana fica bastante obscurecida, na medida em que é próprio da condição

desses seres a capacitação cultural como essencial à sobrevivência. É a cultura que humaniza a espécie, e o faz em sentidos muitos diferentes.

Aponta, ainda, que através da comparação entre diversas sociedades, pode-se perceber que homens e mulheres são concebidos representacionalmente e modelados socialmente de maneira muito variada, deduzindo-se, assim, a fraca determinação da natureza na definição de comportamentos sociais; a espécie humana é essencialmente dependente da socialização. Contudo, acrescenta ser usual conceber-se, no senso comum que as condutas que homens e mulheres ostentam, advêm da dimensão natural inscrita em seus corpos. Para a autora citada, um exemplo disso são as convicções muito difundidas sobre correlação inata entre sexo e personalidade. Na cultura ocidental, imagina-se que o masculino é dotado de maior agressividade e o feminino de maior suavidade e delicadeza.

Heilborn (1997), acrescenta que foi Margareth Mead, uma antropóloga americana, na década de 30, quem resolveu estudar essa questão. Seu livro *Sexo e Temperamento* (Mead, 1969), trás os resultados da pesquisa realizada na Nova Guiné sobre o que então se chamava de papéis sexuais, e que, hoje em dia, chamamos de construção social do gênero.

Para Grossi & Miguel (1990), é a partir dos estudos iniciados pela Escola de Cultura e Personalidade que tem, em Margareth Mead, sua principal teórica que se constrói o termo papéis sexuais. Para a construção deste conceito foi essencial o estudo comparativo de culturas, porque pode mostrar que comportamentos considerados masculinos ou femininos vão variar de uma cultura para outra. Mas este campo de estudos que se utiliza do conceito de papéis sexuais acabou se impregnando de uma visão que tendia, por mais que negasse, a "naturalizar" a condição feminina. Foi justamente a partir da necessidade de romper com esta tradição de pesquisa que se tornou imperativa a construção de um novo conceito, o conceito de gênero.

Desta forma, acrescentam as autoras citadas que a noção de gênero é prefigurada a partir destes estudos comparativos de culturas, uma vez que a feminilidade e a

masculinidade passam a ser consideradas como não contingentes do sexo, mas ditadas pela cultura. O que a noção de gênero irá precisar e ampliar, em relação ao conceito de papel sexual, é a idéia de assimetria nas relações entre homens e mulheres, não descartando, ainda, a dimensão das relações de poder, de prestígio ou de hierarquia.

A introdução da noção de gênero, nos estudos sobre a mulher por pesquisadoras feministas, surge a partir da década de 70 e se liga com a preocupação de desnaturalizar a noção de feminino e masculino nas análises que vinculam os papéis sexuais ao seu substrato biológico.

Para Grossi & Miguel (1990), a idéia de que as noções ligadas ao gênero são produtos de processos sociais e culturais implica em duas outras premissas que definem, mais precisamente, o significado do conceito. De um lado, as idéias de que as identidades de gênero constroem-se de forma relacional, ou seja, pelo contraste permanente com o outro. De outro lado, como decorrência, a idéia de que, pelo fato das relações entre homens e mulheres e as representações que fazem destas relações não serem estanques, mas dinâmicas, o gênero é também mutável e conjuntural. A aceitação destas duas premissas não só coloca um limite na utilização do conceito de gênero como substituto da idéia de "condição feminina", como põe em questão a noção do feminino como algo que possa existir por si só.

É nesta perspectiva que nos posicionamos, compreendendo que, ao usar a categoria gênero, estamos trabalhando com as construções simbólicas do feminino e do masculino em cada sociedade, onde haverá uma permanente articulação entre o que determina um gênero e outro, e onde a noção de assimetria será fundamental para a compreensão tanto da subordinação das mulheres pelos homens, como também do espaço de poder feminino no interior de cada cultura.

O conceito de gênero, tal como esboçado, tem como origem a noção de cultura, pois é a cultura que constrói o gênero, simbolizando as atividades como masculinas ou femininas (Heilborn, 1997). Essa noção aponta para o fato da vida social, e os vetores

que a organizam como, por exemplo, tempo ou espaço serem produzidos e sancionados socialmente através de um sistema de representações.

Nesta mesma perspectiva, podemos acrescentar outras autoras, tais como Stolke (1991). Para ela, gênero é um conceito analítico que se destina a desafiar a máxima essencialista e universalista de que a biologia é o destino. Ele transcende o reducionismo biológico, interpretando as relações entre homens e mulheres como formulações culturais resultantes da imposição de significados sociais, culturais e psicológicos sobre identidades sexuais.

Articulamos, também, nossa análise com as considerações de Lamas (1986), quando afirma que, do ponto de vista psicológico, gênero, enquanto categoria analítica, articula-se em três instâncias básicas:

- a rotulação, nomeação do gênero que se realiza a partir da aparência externa dos órgãos genitais.
- a identidade de gênero, que se estabelece juntamente com a aquisição da linguagem; é anterior ao conhecimento das diferenças anatômicas entre os sexos.
- o papel de gênero, compreendido no conjunto de normas e prescrições que a sociedade e a cultura estabelecem sobre o comportamento feminino e masculino. Assim, a dicotomia masculino - feminino estabelece estereótipos geralmente rígidos que condicionariam os papéis, limitando as possibilidades das pessoas, ao dar condições ou reprimir os comportamentos, segundo sejam ou não adequados ao gênero.

Acrescentamos, também, Scott (1990:14), autora relevante nas análises contemporâneas das relações de gênero:

“parece-me que o lugar das mulheres na sociedade não é um produto direto do que ela faz, mas o significado que suas atividades adquirem através da interação social concreta”.

Para a autora citada, a categoria analítica de gênero atualiza ao mesmo tempo, uma outra questão: a da relação de gênero como relação de poder. Assim, na definição de Scott (1990), a categoria gênero implica em dois níveis:

- 1- Gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sob as diferenças percebidas entre os sexos;
- 2- Gênero é uma forma básica de representar relações de poder em que as representações dominantes são apresentadas como naturais e inquestionáveis.

Ou, ainda, nas palavras de Saffioti (1997:3-4), ao se referir a gênero com base nas considerações de Scott (1988):

“... gênero é um campo fundamental no qual ou pelo qual o poder é articulado. Gênero não é o único campo, mas parece ter sido um modo persistente e recorrente de viabilizar a significação do poder no Ocidente, na tradição judaico - cristã, assim como na Islâmica”¹⁰

“... origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres. Gênero é (...) uma categoria social imposta a um corpo sexuado. (...) o uso de gênero enfatiza um sistema inteiro de relações, que pode incluir sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo nem diretamente determinante da sexualidade”.

Segundo Scott (1990), o termo gênero começou a ser utilizado, como uma maneira de se referir ao caráter fundamentalmente social das distinções baseadas sobre o corpo, e mais, para indicar a rejeição ao determinismo biológico, presentes nos termos como sexo e diferença sexual. Assim, diferentemente do sexo, o gênero é um produto socialmente elaborado e representado. O desafio analítico proposto passa a identificar, em cada prática e relação social concreta, a produção, tanto de subordinações, como das formas de resistências nas relações de gênero.

¹⁰ APUD Saffioti In: Influências do pós - modernismo nas Teorias Feministas.

Acrescenta, ainda, que o sujeito é constituído em gênero, classe e raça/etnia, na mesma medida em que é artífice destas subestruturas e expressão de suas contradições. Ele é sempre corporificado. Segundo Heilborn (op. cit), poderíamos acrescentar faixa etária, posição no ciclo reprodutivo, afiliação religiosa, capital cultural e educacional.

Nossa análise terá, como suporte teórico, também Lauretis (1994). Ela comenta que, para especificar outro tipo de sujeito e articular suas relações com um campo social heterogêneo, necessitamos de um conceito de gênero que não esteja preso à divisão sexual do trabalho, a ponto de se confundir com ela, fazendo com que, gênero seja considerado uma derivação direta da diferença sexual e, por outro lado, o gênero possa ser incluído na divisão sexual como um efeito da linguagem, ou como puro, imaginário, não relacionado ao real. Nesse sentido, ela se propõe a pensar gênero como Foucault, que vê a sexualidade enquanto uma "tecnologia sexual". Desta forma, propõe que também o gênero, como representação e auto-representação, passa a ser produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana.

Poderíamos dizer que, assim como a sexualidade, o gênero não é uma propriedade dos corpos, nem existe a priori nos seres humanos, mas, nas palavras de Foucault:

"O conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais", por meio do desdobramento de uma complexa tecnologia política" (Foucault apud Lauretis, 1994: 208).

Mas, ao pensar gênero como produto e processo de tecnologias sociais ou aparatos biomédicos, já se está indo além de Foucault, cuja compreensão crítica não levou em consideração os apelos diferenciados de sujeitos masculinos e femininos e, cuja teoria, ao ignorar os investimentos conflitantes de homens e mulheres nos discursos e

nas práticas da sexualidade, de fato, exclui, embora não inviabilize, a consideração sobre gênero. (Lauretis, 1994).

Será importante, para pensar as relações sociais entre homens e mulheres, a compreensão das tecnologias sociais, tratadas por Foucault (1995), referentes a diferentes formas históricas pelas quais foi passando o adestramento do corpo, da vida, das sociedades. Formas como foram se estabelecendo lógicas de linearidade, regularidade, de identificação, confiança na objetividade da ciência. Foucault faz pensar que o saber sobre os homens e as mulheres sobre si mesmos, vem pautado e mediado por jogos de verdade específicos, relacionados com técnicas específicas, e apresenta quatro tipos principais de tecnologias:

- a- Tecnologias de produção: que nos permitem produzir, transformar e manipular coisas;
- b- Tecnologias de sistemas de signos: que nos permitem utilizar signos, sentidos, símbolos e significações;
- c- Tecnologias de poder: que determinam a conduta dos indivíduos, os submetem a certo tipo de fins e de dominação, e consistem em uma objetivação do sujeito;
- d- Tecnologias do eu: que permitem aos indivíduos efetuarem, por conta própria ou com a ajuda de outros, certo número de operações sobre o seu corpo, sua alma e seu pensamento, conduta ou qualquer forma de ser, obtendo, assim, uma transformação de si mesmo, com o fim de alcançar certo estágio de felicidade, pureza, sabedoria ou imortalidade.

Para Foucault, estas tecnologias quase nunca funcionam de modo separado, porém, cada uma está associada a um tipo particular de dominação. Cada uma implica certas formas de aprendizagem e de modificações nos indivíduos, não só no sentido de aquisições de certas habilidades, mas também de certas atitudes. Neste sentido, serão úteis para compreendermos como o indivíduo atua sobre si mesmo em resposta aos símbolos, prescrições ou normas da realidade social e como o poder é articulado nas relações sociais entre homens e mulheres. Contudo, este não é um processo que se dá como se o indivíduo fosse apenas um mero receptor; o poder não produz apenas

efeitos negativos, mas produz efeitos positivos a nível do desejo e do saber. O poder trabalha com subjetividades:

“ ...pois, se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, a maneira de um grande superego, se apenas se exercesse de modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo - como se começa a conhecer - e também a nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz (Foucault 1992:148)”.

Ainda, neste sentido, podemos acrescentar as considerações de De Lazari (1993) que, ao tecer análises sobre as conceituações de gênero, faz referência a Benhabib (1987:80), ao se referir ao sistema sexo/gênero, como uma maneira de organizar, interpretar e viver a realidade na experiência de cada um:

“O sistema sexo/gênero constitui a grelha, na qual o “self” desenvolve uma identidade incorporada, uma certa forma de ser no seu corpo e de viver o corpo. O “self”, torna-se um eu, na medida em que realiza a apropriação, a partir do que lhe oferece a comunidade humana, de um modo de física, social e simbolicamente vivenciar sua identidade corporal. O sistema sexo/gênero é a grelha através da qual as sociedades e as culturas reproduzem indivíduos corporificados” .

Através desta leitura, a autora deixa transparecer a idéia de influência social, dirigindo-se ao indivíduo e modelando o sexo, porém, acrescenta que há implícita, a importância da possibilidade de escolha que o “self” precisa empreender para construir sua identidade (De Lazari 1993).

No que se refere ao conceito de representações sociais, segundo Sá (1995), um primeiro delineamento formal do conceito e da teoria das representações sociais surgiu no trabalho de Moscovici intitulado *La psychanalyse son image et son public* (1961, 1976). Partindo da tradição da sociologia do conhecimento, o autor começava então a

desenvolver uma psicossociologia do conhecimento, que consistia num distanciamento de uma concepção estritamente sociológica, quanto de uma concepção estritamente psicológica; pois os indivíduos não são apenas processadores de informações, nem meros portadores de ideologias ou crenças coletivas, mas pensadores ativos que, mediante inumeráveis episódios cotidianos de interação social, produzem e comunicam incessantemente suas próprias representações e soluções específicas para as questões que se colocam a si mesmos. A noção de representação social, tal como Moscovici procurou elaborar, constituiu uma tentativa de articular a influência recíproca da estrutura social e do autor; mas, sem dúvida, a ênfase era colocada sobretudo de um lado: a reflexão se apoiava mais no sujeito ativo, construtor do mundo a partir dos materiais que a sociedade lhe fornece, do que na própria estrutura social.

Segundo Guareschi (1995), para a psicologia social o indivíduo foi, em grande medida, ainda é a única possibilidade de referência para noções como atitude, atribuição, esquemas e assim por diante. Para este cientista social, o indivíduo existe e seria uma bobagem negá-lo. Mas, considerar o indivíduo como o único centro possível na análise dos processos sociais, é outro equívoco. Foi exatamente porque negou a tensão entre indivíduo e sociedade que a psicologia social, em grande parte, não conseguiu teorizar adequadamente essa relação. Segundo o autor citado, no que diz respeito à psicologia social, a teoria das representações sociais oferece um passo à frente daqueles conceitos que historicamente constituíram a disciplina. O avanço mais importante consiste em romper com o individualismo teórico que marcou a maioria das conceptualizações presentes na disciplina. Argumenta que vidas individuais não são realidades abstraídas de um mundo social; pelo contrário, elas só tomam forma e se constroem em relação com a realidade social. Para o autor, a história e a sociedade também não podem ser simplesmente utilizadas como variáveis que influenciam a vida humana. Muitos dos estudos desenvolvidos pela psicologia social falham em teorizar o aspecto constitutivo da história e da sociedade nos fenômenos psicossociais. Outras vezes, a história e a sociedade aparecem explicando tudo, o que, para Guareschi (1995), também é um problema sério, pois ao negar um estatuto de especificidade ao fato psíquico, psicólogos sociais negam também a contribuição que sua própria

disciplina pode trazer à compreensão da realidade humana. Para o autor citado, a psicologia social demonstra falhas em teorizar a dialética entre o sujeito individual e a sociedade.

Mas é preciso situar nosso trabalho diante destas colocações. Assim, esclarecemos que as análises das representações sociais das fumicultoras se embasam nas definições dos cientistas sociais Jovchelovitch e Guareschi,(1994:19), ao afirmarem:

“Contra uma epistemologia do sujeito ‘puro’, ou uma epistemologia do objeto ‘puro’, a teoria das representações sociais centra seu olhar sobre a relação entre os dois, recupera um sujeito que, através de sua atividade e relação com o objeto - mundo, constrói tanto o mundo, como a si próprio”.

Segundo estes autores, a teoria das representações sociais centraliza uma rica discussão no campo das ciências sociais, seja como possibilidade teórica, seja como possibilidade de respostas aos problemas da psicologia social.

Para Guareschi (1995)), a definição de representações sociais que detém um amplo consenso entre os que discutem esse conceito, é de Jodelet (1989:36):

“uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”.

Segundo Guareschi (op. cit.), são diversos os elementos que costumam estar ligados ao conceito de representações sociais: ele é um conceito dinâmico e explicativo, tanto da realidade social, como física e cultural. Possui uma dimensão histórica e transformadora. Junta aspectos culturais, cognitivos e valorativos, isto é, ideológicos. Acrescenta, ainda, que está presente nos meios e nas mentes, isto é, ele se constitui numa realidade presente nos objetos, nos sujeitos. Para o autor citado, é um conceito sempre relacional e, por isso mesmo, social.

O ato de representar, segundo Guareschi (1995), não é um processo simples, pois, além da figura, ele carrega sempre um sentido simbólico. Identifica, nesse ato, de representar cinco características fundamentais:

“representa sempre um objeto; é imagem e com isso pode alterar a sensação e a idéia, a percepção e o conceito; tem um caráter simbólico e significante; tem poder ativo e construtivo; finalmente possui um caráter autônomo e generativo” (Jodelet apud Guareschi, 1995 : 203).

Para Guareschi (op. cit.), Allansdottir, Jovchelovitch e Stathoupoulou (1993), em sua análise crítica do conceito de representação social, discutem três postulados que revelam a relevância do conceito e podem propiciar combinações interessantes em seu emprego:

- a- É um conceito abrangente, que compreende outros conceitos tais como atitudes, opiniões, imagens, ramos de conhecimento;
- b- Possui poder explanatório: não substitui, mas incorpora os outros conceitos, indo mais a fundo na explicação causal dos fenômenos;
- c- O elemento social, na teoria das representações sociais, é algo constitutivo delas, e não uma entidade separada. O social não determina a pessoa, mas é parte substantiva dela. O ser humano é tomado como essencialmente social.

Guareschi (1995) acrescenta que o conceito de representações sociais tem a ver com estas várias dimensões: o que forma as representações sociais, como elas se constituem e quais os efeitos dessas representações. É por isso, um conceito dinâmico, gerador (generativo), relacional, amplo, político - ideológico (valorativo) e, por isso tudo, social.

Na mesma visão Perrùsi (1992: 69), nos diz:

“ o conceito de “representação social” dá relevo ao termo social “ (...) por exatamente exprimir a força do dinamismo social, que existe no interior de toda

representação, impregnando a vida afetiva e intelectual dos indivíduos de uma sociedade” (Perrusi apud Moreira 1997: 8)..

Segundo Moreira (1997), as representações sociais, englobam dois aspectos fundamentais: de um lado, a construção e a partilha de conhecimentos, e de outro as dimensões psicológicas, afetivas e axiológicas do comportamento do indivíduo, sublinhando a importância do processo de comunicação e de interação social na construção social da realidade:

“A discussão sobre a dimensão social das representações mostra que estas não se limitam a um processo de natureza individual, psicológica, mas que se desdobram, pela apropriação pessoal da realidade, dos objetos, pelo fato de se constituírem num processo inscrito num contexto social onde há comunicação e o compartilhar de experiências pessoais com outros indivíduos em suas práticas sociais. (Idem 1997:9).”

E, sobre este aspecto, escreve Perrusi apud Moreira (1997:9)

“ (...) As representações seriam sociais desde que produzidas dentro de processos de troca e de interação social. A representação pode ser considerada como um sistema de interpretação da realidade, que organiza as relações o indivíduo com o mundo, orientando suas atitudes e seus comportamentos no meio social, permitindo ao indivíduo interiorizar experiências, práticas sociais e modelos de comportamento. O indivíduo pode, através das representações sociais, construir e se apropriar dos objetos socializados”.

As representações funcionam como estruturas simbólicas que nascem, tanto do próprio indivíduo, quanto dos inúmeros condicionantes sociais e culturais que o cercam, conformando um dinâmico e contínuo processo onde, tanto o indivíduo é representado pelos demais, quanto se auto - representa e constrói suas próprias representações sobre os demais (Farr,1994).

Portanto, o conceito de representação social se propõe a investigar de que forma os sujeitos sociais se apropriam da realidade social, como dão sentido a ela e, eventualmente, porque se decidem pela sua transformação.

As representações devem ser analisadas nas relações que mantêm com as relações sociais, políticas e econômicas da sociedade, em um determinado momento de sua história.

Segundo Laplantine (1988), há toda uma linha na antropologia social preocupada com a antropologia simbólica, que poderia nos aproximar do conceito de representações sociais. Especialmente, em relação à antropologia elaborada na Inglaterra, com o impulso de Malinowski e, sobretudo, de Radcliffe - Brown (1968). Esta insistia na coerência lógica dos sistemas de pensamento. A antropologia social começa destacando a coesão das instituições e o caráter integrativo da família, da moral e, sobretudo, da religião (Durkheim, 1979), mas o que nos interessa aqui, enquanto antropologia simbólica, é pautar a nossa forma de falar sobre o significado da experiência de gênero na efetivação das práticas simbólicas. O seu objeto, como a região da linguagem que é o lugar das múltiplas significações, expressadas através das religiões, das mitologias e da percepção imaginária do cosmos nos interessa, na medida em que possibilitou avanços no pensamento, que se estendem até nosso presente. Trata-se, apenas, de uma fonte de inspiração para ter como eixo de análise, o ponto de vista do sentido, articulado às práticas. Ocorre, portanto, que o sistema representacional deve ser analisado nas relações que mantêm com as relações sociais, políticas e econômicas da sociedade em um determinado momento de sua história, portanto, as produções simbólicas são simultaneamente produções sociais que decorrem de práticas sociais. No nosso estudo, o comportamento e as representações do grupo estudado é revelador da cultura à qual pertence.

Estes pressupostos conceituais pautarão nossa análise, a fim de compreendermos o significado das representações sociais e das perspectivas de vida, elaboradas pelas

mulheres fumicultoras sobre si mesmas, a partir da articulação entre trabalho e gênero.

PARTE II

METODOLOGIA DA PESQUISA

A definição do objeto de estudo orientou nossa opção metodológica para a realização de entrevistas semi-dirigidas, baseadas num roteiro de perguntas (anexo), capaz de contemplar os diferentes aspectos propostos pela pesquisa.

A entrevista semi-dirigida constituiu-se numa técnica fundamental pois permitiu às entrevistadas, expressarem-se mais livremente sobre o tema proposto, uma vez observando-se a seguinte recomendação:

“...é semi - dirigida no sentido de que não é inteiramente aberta (...) a disposição pelo investigador de algumas perguntas guias, a respeito das quais, é imperativo receber uma informação necessária da parte do entrevistado” (Quivy, 1992:194).

A escolha deste procedimento deveu-se à sua adequação para análises dos discursos. Neste sentido, a técnica de entrevistas com roteiro foi escolhida com o objetivo de obter um resultado qualitativo. A abordagem qualitativa nos permitiu basear nosso estudo no “pensar” e “sentir” das fumicultoras, dando espaço à fala, às suas expressões singulares e a um trabalho de interpretação. Buscamos, assim, desvendar o discurso, enquanto uma estrutura de representação que provoca a emergência da subjetividade e nos informa sobre suas relações sociais.

Trata-se, portanto, de uma análise qualitativa que coloca no centro a subjetividade como instrumento do conhecimento de um grupo de trabalhadoras que se encontra num mesmo processo de trabalho, embora em locais diferentes. Trata-se, portanto, de uma perspectiva grupal, uma vez que procuramos apreender o conjunto dos significados, construídos na riqueza de seus detalhes, conforme foram apresentados

durante as entrevistas realizadas de abril a junho de 1997, e recortados pela subjetividade da pesquisadora.

As entrevistas foram feitas individualmente, com a utilização do gravador, durante um tempo médio de 50 minutos, podendo estender-se, ou não, a depender do tempo disponível da entrevistada e do local onde nos encontrávamos.

Todas as 26 entrevistas foram realizadas nas dependências das entrevistadas. Algumas nem sempre com tranquilidade e liberdade, pois havia alguém por perto querendo saber do que se tratava, demandando, assim, maior atenção, para que as questões importantes não acabassem por passar despercebidas.

O critério, que orientou a escolha das entrevistadas, foi o vínculo com a Souza Cruz; a distribuição espacial, pois nosso objetivo era atingir várias comunidades do município; bem como a sua disposição para falar sobre o assunto.

Estas nem sempre demonstravam prontidão para fazê-lo, o que exigia da pesquisadora várias explicações. Muitas viagens foram perdidas, pois, como não contávamos com telefone, tivemos que nos dirigir até as residências das fumicultoras, primeiro para marcar as entrevistas, depois para realizá-las. Algumas se negaram a fazê-lo, alegando ter de conversar primeiro com o marido, pois ele poderia não gostar, ou achavam que a pesquisadora era alguém ligada à Souza Cruz que poderia prejudicá-los, dependendo do que dissessem. Outras, demonstravam-se bem dispostas; já no mesmo dia, interrompiam os trabalhos para conversar com a pesquisadora. É preciso ter em conta, que o grupo entrevistado comunicou-se muitas vezes através do dialeto italiano local, e que estes desafios foram superados em função da pesquisadora possuir habilidade para compreensão da língua.

Quanto aos instrutores técnicos, foram localizados três deles; o primeiro, atuou no município nas décadas de 50, 60 e 70; o segundo, na década de 80; e o terceiro, é atuante. As questões destas entrevistas giraram em torno do número de plantadores em cada década, das técnicas utilizadas para convencer a família a plantar fumo, das

preferências por algumas famílias e não por outras. Conversamos, ainda, sobre a comercialização do produto, sobre os incentivos dados pela empresa, e sobre o uso de agrotóxicos. Acrescentamos que essas conversas não foram gravadas por decisão da pesquisadora, pois existia um certo clima de receio por parte dos instrutores técnicos, apesar de dois deles, já serem aposentados.

Encerradas as entrevistas, demos continuidade ao trabalho de transcrições das fitas, que acontecia simultaneamente às entrevistas, e teve seu término em setembro de 1997. Em seguida, passamos para uma leitura cuidadosa das representações das fumicultoras, entremeada sempre que preciso de nova escuta das entrevistas, para se ter uma idéia global, e posterior apreensão das diversas opiniões emitidas. Esta ação permitiu-nos perceber, nas representações, aspectos segundo um significado comum, de primeira ordem para, em seguida, reuni-los em torno das diversas categorias de análise. Algumas categorias de análise foram previamente estabelecidas em nosso projeto, com base nos objetivos propostos; outras, foram surgindo nos discursos das fumicultoras, de forma que efetivaram-se as seguintes categorias de análise:

Representações sociais e perspectivas de vida relativas às condições de trabalho no espaço doméstico e fora dele, a imagem de si mesmas que passa pelo corpo, família, sexo, herança e religião, articuladas às relações de gênero.

PERFIL DO GRUPO ESTUDADO

Nosso grupo constitui-se num total de 26 entrevistadas. Todas as mulheres, aqui estudadas, têm sua experiência de vida ligada predominantemente ao mundo rural.

Objetivando apresentar o grupo, destacaremos aspectos como: estado civil, idade, escolaridade, número de filhos, idade de início do trabalho na agricultura, tempo de trabalho na fomicultura, situação previdenciária, religião, herança, situação da terra.

No que se refere ao estado civil, 1 é solteira, 2 são viúvas e 23 casadas.

Quanto à idade, encontram-se na faixa de:

20 a 30 anos - 5 fomicultoras

30 a 40 anos - 2 ||

40 a 50 anos - 5 ||

50 a 60 anos - 7 ||

60 a 70 anos - 3 ||

70 a 80 anos - 4 ||

Quanto à escolaridade, 5 são analfabetas, apenas 1 tem 2^o grau; as demais, que chamamos de alfabetizadas, freqüentaram de 2 a 4 anos, no máximo, até a 4^a série primária. A razão da baixa escolaridade parece se associar à idade de início do trabalho na fomicultura, por sua vez imbricada com a necessidade de mão de obra do grupo familiar; 14 delas não completaram o primário por este motivo:

“Meu pai não deixou ir prá aula, achava que ficava pouca gente prá trabalhar na roça, e em casa” (H.B.V.71 anos).

Das 26 entrevistadas, 3 iniciaram seus trabalhos na agricultura aos 5 anos, 2 com seis anos, 16 delas com 7 anos, 4 com 8 anos e, apenas 1 com dez anos:

“...era guapeca, mas prá carregá molho de fumo no meio do caminho já dava, né! “(L.G.28 anos, iniciou na roça com 5 anos).

Em relação ao número de filhos, uma delas teve 16 filhos, 2 tiveram 12, outras duas, 9 e, uma com 8 filhos; mais duas tiveram 7; 3 delas com 6 filhos, mais 3 com 5; e 3 com 4 filhos; 4 delas com 3; outras 2 com 2 filhos cada e, das 3 restantes, uma tem 1 filho, outra não tem e uma é solteira.

No que se refere ao tempo de trabalho na fumicultura podemos dizer que o maior tempo é de 50 anos para uma plantadora. Na faixa de 40 a 46 anos encontram-se 3 fumicultoras; dos 30 aos 35 anos outras 8, de 17 a 26 anos outras 11; na faixa de 10 a 12 anos encontram-se 2 e; por último, 1 fumicultora com 6 anos de serviço. Lembramos, nesse item, que as entrevistadas, além de realizarem o trabalho na fumicultura e nas demais atividades agrícolas, consideradas por elas mesmas como “ajuda” ao marido, são responsáveis pela administração da casa, o cuidado dos filhos e, dos hortifrutigrangeiros. Esta caracterização do seu trabalho como ajuda, faz com que a trabalhadora rural seja agregada à produção, sem ser considerada força produtiva. Dizia uma das entrevistadas:

“ser mulher é uma responsabilidade grande, a gente tem que trabalhar em casa, cuidar dos filho, das criação e ajudá o marido na roça; direito nenhum, não tem, é uma lida dura, não tem direito de médico, internação, não tem nada que ampara a mulher da roça, a aposentadoria é só com certa idade, né, quando já tá acabada, prá aquelas que consegue” (L.M.35 anos).

Quanto à situação previdenciária, 8 são aposentadas como agricultoras, sendo que, seis delas, ainda trabalham na fumicultura. Das demais, uma é pensionista do marido, as 4 restantes na faixa etária de 51 a 57 anos alegam estarem enfrentando problemas para conseguirem aposentadoria. São agricultoras desde os 6 e 7 anos de idade, mas

não conseguiram completar a quantia de notas necessárias, que comprovem a venda de produtos. Hoje, o INSS exige notas dos 12 meses, de 1988 e últimos 12 meses no caso de 1996/97¹¹.

Segundo depoimento de uma das entrevistadas:

“Comecei na roça com 6 anos de idade, paguei sindicato, tenho notas de venda do fumo, mas o INSS diz que falta nota, que não dá prá aposentá, eu tô muito revoltada, meu marido se aposentô e, eu não, trabalhei na cana, no café, no fumo, eu tenho 3 professora minha que aprova que eu sou agricultora desde 7 ano de idade”(M. D. B. 57anos).

As 13 restantes pagam o sindicato dos trabalhadores rurais de Nova Trento e, descontam uma quantia de fundo rural na venda do fumo, oficializada na nota fiscal de venda do produto.

No que se refere ao aspecto religioso, todas são católicas e manifestam espanto quando questionadas, como se dissessem: isto é pergunta que se faça? Claro que sou católica. Marques (1995:111), que analisou a construção de uma cultura religiosa em Nova Trento, revela que a religião católica predomina no município:

“a religiosidade aparece como elemento fundamental. (...). A vida é marcada por práticas religiosas: batismo, comunhão, casamento ou ordenação, missa, festa do padroeiro...orações...A vida depois da morte é consequência de como esta religiosidade foi vivida. O imaginário é povoado por imagens de bem e mau, céu e inferno, Deus e diabo...Imagens justificam comportamentos e os transformam”.

11 Informações fornecidas junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Trento.

No aspecto que se refere à situação atual da terra, 10 entrevistadas alegaram que a terra onde plantavam, ou plantam fumo, foi herança do marido; outras 3 alegaram que, foi uma parte herança do marido, outra parte, compra; 7 compraram a terra, 4 alugam, uma planta na terra do sogro e a última, solteira, trabalha com o pai.

Quanto à questão da herança, apenas 2 fumicultoras receberam parte igual à dos filhos homens, quando da partilha das terras; outras 3, seus pais perderam a terra, pois não tinham dinheiro para pagar impostos; 2 delas, através de acordo abriram mão da terra; 5 declararam que o pai ainda não dividiu e, mesmo que dividisse, não haveria suficiente para todos; outras 3, afirmaram que seus pais não possuíam terras; e 11 delas alegaram que não ganharam herança de seus pais e disseram, que a terra foi dividida entre os filhos homens:

“Meu pai deu a terra para os dois filhos homens, as 10 mulheres não ganharam nada” (M.G.72 anos).

“Na minha época, mulher não ganhava terra, só um dinheiro prá enxovalzinho”(H.B.V.71 anos).

“Meu pai dividiu, passou para os dois filhos homens; eles deram um dinheiro prá gente, mas era pouca coisa; a terra valia mais, o dinheiro era pouco, eles achava que os homem era melhor que as mulher, eram mais interessados pelas terras, as mulher casava, ia embora; levei um dinheiro que não deu prá nada” (M.D.B.57 anos).

Este fato já foi evidenciado por Paulilo (1990), ao estudar os produtores integrados do sul do estado de Santa Catarina. Para ela a falta de terras e, a não correspondência entre o costume e as leis prescritas no Código Civil, levam a que a parte dos filhos seja excluída da herança:

“No Brasil todos os filhos têm direito igual a herança, enquanto que a prática nas regiões de colonização italiana e alemã é a exclusão de parte da prole, principalmente as mulheres” (Santos e Seyferth apud Paulilo, 1990:98).

Segundo a autora, a herança é um assunto exclusivo da família, onde a autoridade paterna prevalece frente às muitas formas de partilha, existentes na região. Uma das formas muito utilizada é excluir as filhas da herança, dando-lhes um “dote” e alguns animais, o que não guarda correspondência com o valor da terra.

Outra forma encontrada é a compra da terra por um filho a preços mais baratos, cabendo a este cuidar dos pais até a morte. Mesmo excluindo as mulheres, a terra geralmente é insuficiente para os filhos homens. Outra solução é investir no estudo de alguns filhos para que tenham uma profissão e não precisem da terra para assegurar a sobrevivência.

Outro fator salientado pela autora como agravante na partilha é o estabelecimento pelo INCRA, do “módulo”, de uma quantidade mínima de terra para que a propriedade possa ter existência jurídica, o que explica muitos casos, onde o documento da terra se encontra em nome de duas ou mais pessoas.

Entre as muitas formas de “acordos”, que geralmente fogem às prescrições das leis Cíveis ou de mercado, a autoridade paterna tem sempre papel fundamental, existindo sempre a preocupação com a realização da partilha em vida, (Paulilo 1990).

A discriminação das mulheres rurais se mostra evidente neste aspecto; há uma construção cultural que as classifica como menos capazes de administrar, de decidir, ou empreender. O trabalho feminino expressa uma concepção de domesticidade que aparece claramente nos dados censitários, onde a prevalência da mão de obra feminina se verifica em atividades voltadas para “cuidar, ensinar, servir, atender, limpar, costurar”, todas compatíveis com o estereótipo do feminino. No nosso caso, ficou evidente que o trabalho é tratado como complemento, ou ajuda ao trabalho masculino; raramente a mulher decide sobre a roça de fumo, ou sobre o plantio de uma nova safra. Embora isto tenha se apresentado em algumas falas de forma nova, considerando os últimos anos de plantio do fumo, onde a mulher começa a sugerir aos seus: filhos e marido, que procurem outros trabalhos, dizendo ser capaz de assumir as

atividades que forem necessárias na roça, sem eles. Isto se deve ao fato da pouca renda econômica que este plantio tem permitido à família. Mas, ao nosso ver, persiste ainda a necessidade de se redefinir o conceito de trabalho, conforme apontado por Bruschini (1994), para que nele caibam todas as atividades desenvolvidas pelas mulheres e não reconhecidas como trabalho. Considerando estes pressupostos é que, de ora em diante, perseguiremos nossos objetivos guiados pelas questões orientadoras, tal como os propostos a seguir.

OBJETIVO GERAL

Conhecer, a partir da articulação entre gênero e trabalho, o significado das representações sociais sobre si mesmas e das perspectivas de vida, elaboradas pelas mulheres fumicultoras.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- 1- Analisar a vivência de relações de gênero das fumicultoras, no espaço doméstico;
- 2- Analisar a influência das condições de trabalho e relações de gênero das fumicultoras, na construção de representações sobre si mesmas;
- 3- Conhecer o significado das perspectivas de vida, elaborado pelas fumicultoras.

PERGUNTAS

- 1- Que representações sobre si mesmas são construídas pelas fumicultoras, na relação com o seu processo de trabalho, articulado à vivência de gênero?
- 2- A experiência de trabalho das mulheres fumicultoras permite representações viabilizadoras de alguma autonomia?

PARTE III

CONHECENDO AS REPRESENTAÇÕES

Ao articularmos trabalho e gênero, na análise das representações das fumicultoras, partimos do princípio que, através do trabalho, de sua ação sobre o mundo, as fumicultoras afirmam sua existência e dão forma ao seu ser.

O trabalho é a expressão dos indivíduos e, nesta categoria, podem ser incluídas todas as atividades humanas:

“Para Hegel, a simples percepção já é trabalho; é através do trabalho que o ser -natureza rompe com as relações puramente imediatas, construindo mundos ou estruturas de ações e assim se construindo como individualidade posta, através de instrumentos próprios como a mão e a cabeça (Aquino 1993 : 21)”.

O trabalho, portanto, constitui-se no espaço mais real que as fumicultoras dispõem para produzirem sua existência social (Marx 1977) e, neste, produzirem-se pelo trabalho, vivenciam experiências de gênero. É no espaço do trabalho que está posta a possibilidade para as mulheres fumicultoras instaurarem sua subjetividade, de saírem de si, transcenderem-se para poderem ser e realizarem-se na sua finitude. Simultaneamente, buscando nos outros a realização de si, e através de si a realização dos outros.

“Ao transcender-se, o indivíduo vai se determinando através de uma série de ações que se explicitam no

aperfeiçoamento de estruturas já existentes, ou na criação de novas estruturas nos campos político-econômico- sociais, numa busca permanente de realização do ser pleno (Aquino 1993 : 11)".

Porém, nosso objeto de estudo não nos permite ignorar a negatividade de que vai carregado o trabalho, quando visto à luz do modo capitalista de produção¹² e perpassado por discriminações de gênero. As mulheres fumicultoras possuem 2 (dois) espaços de trabalho: o doméstico e a roça. Estes meios podem se diferenciar pelo conteúdo do trabalho, mas se assemelham por constituírem-se em espaços, onde as mulheres fumicultoras conduzem suas práticas pelos mesmos valores, como vítimas e reprodutoras das discriminações de gênero.

Na roça, mesmo que desenvolvam as mesmas atividades executadas pelos homens, se reconhecem e são reconhecidas como ajudantes. Neste espaço, exercem poder desigual, entretanto, isto não as livra das preocupações relacionadas com o cumprimento do contrato com a Souza Cruz a cada nova safra. No espaço de trabalho doméstico, mesmo que seja, aparentemente, seu ambiente de domínio e nele exerçam certa autonomia, as representações nos mostrarão, no decorrer da análise, que se constitui no espaço e nas falas de menor valor social. Mostrarão, ainda, que o trabalho neste espaço, apresenta-se destituído de suas dimensões qualitativas, devido à sobrecarga proporcionada pelo trabalho na fumicultura, além de não ser considerado trabalho.

Na análise das vivências de relações de gênero, daremos maior destaque ao espaço doméstico por ser preponderante para as mulheres fumicultoras. Desde meninas, aprenderam que este espaço lhes pertence naturalmente, pois o treinamento, para a divisão do trabalho, inicia antes de qualquer outro.

¹² A respeito das conseqüências nocivas sobre as mais diferentes dimensões da vida do trabalhador, decorrentes do modo capitalista de organizar o trabalho, veja-se: Marx, Engels, Braverman, Dejours.

Assim podemos definir o doméstico:

“A palavra “doméstico” não é um puro conceito, mas uma categoria. Concentra uma representação, designa um conjunto de atividades, define personagens, caracteriza uma relação, refere-se a um lugar: a casa (...), e a um conjunto de relações, as relações familiares; e, a um trabalho (a limpeza, manutenção deste lugar, as atividades que acionam seu funcionamento) (Kofes 1990)”.

1. REPRESENTAÇÕES SOBRE A VIVÊNCIA DE GÊNERO NO ESPAÇO DOMÉSTICO.

Para verificarmos, como as fomicultoras entrevistadas vivenciam sua experiência de gênero no espaço doméstico, através da análise de suas representações; conforme propomos no nosso primeiro objetivo, ocuparnos-emos, primeiramente, em caracterizar o espaço doméstico, ao longo de diferentes momentos históricos, através de autores como: Daupin, Del Priori, Ariès, Scott, Falci, Pedro, D'Incao, a fim de ilustrar como o doméstico em diversas conjunturas históricas, vai variando em seu significado mas não se descola da ideologia que o constitui ou seja: trabalho doméstico, como trabalho de mulher.

Também, será evidenciado o fato de que há todo um modo de ser, construído para a mulher no espaço doméstico, um modelo idealizado historicamente e, ainda presente em nossa realidade através de um fundo cultural naturalizado e, através de tecnologias para controle da subjetividade (Foucault 1995).

Em seguida mostraremos como as fomicultoras entrevistadas vivenciam sua experiência de gênero no espaço doméstico, através da análise de suas representações.

1.1 O doméstico em alguns momentos históricos

A literatura mostra que a mulher, por força de suas atividades cotidianas, está presente, infinitamente durante o século XVI ao século XVIII, no conjunto das cenas domésticas, econômicas, intelectuais e públicas, conflituais e até lúdicas da sociedade (Del Priori 1993), (Ariés 1978), (Daupin 1991). Desta forma está também presente em acontecimentos que constroem, transformam ou dilaceram a sociedade. Dela muito se fala, para por o universo em ordem. Este discurso repetido sobre a mulher é, certamente, um discurso atravessado pela necessidade de contê-la, é um desejo de tornar sua presença uma espécie de ausência, ou, pelo menos, de torná-la uma presença discreta, que deve ter limites. A mulher precisa ser exorcizada em função dos excessos e perigos que ela representa. Ela é inventada e redefinida por causa da importância dada a seu papel de mãe. Ela é subtraída de si mesma pelo olhar culto masculino, que a reinventa enquanto ausência de perigo, atribuindo-lhe a santidade de mãezinha, e adestrando-a no espaço doméstico.

O trabalho doméstico, embora variando no seu significado nos diversos contextos históricos, não deixa de ser atribuído majoritariamente às mulheres, seja ele realizado para sua família, seja prestando serviços para outros.

Conforme escreve Ariès (1981), nas sociedades tradicionais do ocidente, da idade média ao séc. XVIII, cada um nascia numa comunidade formada por pais, vizinhos, amigos, inimigos. A comunidade, mais do que a família, determinava o destino do indivíduo. O Estado, e a "grande sociedade" eram forças que raramente intervinham. Aos rapazes, no momento em que largavam as saias das mulheres, cabia conquistar um lugar nesta comunidade e, uma vez bem sucedido, se faziam donos deste lugar. A mulher, que escolhia para esposa, deveria, de sua parte, reforçar e ampliar a posição de seu marido; fiel colaboradora, devendo aceitar e obedecer o homem que a escolhera.

Segundo o autor citado, a comunidade estabelecia limites, e cabia a cada um, neste espaço, alargar suas malhas segundo sua conveniência. A família deveria reforçar os

poderes do indivíduo (neste caso o homem), porém, sem alterar a solidez de suas relações com a comunidade. As mulheres casadas, envolvidas com os afazeres domésticos, se encontravam para lavar roupas; os homens se encontravam no cabaré. Cada sexo tinha seu lugar na igreja, na procissão, na praça, na festa e mesmo na dança; cada sexo tinha seu lugar social.

Acrescenta, ainda, que a família não possuía um domínio que fosse seu. O domínio se estabelecia no que cada indivíduo do sexo masculino conquistava na comunidade por sua estratégia, com ajuda de sua mulher e amigos.

Seguindo o mesmo raciocínio, Ariès (1981), indica mudanças a partir do séc. XVIII, influenciadas por três grandes fenômenos: o primeiro deles se refere ao fato da repugnância com que a sociedade global, isto é o Estado, passou a encarar o fato de certas áreas da vida escaparem do seu controle e influência. O segundo fenômeno se refere à separação entre o lugar do trabalho e os lugares das demais atividades, isto é a casa, a rua, o campo. O trabalhador abandona o centro de seu antigo domínio, o da sociedade tradicional, teatro de todas as suas atividades, para ir trabalhar mais longe, num ambiente diferente, submetido a hierarquias e disciplinas ditadas pela nova sociedade industrial. Como terceiro aspecto, o autor aponta para o fenômeno de natureza psicológica, pois a época não é só de revolução industrial, mas também de revolução da afetividade, que vai, agora, concentrar-se no interior da família sobre o casal e os filhos, não mais na comunidade. A vida do trabalhador, agora, será partilhada entre dois pólos: o seu trabalho e a sua família. No trabalho, o trabalhador encontra vigilância, controle; na família, um espaço de refúgio.

Assim, para ele, a família passa a recolher-se longe da rua, da praça, da vida coletiva; dentro de uma casa melhor defendida contra os intrusos e melhor preparada para a intimidade. O autor nos diz que a privatização atingira somente as mulheres (inclusive as que trabalhavam) e as crianças. Os homens haviam parcialmente escapado. Para as mulheres e crianças quase já não havia nenhuma vida fora da família e da escola: ao contrário dos homens que, entre a família e o trabalho, sempre dispunham de um lugar de animação. O doméstico também é colocado, neste período, sob o olhar

vigilante da Igreja, das parteiras, passando a família, por toda uma normatização através dos registros de catolicidade, imputados por meio do batismo.

“Seria fácil sustentar, que o deslocamento do trabalhador, do mesmo modo que o encerramento da criança na escola, do louco no asilo, de qualquer pequeno delinquente na prisão, foi um dos meios de ‘vigiar e punir’ (Michel Foucault), ou, de qualquer modo, uma forma de controlar e ordenar” (Ariès 1981:16).

Segundo esse autor, torna-se, o doméstico, o lugar da educação das crianças, que já não podiam ser deixadas aos cuidados dos criados e, sobretudo, com lacaios. Um espaço compatível com a privacidade igual à intimidade. Um espaço interior que coincide com o modelo de família, em que as crianças devem ser tratadas com reservas, sendo preservadas da sujeira da vida. A escola, pelo menos para os ricos, formará o novo modelo de mulher, destinada ao casamento, devendo comportar-se, desde menina, como uma mulherzinha, dedicada exclusivamente a sua casa, para que, no futuro, possa tornar-se uma exímia mãe de família.

O mesmo autor mostra, ainda, que, com o desenvolvimento da idéia de família desde o século XV até o século XVIII, ocorre uma progressiva degradação da mulher no lar. Ela perde o direito de substituir o marido ausente ou louco e, finalmente, no século XVIII, a mulher casada torna-se uma incapaz; todos os atos que faz, sem ser autorizada pelo marido ou pela justiça, tornam-se radicalmente nulos. A partir de então, ocorre um reforço do poder paterno. Enfraquecem-se os laços de linhagem, a autoridade do marido dentro de casa torna-se maior, a mulher e os filhos se submetem a ela mais estritamente, a família adquire, agora, o valor que, outrora, pertencera à linhagem (Ariés, 1978:214).

Assim, separam-se a vida mundana, a vida profissional e a vida privada. A intimidade passa a ser preenchida por uma família, reduzida aos pais e às crianças, da qual se excluíam os criados, os clientes e os amigos.

O sentimento da família, o sentimento de classe e, talvez, o sentimento de raça surgem, portanto, como manifestação da intolerância diante da diversidade, de uma mesma preocupação de uniformidade.

O autor citado aponta, também para uma variação da noção essencial do serviço doméstico que, até o séc. XVIII, não implicava nenhum tipo de degradação e nem despertava repugnância. Mostra que no século XV existia, toda uma literatura na língua vulgar francesa ou inglesa, que enumerava os mandamentos de um bom servidor. Esse servidor devia saber servir a mesa, fazer as camas, acompanhar seu mestre, etc. Esse serviço doméstico compreendia, também, a função de secretário. Além disso, não era considerado um estado definitivo, e sim um estágio, um período de aprendizagem. No caso da criança, os serviços domésticos se confundiam com a aprendizagem, como uma forma muito comum de educação. Era através do serviço doméstico que o mestre transmitia a uma criança, não aos seus filhos, mas ao filho de outro homem a bagagem de conhecimentos, a experiência prática e o valor humano que pudesse possuir (Idem, p.228).

Durante o século XVII, os filhos da família continuavam a desempenhar funções domésticas que os aproximavam do mundo dos servidores, sendo, especialmente, encarregados de servir à mesa. Cortavam carnes, traziam os inúmeros pratos do serviço à francesa, serviam bebidas. Até o final do século XVIII, os manuais de civilidade consagravam um capítulo à maneira de servir. A noção de serviço ainda não se havia degradado. O fato de estar a serviço de outrem, ainda não tinha assumido o caráter humilhante que adquiriu depois. Tudo se fazia no espírito de pertença ao outro. A sociedade se apresentava como uma rede de dependências e, por isso, havia certa dificuldade em separar os serviços honrosos, dos serviços mercenários, reservados à baixa criadagem.

Essa dificuldade ainda persistia no século XVIII, embora, a partir de então, os servidores fossem assimilados às camadas desprezíveis dos trabalhadores manuais.

Ariès (1978), afirma que o doméstico, para a mulher pobre, transforma-se numa possibilidade de trabalho. Ela não é livre no seu corpo, nem em sua vontade de instruir, nem em seu destino e, a cada novo momento, cruza com um conjunto de regras que se encerram e que se articulam num domínio coletivo, que a circunscreve severamente dentro de um jeito de ser, num papel que lhe é atribuído. Está inscrita no interior de uma hierarquia social que recorta, de forma drástica, a sua paisagem com a dupla limitação: a do sexo e a do grupo social de sua origem. O objetivo de sua vida é trabalhar; se é solteira, fica ainda mais explícito. Ao mesmo tempo em que poupa a família dos gastos com sua alimentação, empenha-se em acumular um dote e adquirir aptidões de trabalho que atraíam um marido. A sociedade lhe faz ver, que a vida inteira é uma luta contra sua pobreza e que, ao longo do tempo, tem necessidade de um marido que lhe proporcione abrigo e ajuda no processo de sobrevivência.

Para as filhas dos pequenos rendeiros, dos trabalhadores agrícolas ou de vendedores resta, neste contexto, procurar trabalho, sempre que possível num lugar estável como criada num pequeno sítio, contando, porém, com pouca oferta para a procura, uma vez que o trabalho doméstico, no setor agrícola, limita-se as zonas de grandes fazendas, e era freqüentemente nas fazendas leiteiras, onde a ordenha e o fabrico de manteiga e queijo eram tarefas femininas. Na Europa, segundo Hutton (1994), são os contatos familiares que determinam a forma como os empregos, nas fazendas, são obtidos, e durante os séculos XV a XVIII, há uma grande procura pelo trabalho doméstico urbano. As criadas domésticas passam a constituir o maior grupo de trabalhadores na sociedade urbana, chegando a cerca de doze por cento da população total de qualquer vila européia, nos séculos XVII e XVIII. Os melhores empregos eram arranjados através de contatos e por ascensão na hierarquia do serviço, à medida que se adquiria aptidão e experiência. No entanto, dependem da boa sorte e do tipo de qualificação que possuíam. Os patrões procuravam assegurar-se de que a criada tivesse antecedentes de honestidade e que não abrisse a porta aos seus parentes prontos a roubar, ou que não desapareceria uma noite, levando as pratas da família.

Não se esperava dela qualquer instrução. No noroeste da Europa, pelo final do período estudado, uma jovem que desejasse um lugar numa casa de família de alguma importância e que aspirasse a ir além dos trabalhos mais básicos e servis da cozinha, além de ser competente com a agulha, deveria ter adquirido alguma instrução e saber falar corretamente e gentilmente. A jovem que tivesse freqüentado a escola de caridade teria aprendido a honestidade, o respeito, a sobriedade, a deferência, atributos que contavam muito neste mundo.

A criada que iniciasse no emprego pelo nível mais baixo, poderia passar por uma grande variedade de tarefas no serviço da cozinha e no trabalho de lavanderia, cuidando e remendando roupa branca. Ao fim de alguns anos, nos serviços inferiores, a lavar louça e a esfregar assoalhos, a acender a luminária e a ir buscar carvão, água e despejos; se mantivesse um ar convenientemente aseado, tivesse uma certa beleza e aprumo na sorte, que podia bem incluir ter sabido resistir aos avanços do patrão e, mais provavelmente, aos de qualquer colega criado, poderia encontrar uma posição no andar de cima, como criada de quarto ou dama de companhia.

Mesmo assim, havia muitas jovens que não conseguiam ascensão na carreira do serviço doméstico; a miséria que atingiu certas regiões, em consequência do crescimento demográfico verificado nos séculos XVI e XVIII, trouxe grande número de jovens das zonas rurais para as cidades. Estas viviam numa pobreza crônica, subalimentadas, raquíticas, marcadas pelas bexigas, sujas, infestadas por piolhos.

Em algumas zonas industriais que necessitavam atrair uma reserva de trabalho feminino, o criado a domicílio significava também o operário têxtil residente. Assim o trabalho feminino barato foi um elemento chave no desenvolvimento das indústrias têxteis européias.

Desta maneira, antes mesmo do advento da sociedade industrial, a mulher, além de criada doméstica nas cidades, ganhava sua vida como fiandeira, costureira, ourives, cervejeira, polidora de metais, fabricante de botões ou de rendas, criada de lavoura nos campos da Europa e da América (Scott 1994).

Segundo Scott (op cit), a mulher só ganha visibilidade no século XIX pois, neste século, ela foi observada, descrita e documentada com uma atenção sem precedentes, quando os seus observadores debateram a conveniência, a moralidade e até a legalidade das suas atividades assalariadas. A visibilidade da mulher trabalhadora resultou da sua percepção como um problema, um problema de criação recente que exigia uma resolução urgente. Este problema implicava o próprio sentido da feminilidade e a sua compatibilidade com o trabalho assalariado, aspecto debatido em termos morais e de categorias sociais. Fosse o objeto da atenção, uma vulgar operária fabril, uma pobre costureira ou uma compositora tipográfica emancipada, fosse ela descrita como uma jovem solteira, uma mãe de família, uma viúva idosa ou como a mulher de um trabalhador desempregado ou de um hábil artesão, quer fosse tomada como o exemplo último das tendências destrutivas do capitalismo ou como prova das suas progressivas potencialidade, as questões que ela levantava eram as mesmas: deve a mulher trabalhar por um salário? Qual o impacto do trabalho assalariado no corpo feminino e sua capacidade de desempenhar as funções materiais e familiares? Qual tipo de trabalho é adequado para a mulher?

“O corpo curvado, uma mão ocupada nas novas máquinas e a outra na produção. A presença da mulher no trabalho não surge no século XIX, mas este século percebe-a como um problema. Todo o discurso do século a apresenta como uma trabalhadora de segunda e lhe nega a sua capacidade de produtora que poderia assegurar-lhe um reconhecimento social e econômico” (Scott, 1991:443).

Para a autora citada, a história da separação entre o lar e o trabalho, conforme tratada pela maioria dos historiadores, enquanto resultado de desenvolvimento histórico inevitável, e resultado da natureza, seleciona e organiza a informação, de modo a obter um certo efeito, um efeito que sublinha as diferenças biológicas e funcionais entre homens e mulheres, legitimando essas diferenças como base para a

organização social. Ao que ela argumenta que a história da mudança do lar para o local de trabalho, baseia-se num modelo esquemático de transferência da produção do pequeno sítio para a fábrica, da indústria doméstica para a manufatura, de atividades artesanais e comerciais em pequena escala para empresas capitalistas em grande escala. No período anterior ao da industrialização, as mulheres já trabalhavam regularmente fora de casa, e a transferência da grande maioria da população assalariada feminina não se deu do trabalho no domicílio para o trabalho fora de casa, mas de um tipo de trabalho para outro.

Se, no século XVIII, o trabalho textil era sinônimo de trabalho feminino, ele continuou a sê-lo no século XIX, e adquiriu expansão, na medida em que o comércio de roupa, calçado e artigos de couro crescia. O tipo de local de trabalho foi mudando, e isto não deve ser confundido com uma mudança na relação entre casa e trabalho para as próprias trabalhadoras, para a imensa maioria das mulheres em causa; por serem solteiras o trabalho as tinha afastado de casa. Mas, não há grandes razões para afirmar que a indústria causou uma separação entre casa e trabalho. E há menos, ainda, razões para afirmar que esta separação tenha causado problemas às mulheres, confinando-as aos empregos marginais mal pagos. Isso se dá na ordem das estratégias discursivas que identifica certos trabalhos femininos como mão de obra barata e a institucionaliza de várias maneiras. Trabalho adequado, ou não, às mulheres, adequado às suas capacidades físicas e aos seus níveis inatos de produtividades. A autora afirma que foram esses discursos os produtores da divisão sexual do trabalho no mercado de trabalho, concentrando as mulheres em alguns empregos e não em outros, colocando-as sempre na base de qualquer hierarquia ocupacional e estabelecendo os seus salários abaixo do nível básico de subsistência.

De lá para cá, certamente, já se percorreu um longo caminho, mas o nosso século define-se pela lenta e longa legitimação dos princípios da divisão sexual do trabalho e do mundo social.

Inserido dentro de diversas conjunturas históricas, o doméstico vai variando em seu significado, mas não se descola da ideologia que o acompanha, isto é: trabalho

doméstico como trabalho de mulher. Portanto, a ocupação da mulher com as atividades domésticas, não é um fato natural, mas histórico. Há, ainda, que se considerar, que esta relação da mulher com o trabalho doméstico, foi se construindo, também, em cima de certas normas de conduta julgadas "adequadas". No que se refere ao Brasil, por exemplo, desde os primórdios, quando de sua colonização, há todo um trabalho, visando construir um modelo ideal de mulher para a sociedade.

Segundo Del Priori (1993), o que se assistiu no Brasil ao longo dos primeiros séculos de colonização, foi uma insistência principalmente por parte da Igreja em solidificar a instituição do matrimônio, através do adestramento crescente das mulheres na figura de mãe.

A Igreja e o Estado impunham-lhe um desejo sobre seu corpo, no qual ela deveria se conformar, assumindo seu papel de mulher fiel, reconhecedora de sua prole legítima. Este projeto normatizador da Igreja e do Estado, acabava estigmatizando os amasiamentos entre brancos e índias, a tradição do concubinato, trazida pelos portugueses, as solteiras de vida libertina, enfim todas as mulheres que não se enquadravam neste modelo. Suas práticas transgressivas eram caricaturadas nos sermões e nas pastorais, a ponto de transformá-las num excesso. A Igreja não apenas valorizava o matrimônio, como também atacava especificamente a mulher que não se enquadrava no modelo ideal; desta forma, ia lentamente impondo um papel social para a mulher, o papel de mãe.

Para a Igreja, era importante introduzir e valorizar, no lar, o modelo de boa - santa - mãe. Esta representava o elo de transmissão de normas e valores à sua descendência. Além disso, ao valorizar o matrimônio, a estabilidade conjugal, significava por outro lado, marginalizar as amasiadas, concubinas, prostitutas e mesmo as adúlteras.

Igreja e Estado caminhavam juntos na execução do projeto adestrador. O Estado português, preocupando-se com os vazios demográficos, com a dispersão populacional e o relaxamento dos costumes. A Igreja, por sua vez, enumerando,

denegrindo comportamentos considerados inadequados, cometidos por mulheres, dando início, assim, à construção da boa e santa mãe, como o único modelo aceitável, louvável e útil para as mulheres.

Este discurso estende-se mais adiante, como verifica Del Priori nas palavras do bispo Coutinho em 1798, ao se referir à importância da educação para as mulheres pois: "...elas têm uma casa que governar, marido que fazer feliz e filhos que educar na virtude" (Coutinho, apud Del Priori, 1993:112).

Ou, ainda, aproveitando o papel do homem no interior do matrimônio, a igreja aguçava seu papel de controlador sobre as mulheres, sugerindo que ele, como cabeça que é da mulher, deveria zelar para que ela cumprisse seu papel de cristã, que não esquecesse das promessas batismais e renunciasse às pompas do mundo.

Era necessário reprimir a mulher, pois ela representava uma ameaça: o pecado, a traição, podiam estar nela; o demônio sempre tentando fazer o mal, se utilizaria da mulher para concretizá-lo. Esse discurso que, respaldado pelas perspectivas androcêntricas herdadas dos países de origem mediterrânea se expandia no Brasil, reafirmando a necessidade de conter as mulheres e realizando formas sutis de dominação. Os desvios femininos eram enfatizados pelos homens de letras do período colonial. Estes, por sua vez, culpabilizavam as mulheres, como as únicas responsáveis pelo mau exemplo e, se os homens fossem mal comportados, a culpa era de suas mães que não souberam educá-los, exaltando, assim, as mulheres honestas e obedientes.

Um conjunto de regras morais se abatia sobre as mulheres, a fim de enquadrá-las na imagem da mulher ideal, sonhada, desejada. Além de submeterem-se a tais regras, as mulheres deveriam preocupar-se com sua aparência, pois o vestir, o olhar, poderiam indicar bom ou mau comportamento. Isolar a mulher no interior da vida doméstica, inculcar-lhe culpas produtoras de recalques, exigir-lhes qualidades como virtude, honestidade, honra, discrição, confundindo-se com a noção de recato em relação à sexualidade e também à identidade, eram objetivos da Igreja e do Estado, a

fim de fabricar uma influência salutar da mulher na família e na sociedade. Este projeto estendeu-se pelos séculos XVII e XVIII e, segundo Del Priori (1993:123):

“... a santa mãezinha surgia, então, para transmitir às suas filhas que, por sua vez, transmitiriam às próximas gerações, que o casamento deveria ser uma falsa relação igualitária, no interior da qual a vida era resignação e constrangimento, e cujo equilíbrio repousava na dominação do homem e na submissão livremente consentida da mulher”.

Por um lado, a mulher foi adestrada e transformou-se numa prisioneira da vida doméstica; por outro, nesta posição, foi elevada e valorizada, enfim, transformada na santa mãe, em alguém que faz por amor e que sofre por amor. As marcas deste jogo permaneceram até os dias de hoje e, segundo Del Priori (1993:336), a tradição e a sabedoria popular incorporaram este estereótipo de modo que, ao se referir sobre a maternidade, se pronunciam com imagens “de riso e lágrimas”; diz-se: “ser mãe é sofrer num paraíso”.

Ainda, neste sentido, Heilborn (1991), ao analisar a formação da identidade da América Latina, mostra que esta configuração cultural se molda através de um traço valorativo organizador da sociedade, representado pelo conjunto simbólico honra - vergonha. A origem desta cultura estaria na denominada cultura mediterrânea que, para a autora refere-se a determinados traços de organização do parentesco e da moral, encontrados em certas regiões da Europa e norte da Itália, e que permitiu, quando do processo civilizatório, que o próprio senso comum se encarregasse de lhe atribuir certa noção de prestígio e poder masculinos, respaldados pela ênfase na moral e controle femininos.

Ainda, segundo Aragão (1983) e Del Priori (1993), o estudo das culturas mediterrâneas tem indicado a existência de certa associação do feminino com aspectos mágicos, com o descontrole, com o profano, com a negatividade. Ao se referir sobre a cultura mediterrânea, Aragão (Idem), aponta que nesta, herdeira que é da Romana, vigora uma oposição entre público e privado, profundamente acentuada.

O lar, espaço privado, representaria o sagrado, o lugar do refúgio, do culto ao espírito dos ancestrais; a mulher, neste espaço, significaria uma ameaça, pois vale lembrar que, para esta tradição, ela se associa às forças destruidoras e incontrolláveis da natureza, necessitando ser controlada principalmente sobre as manifestações da sexualidade. Ao homem, chefe da casa e representante do espírito dos ancestrais caberia este controle.

Para o autor, esta contradição que, por um lado, percebe a mulher como possuidora de uma natureza negativa e, por outro, a vincula à sacralidade do espaço doméstico, traz, como resolução, a exorcização do feminino, através de um procedimento de "santificação", assim, a sexualidade e demais potencialidade negadas transformam-se em santidade construída, presentes em nossa realidade, através de um fundo cultural inconsciente, herdado historicamente.

Durante o século XIX, a sociedade Brasileira sofreu uma série de transformações: a consolidação do capitalismo; o incremento de uma vida urbana que oferecia novas alternativas de convivência social, a ascensão da burguesia e o surgimento de uma nova mentalidade -burguesa- reorganizadora das vivências familiares e domésticas, do tempo e das atividades femininas (D'Incao 1997).

Mas, segundo esta autora, ainda presenciamos, neste período, a mulher marcada pela valorização da intimidade e da maternidade, especialmente nas relações da chamada família burguesa. Um sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, filhos educados e esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigada de qualquer trabalho produtivo representavam o ideal de retidão e probidade, marcando, assim, o processo de urbanização do país.

No sertão nordestino, por exemplo, segundo Falci (1997), as mulheres das classes mais abastadas não tinham muitas atividades fora do lar. Eram treinadas para desempenhar o papel de mãe e as prendas domésticas, orientar os filhos, cozinhar, costurar ou bordar. Outras, menos afortunadas, ou de uma elite empobrecida, faziam doces por encomenda, arranjos de flores, bordados, davam aulas de piano e, assim,

poderiam ajudar no sustento e na educação da numerosa prole. Entretanto essas atividades, além de não serem muito valorizadas, não eram muito bem vistas socialmente. Tornavam-se facilmente alvo de maledicência por parte dos homens e mulheres que acusavam a incapacidade do homem da casa.

As mulheres pobres não tinham outra escolha a não ser garantir seu sustento. Eram pois, costureiras, rendeiras, lavadeiras, fiadeiras ou roceiras.

A necessidade de casar se colocava para as mulheres de todos os níveis sociais. A confecção de enxovais, segundo a autora citada, vinha sempre acompanhada dos conselhos amigáveis da mãe ou pessoa experiente, para que a moça tivesse um comportamento moderado e repleto de solicitude; valorizador da vida matrimonial, ao mesmo tempo imprimindo-lhe uma profunda angústia, caso viessem a não contrair o casamento antes dos 25 anos de idade.

Em relação ao sul do Brasil, segundo Pedro (1997), imagens idealizadas de mulheres foram frequentes a partir da segunda metade do século XIX, durante a formação das elites nos centros urbanos. Os jornais sulistas, no final do século XIX e início do século XX, não criaram os modelos ideais de mulher como boas mães, virtuosas esposas e dedicadas filhas. Esses modelos já faziam parte do imaginário ocidental, podiam ser encontrados na literatura, no sermão das missas, nos textos escolares, nas tradições locais. Mas, embora os jornais sulistas reproduzissem esteriótipos existentes a séculos, faziam-no em um contexto específico, respondendo a uma determinada conjuntura; onde as mães seriam responsáveis pelo progresso e pela civilização, pois eram consideradas criadoras e educadoras das novas gerações.

Através das cartas e da literatura que tematizavam a época e a região de Blumenau por exemplo, é possível afirmar o que se esperava de uma "moça alemã":

"Ela devia saber se fazer respeitar; ser asseada; ser boa mãe e boa filha; ter uma sexualidade restrita ao casamento; ser solidária com os vizinhos e parentes, além de econômica e comedida" (Pedro 1997).

Ao analisar o processo de construção de imagens idealizadas de mulheres, veiculadas pela imprensa de Desterro/Florianópolis, a partir do último terço do século XIX, a autora citada verifica o seu significado político, apontando a íntima relação entre o comportamento sexual das mulheres da elite com a honra familiar e a hierarquia social; já que qualquer “deslize”, no seu comportamento, expunha tais grupos à exclusão do poder, num contexto economicamente estagnado.

Segundo a autora, as imagens que os jornais e a literatura do final do século XIX e início do século XX divulgaram nas capitais dos três estados do sul e em muitas outras cidades, pretendiam construir novas mulheres, que deveriam figurar no interior de uma família renovada. Esse esforço encontrou eco em muitas mulheres, as quais procuraram paufar suas vidas por modelos pré-estabelecidos. Apesar de, nos dias de hoje, ainda se delinear alguns desses estereótipos, o que se observa é uma pluralidade de vivências das mulheres, distribuindo-se em diferentes camadas sociais e etnias.

Mas, a literatura atual sobre o trabalho feminino no Brasil, nos mostra que as discriminações não foram superadas e, conforme, já relatamos, o nosso século define-se pela lenta e longa legitimação dos princípios da divisão sexual do trabalho e do mundo social. Se, durante a primeira guerra, a mulher assume trabalhos fora do seu lar, nos períodos de reconstrução da ideologia nacional, (presente especialmente durante os anos 30), o ideal de volta ao lar se coloca com toda a sua força. Imputando os males que a sociedade enfrenta, ao fato da mulher estar fora de sua casa, postura que se reforça pela política familiarista que, com o apóio da igreja, se revela numa ofensiva ideológica de grande envergadura para que as mulheres regressem ao lar; especialmente as mulheres casadas, assim manifestas :

“...desse trabalho nasce todo o mal, a ele é imputada a queda da natalidade, a mortalidade infantil, a desagregação do lar, a degenerescência dos costumes e a abdicação dos pais face à educação dos filhos” (Lacrave apud Scott 1994:508).

Posteriormente, vemos reconstruir, sob nossos olhos, o processo de naturalização da divisão sexual do trabalho, associado aos grandes "avanços econômicos", que também são acirrades das desigualdades, sobretudo, dando a feminização de um emprego que se torna fatal em termos de queda dos salários.

Concluída esta contextualização sobre o doméstico, em alguns momentos históricos, faz-se uma caracterização de como as fumicultoras entrevistadas compreendem a sua experiência de vida no doméstico, através da análise de suas representações. Conforme já dissemos, no início deste trabalho, no referencial de análise, estamos, aqui, nos reportando à representação social, segundo a abordagem sociológica apresentada por Guareschi (1995). Para este autor, o conceito de representação social é um conceito abrangente, que compreende outros conceitos, tais como: atitudes, opiniões, imagens, ramos de conhecimento; possui poder explanatório: não substitui, mas incorpora os outros conceitos, indo mais a fundo na explicação causal dos fenômenos; o elemento social, na teoria das representações sociais, é algo constitutivo delas, e não uma entidade separada. O social não determina a pessoa, mas é parte substantiva dela. O ser humano é tomado como essencialmente social.

Acrescenta, ainda, que o conceito de representações sociais tem a ver com estas várias dimensões: o que forma as representações sociais, como elas se constituem e quais os efeitos dessas representações. É, por isso, um conceito dinâmico, gerador (generativo), relacional, amplo, político-ideológico (valorativo)

Assim sendo, autores como Da Matta, Del Priori, Melthus e o recorte do olhar da pesquisadora, baseado nas representações das fumicultoras, pautaram a forma que o texto, a seguir, adquire.

1.2 O doméstico na representação das fumicultoras.

Para entendermos como aparece o espaço doméstico na vivência das fumicultoras, trataremos de perceber como o doméstico se coloca com todo o seu conteúdo cultural, que é elaborado e reelaborado, tanto no espaço privado, como no espaço público, considerando, em relação a esses aspectos, que isso se faz ao longo de toda uma história, construída a partir de nossa sociedade ocidental e muitas vezes presente em nossas práticas políticas discursivas cotidianas.

O doméstico aparece como o único lugar possível para a mulher:

As fumicultoras não conseguem se conceber dentro de um espaço - tempo diferente, com a possibilidade de estabelecer, para além das rotinas diárias, situações extraordinárias, ou fora do comum, como dizia Da Matta (1985:32):

“...de um contraste mais abrangente, talvez seja o que pode ser estabelecido entre as rotinas diárias e as situações extraordinárias, anômalas ou fora do comum, mas que são socialmente programadas e inventadas pela própria sociedade. Essas situações se definem pelo que, usualmente, chamamos de festas, cerimônias, rituais solenidades”.

Neste caso:

“...o tempo ordinário de trabalho é marcado pela família e pelas rotinas de manutenção do corpo: comer, dormir, reproduzir-se, sustentar níveis de satisfação mínimos com a comunidade em geral, com o grupo primário e com o indivíduo em particular. O mundo diário marca a mulher como o centro de todas as rotinas familiares. O trabalho de um tempo longo. Não é apenas o horário que se estende, mas sua lógica interna, sua face. Ele é sempre monólogo como um mundo homogêneo” (Ibidem:42).

O que pode ser evidenciado na fala das fumicultoras entrevistadas:

“Ser uma mulher é uma responsabilidade, assim digamos, pela casa, pelo interesse do lar; é uma responsabilidade grande, porque a mulher tem que limpá, tem que varrê, tem que cozinhá, costurá, tem que cuidá dos filhos, porque essas coisas são de mulher” (M. B. B. 57 anos).

“A mulher não termina nunca dentro de casa, eu, agora, saí um pouquinho, porque é feriado, mas senão, não tenho tempo pra descansá, não! Tem sempre uma coisa pra fazer, lavá louça, fazê comida, limpeza... a mulher sofre mais que o homem, ela casa, fica grávida, vai criá os filhos, criá filho pequeno é por conta da mulher, a casa é por conta da mulher” (J. V.47 anos).

“Em casa é tudo comigo, a gente tem que fazer tudo, a mulher tem que tira o tempo, não tem quem faça. Tudo eu que tenho que pensá as coisa da casa, o marido vai pensá o que? Ele vai prá roça, mais a gente é da roça e da casa. Na roça fico muito preocupada com as coisas que tenho que fazer em casa, angustiada, sempre pensando, lá tem isso, tem aquilo, tem noite que a gente nem dorme, só pensando pró outro dia” (N.M.T.B. 48 anos).

O doméstico como lugar da responsabilidade moral e cultural da mulher.

Além de ter relação direta com o trabalho, a responsabilidade assumida na exaustão das tarefas tem peso moral (conotação moral): ser mãe e dona de casa significa desenvolver um padrão familiar, baseado em valores de honestidade, religiosidade, dedicação, onde pais e filhos se reconheçam, prevalecendo a idéia da família conjugal nuclear monogâmica, composta de um homem e uma mulher, casados diante da lei (Afonso e Filgueiras 1996). Todas as crianças e adolescentes são filhos deste mesmo pai e desta mesma mãe. A figura materna exerce papel central na educação das crianças, praticando, acentuando esses valores de honestidade, religiosidade, dedicação, como nos mostra a fala de uma das entrevistadas:

“ Todos os dias, de manhã, enquanto fazia comida, ensinava oração prá s crianças, quando não se plantava

fumo, assim que não era o tempo da safra, se chegava em casa se lavava, depois jantava e rezava o terço, todos juntos; eu ensinava muitas coisas prá crianças, cantava, ensinava ladainhas para aqueles que ainda não sabiam, era aquela a vida melhor que há no mundo (H. B. V. 71 anos)".

A honestidade não está, necessariamente, em oposição à idéia de desonesto, enquanto sinônimo de mentiroso, ou falso, mas é contrária à idéia do não reconhecido, não valorizado, desprezado pela sociedade. Honesto, neste caso, é algo de conteúdo positivado, reconhecido, associado ao bom, ao desejável, como podemos ler neste depoimento:

"Olha, eu fui, eu criei meus filhos, porque eu fui uma pessoa muito honesta, trabalhadeira, eu não queria abandoná meus filhos e não queria envergonhá a minha família" (O V. 57 anos).

Também, neste outro depoimento, a centralidade da mãe na transmissão de valores e na transformação da cultura local pela mudança da língua, pode ser verificada:

"Criei meus filhos muito bem, eles me respeitam, logo quando chegam me dão um beijo e pergunta se a mãe tá boa (...) eu ensinei eles a fazer tudo em casa, e com respeito, até hoje eles chega, pede a benção e me dá um beijo, e não tem um que fala italiano, eu ensinei a falá brasileiro, eles sabe falá direito"(O F. V. 57 anos).

O doméstico é o lugar coordenado pela mulher, cabe a ela dirigir, decidir, apaziguar, limpar, ordenar, enfim, eliminar todas as formas de desarmonias, ou fatores que possam interferir na ordem familiar e esperar que os conflitos se resolvam:

Embasados em Del Priori (1993), e na representação das fumicultoras, podemos afirmar que as formas como se expressa o trabalho deste grupo de mulheres fumicultoras no espaço doméstico, ainda carrega forte herança do passado, que construiu, para as mulheres, uma falsa igualdade, baseada na complementariedade das tarefas, atribuindo a elas, o trabalho doméstico e as responsabilidades da casa, de forma naturalizada, constituindo-se numa sobrecarga, se juntado ao trabalho da roça, que assim se apresenta nos seus discursos:

“Essa divisão existia desde que eu era pequena, a mãe ensinava a gente a lavá, passá, cozinhá, limpá, essas coisas(...) quem pensa a organização da casa é a mulher, porque se o homem chega, joga a roupa alí no tanque, vai tomar banho e assistir televisão. Mas a mulher, quando chega da roça, vai fazer comida, passá roupa, lavar louça e roupa, vai limpá a casa, ela não acaba nunca; quando vai tomar banho já está morta de cansada, e quando vai dormir, já é quase hora de levantar, não tem tempo pra se cuidá prá pensá nela, daí fica feia, relaxada” (A. B. D. 51 anos).

Esta forma de dirigir e organizar o doméstico está enquadrada em certos padrões morais, certas formas de conduta, de doação de si, de obnegação, estudadas também por Aragão (1983), que apontou como a cultura mediterrânea e a sociedade brasileira construíram um modelo de mulher e, no nosso caso, assim se apresenta, baseada na idéia de ser mãe e esposa como valorização sacralizada e honrada pela sociedade e por si mesma, através dos sacrifícios que a sua condição lhe impõe:

“Ser uma mulher, primeiro, precisa ser honesta e, depois, pensá prá luta da família, da casa, dos filhos, prós filhos que cresce, cuidá bem deles, dá educação, ensina a religião, até que eles case e deixe os velhos sozinho” (C. G. R. 63 anos).

“Ser mulher, vou te dizer uma coisa, é ser bem católica, ser justa com Deus (...), procurá de ir a missa, procurar de trabalhá, procurá de amar a família, amar o marido, isso é ser mulher” (I. A. L. 79 anos).

Nesta outra fala, a labuta diária de uma mulher no lar aparece relacionada ao destino, à escolha que fez pelo casamento; assim sendo, deverá cumprir com as exigências impostas por esta escolha:

" Ser uma mulher casada tem que levar uma cruz, né, uma cruz, porque tem que ter uma fala só com os homens, com o marido, sabe, acho que é um destino ser mãe de família, porque tudo tem um destino, ser mãe de família é uma vocação, ser religiosa ou professora também" (H.B.V. 71 anos).

O doméstico como lugar de sofrimento:

A idéia de sofrimento conforme tratada por Melthus (1990), se apresenta constante na vida das mulheres. Do sofrimento, elas falam como algo que as acompanha, que faz parte de suas vidas, e nem sempre se refere a algo concreto. Segundo esta autora, o sofrimento, para as mulheres parece ser uma virtude feminina, uma qualidade feminina, algo que as identifica. Assim, o sofrimento aparece como uma conduta moralmente boa e legítima para as fomicultoras pesquisadas, faz parte do seu ser, muitas vezes é pautado por princípios religiosos do saber sofrer; e, como virtude, é um poder; na medida em que o fato de saber sofrer faz delas mulheres reconhecidas como fortes, de valor em seu meio. Dá-lhes energia para continuar sua existência, não apenas porque assumem uma tecnologia do eu, tal qual referida por Foucault (1995), e citada em nosso referencial de análise. Isto, para avaliar segundo o autor, se por um lado, lhes permite executar por conta própria ou com a ajuda dos outros, certo número de operações sobre seu corpo sua alma e seu pensamento, transformando-se constantemente em mulher que sabe sofrer, tem paciência, é justa, com o fim de alcançar felicidade; por outro lado, lhes permite utilizar signos, sentidos, símbolos e significações dados, neste contexto, como padrões de comportamento, reconhecidos como bom e desejável. Assumem, nesta forma de objetivação do sujeito, as tecnologias de poder presentes no contexto social.

"Ser uma mulher é uma cruz, tem que lutar, tem que sofrer na vida" (M.M.O 40 anos).

"Ser uma mulher é trabalhá, é sofrê, é lutá na vida, fazê o quê? Porque é assim mesmo a lida da mulher" (D. T. 49 anos).

"Ser mulher tem que levar uma cruz, porque tem que ter paciência, em primeiro lugar, uma fala só com os homens (...), ser justa com Deus, (...) sabe, acho que é um destino ser mãe de Família, fazê o que, né?(...)" (H B Q 71 anos).

O doméstico é o lugar do trabalho cansativo:

"ser mulher é trabalhá muito, minha cara, eu já trabalhei tanto, que nem sabe, é filho, casa, roça, tudo" (M. G. 72 anos).

O que torna o trabalho, no doméstico, cansativo, esgotante é, precisamente, a acumulação de tarefas e a ausência de pausas, que permitam descansar do stress, causado pelas tarefas físicas, com exigências mecânicas e ergonômicas, como nesta fala:

" A mulher trabalha mais, ela nunca termina dentro de casa, quando pensa que acabou, tem que começar tudo outra vez, quando vai pensar nela, já está muito cansada" (M.D.B.57 anos).

Mas, há também que se considerar que o doméstico torna-se cansativo, porque está carregado do stress, causado pelo conteúdo que acompanha as tarefas; a mulher está sempre sob tensão. Tensão que provém das diferentes formas de adestramento do corpo, do comportamento e da mente, pois representa disponibilidade para atender sua família a qualquer hora do dia ou da noite:

"A mulher tem mais sofrimento, faço todo o serviço da casa, é filho, é comida, é tudo, cuida dos filhos doentes, leva pró hospital. Ele nunca se preocupou se tinha 5 ou 10 filhos, nem em levantar de noite, fazê um chá, ele ficava é bravo se a criança chorava" (O F V 57 anos).

Devemos ressaltar ainda que a dona de casa faz um trabalho igual todos os dias, um trabalho de consumo imediato e que, uma vez aceito como normal, tende a ser esquecido, naturalizado, não considerado trabalho, como se apresenta na representação de uma fumicultora:

“Ao meio dia, os homens come e deita, nos comemos lavamos a louça, fazemos todos os serviços, prá depois voltá prá roça junto com eles, aí fica cansada que nem as mulas, nos trabalhamos mais, mas eles acha que não, eles acha que esse serviço da casa não é trabalho” (S.P.R. 54 anos).

O doméstico na roça é pior do que o doméstico na cidade:

O doméstico, na roça, se estrutura no contexto de Nova Trento, ao redor e dentro de uma casa, com uma lógica interna de aproveitamento das coisas estragadas ou quebradas, onde muitos dos recursos estéticos, oferecidos pela cidade, ainda não chegaram, pelo menos na sua totalidade. O jardim do doméstico da roça é constituído de plantas consideradas mais rústicas, o que gera certo constrangimento ao receber visitas da cidade. Conforme descrito nestas falas:

“A vida na roça é muito dura, e muito pobre também. Quando a gente sai por aí, que vê aquelas casa bonita, tudo bem arrumado, tudo limpo, com aquele jardim bonito, é que a gente se sente envergonhada da casa que tem. Aqui em casa mesmo, tu pode vê, não tem uma arrumação. Eu gostaria de fazê, de melhorá um pouco, mas ainda não deu. A gente tem até vergonha quando chega as pessoa, mas vai fazê o quê? Tem que ir tocando... a condição não permite” (I. M. M. 53 anos).

“Eu não posso enfrentar uma mulher da cidade, eu tenho vergonha, até se ela viesse na minha casa eu tenho

vergonha, a minha casa não pode com a dela" (M.D.B. 57 anos).

O doméstico como lugar da negação do prazer sexual:

Sexo e prazer não se encontram articulados, sexo é para ter filhos:

"olha não é que eu queria ter filhos ,eu tinha que agüentá, porque não tinha comprimido, os padre dizia que era pecado evitá, eu tentava evitá mas ele não pensava nisso, ele só pensava nele, em ter relação quando ele tinha vontade, ou bêbado ou são, ele não se preocupava nem tá ai, depois eu engravidava, ele brigava comigo, dizia que eu tava sempre de barriga cheia, se não tinha relação ele dizia que a mulher não servia direito, que não servia ele bem" (O F V 57 anos).

Este discurso pode se encaixar, perfeitamente, dentro de um papel social que foi construído para a mulher e que ainda apresenta resquícios, que tornou a mulher um exemplo de conduta, obediência e negação de si (Del Priori 1993). Em nosso caso, a negação de si ocorre prioritariamente pela negação da sexualidade.

Há, ainda, que se considerar a presença de uma concepção religiosa de mundo, da igreja católica, incidindo diretamente sobre a prática afetiva e sexual das mulheres fumicultoras no espaço doméstico:

"no início era pior, porque cada ano era um filho, a gente não queria ter tantos filhos, os padres na missa dizia que era pecado mortal evitá filho, que nem se confessá podia, se tentasse evitá. Eu pensei em evitá, fui me confessar, prá ver se podia, mas ele disse que não" (C.G.R.63 anos).

Em Nova Trento, conforme Marques (1995), a religião constituiu-se em algo bastante presente na vida das pessoas. Segundo ela, a construção desta cultura religiosa muito

herdou das tradições italianas, quando da imigração, mas também passou por outros processos próprios das dialéticas culturais. Porém, a presença definitiva dos Jesuítas, a partir de 1879, incide diretamente sobre esta cultura, no sentido que passa a controlar as práticas religiosas, através de orientações e até de condenações dos atos julgados fora dos padrões.

Este movimento fez parte de um investimento feito pela igreja católica Romanizada, no sentido de fortalecer-se, pois se sentia ameaçada diante dos ideais liberais do século XIX; buscava, desta forma, fortificar-se através do culto à figura do papa, e na formação de novas ordens ou congregações.

De lá para cá, muita coisa se transformou, e nem sempre o discurso Romanizador prevaleceu, mas podemos dizer, segundo, as representações das fomiculoras que, até algumas décadas atrás, a influencia dos padres tinha considerável peso, principalmente sobre as mulheres que, segundo Marques (1995), sempre foram consideradas pelos padres, mais devotas, obedientes, mais freqüentadoras das missas, em relação aos homens. Neste caso, através da confissão, que para esta autora constituía-se numa das formas utilizadas pela igreja, afim de exercer maior controle social, essas mulheres tornavam-se mais vulneráveis às normas de conduta estabelecidas pela igreja, principalmente aquelas referentes a aceitação dos filhos que Deus mandasse.

O doméstico como representação do capricho da mulher para a comunidade local:

“olha, dá conta dos filhos, da roça, das coisas em casa, é tudo comigo, e a minha casa é sempre limpa, que até os vizinhos se admirava de como é limpa” (M. D. B.57 anos).

Podemos dizer, ainda, que o reconhecimento, neste caso, funciona como uma espécie de recompensa pela qualidade do seu trabalho. Os trabalhadores, em geral, procuram obter o máximo de recompensas por seu trabalho e, sendo relativamente livres, se

considerarem injusta a relação de troca, abandonam seu trabalho e tentam procurar outro. No entanto, as recompensas da dona de casa não são mediadas em dinheiro, sendo muito mais de caráter psicológico ou moral, através da admiração ou valorização, gerando uma satisfação íntima e certeza do dever cumprido.

O doméstico como lugar da economia:

As mulheres deveriam economizar, ao máximo, os produtos usados na alimentação, vestuário, limpeza, fazendo muitos deles, de forma artesanal, caseira e se, por acaso, precisassem comprar algo, cabia a elas fazê-lo, depois de pedir autorização ao marido e agüentar a bronca, quando chegassem em casa, se tivessem gastado em excesso:

“o homem é só na roça, as coisas da casa é tudo com a mulher, ainda ajudar na roça; quando faltavam as coisas dentro de casa, eu ia comprá e ele brigava porque eu gastava; quando os filhos eram pequenos ele ia, mas ele sempre foi da economia, sempre quis guardar o dinheiro, só que, quando tava na mesa, ele gostava de comer” (H.D.J. T. 69 anos) .

“A gente tem alguma coisa, porque faz muita economia, aproveita tudo o que pode, planta no quintal, faz criação de galinha, porco, vaca de leite; a gente se desdobra prá podê dá conta, senão, não daria; se tu vai comprá tudo, ou esbanjá como tem gente que faz, não dá” (D. L. 39 anos).

O doméstico como lugar da privação:

“Quando tava na roça, ficava preocupada, porque me sentia cansada; sabia que tinha que chegar em casa, botá na mesa, lavá a roupa, não tinha água encanada, e tirava do poço, com corda e balde; não tinha chuveiro, a privada era fora numa casinha, e daí, pra tomar banho, era na bacia, atrás do tanque. No final da safra, eu sempre tinha vontade de fazê uma arrumação dentro de casa, colocá água, fazê um banheiro, enfim, essas coisas. Quando ele chegava, tinha ido buscar o dinheiro

do fumo, vinha de mão vazia, ele já tinha emprestado tudo prá algum comerciante da cidade, ou colocado na poupança, não trazia prá casa nem um pacote de bala” (H.D.J.T. 69 anos).

O doméstico é o lugar do cuidado das crianças doentes porque as sadias acompanham sua mãe por toda a parte:

Se ela vai para roça, faz pequenas cabanas ou sombras para os filhos, quando vai para a casa, os carrega consigo e, quando vai dar a luz, corre para casa:

“acordar bem cedo, prá fazê o que dá, o resto deixá, a mulher trabalha mais. Prá ganhar os filhos, vinha correndo da roça, que já tava saindo; prá ganhá em casa, a parteira ajudava. (M.G. 72 anos)”.

Ou ainda na fala desta entrevistada:

“trabalhá de dia e de noite, minha filha, de manhã levá os filhos prá roça comigo, colocava eles numa cabana que fiz, três, quatro crianças” (OFV 57 anos).

O doméstico como lugar do não ter direito:

A mulher faz e se cala, a palavra honrada é a do marido, ela não tem autonomia econômica e, nesse sentido, é mais pobre do que o marido porque, por menos que a família tenha, o pouco que tem é entendido como propriedade do homem, como assim se apresenta:

“A mulher nunca teve peso de decisão nas coisas, sempre foi determinado pelo marido; eu até tentava

interferir mais nunca deu, me irritava, depois acabava aceitando" (H. D. G. T. 69 anos).

Ou ainda:

"Eu penso em tudo prá casa, mas se falta dinheiro, isso quem resolve é ele, só que no dia- a -dia é meu. O marido toma as decisão maior da casa, deve ser assim, porque não sei se é que eu nunca tomei decisão sozinha, eu sou do tempo do antigo ainda; eu acho que a mulher é mais pra respeitá a ordem do Homem, tem que ter o chefe da casa, prá coisa dar melhor, na minha opinião sim" (D.T. 49 anos).

A partir dessa caracterização do doméstico, trataremos de verificar como as fumicultoras entrevistadas vivenciam sua experiência de gênero no espaço doméstico, através de suas representações. Esperamos, assim, atender ao primeiro objetivo específico.

1.3 O doméstico e a vivência de gênero

Observando a caracterização do doméstico, conforme tratado por nós, no item 1.2, verificamos, num primeiro momento, que as falas das fomicultoras se mantêm coladas à necessidade de atender ao andamento das tarefas diárias e, nesse sentido, subjugadas ao suprimento das necessidades imediatas de sustentação da vida:

“Ser uma mulher é uma responsabilidade, assim digamos, pela casa, pelo interesse do lar, (...) a mulher tem que limpá, tem que varrê, tem que cozinhá, costurá, tem que cuidá dos filhos...(M. B. B. 57 anos)”.

Este aspecto poderia, nos levar a concluir que é apenas o dia-a-dia, o fator determinante das tarefas da mulher. Ou, que estas lhe são atribuídas pela efetivação da divisão social do trabalho, baseada na necessidade de distribuição das tarefas pura e simplesmente, cabendo ao marido realizar outras tantas, a fim de tornar viável a sustentação da família. Neste caso, não precisaríamos considerar o que chamamos de envolvimento simbólico dessas práticas, porque nos interessaria ver somente o mecanismo na dinâmica dos papéis sexuais em complementação. Mas, a partir do nosso olhar, interessa-nos averiguar que significado está embutido nas práticas, até onde elas correspondem a estes significados, ou se estas se dão dissociadas de possíveis valores que as possam estar conduzindo.

Então, é preciso considerar que a qualidade do ser homem e do ser mulher é realizada pela cultura, conforme nos diz Heilborn (1997) e, por isso, homens e mulheres são realidades sociais e, gênero, por sua vez, se refere à construção social do sexo. Assim sendo, o que aparenta ser um simples executar de tarefas, está impregnado pela condição dos seres que vivem e expressam esta experiência, é condição fundamental para o exercício da sobrevivência e para a capacitação cultural ao meio.

Mas o doméstico é também o locus do exercício do poder, baseado no significado desigual, entre tarefas de homens e mulheres.

Nas caracterizações feitas sobre o doméstico, é importante perceber que há um sistema simbólico, pautado pela diferença sexual, onde atividades são simbolizadas como masculinas e femininas com valorização positiva para o homem e negativa para a mulher; tanto a nível dos sentimentos, como das tarefas, esta diferença não se apresenta pautada cruamente sobre o biológico, mas evidencia-se como uma elaboração da cultura. Nas falas seguintes, observam-se estes aspectos:

“A mulher não termina nunca dentro de casa, eu, agora, saí um pouquinho, porque é feriado, mas senão, não tenho tempo prá descansá, não! Tem sempre uma coisa prá fazê, lavá louça, fazê comida, limpeza... a mulher sofre mais que o homem, ela casa, fica grávida, vai criá os filhos, criá filho pequeno é por conta da mulher, a casa é por conta da mulher” (J.V. 47 anos).

“Muitas vezes me senti triste, discriminada, por ser mulher da roça, porque a gente já tá de desanimá da roça, é muito trabalho e a gente cada vez fica mais pobre; depois, é filho que incomoda, é tudo. Eu sou uma mulher muito caseira, quase não saio por aí, porque nem dá tempo; às vezes me sinto muito infeliz e cansada, muito serviço, não tem outras coisas” (M. G.72 anos).

Tanto tarefas, como sentimentos, em momento algum foram citadas como um sistema de representação positiva. São contextualizadas num circuito de idéias e valores. Essas idéias e valores constituem-se numa realidade coletiva de relações hierarquizadas e perpassadas pelo poder diferenciado, onde as tarefas exercidas pelos homens são mais positivadas do que as exercidas pelas mulheres, embora, às vezes, pareçam ser inconscientes no grupo estudado. Nem sempre está explicitado na forma de falar a respeito, ou dizer que isto poderia ser diferente. Se assim acontecesse, teríamos certa margem para pensar que o grupo percebe ser, esta, uma construção não natural, mas naturalizada, portanto, passível de mudança. O que vemos, em alguns momentos, é uma atitude de revolta, manifestada através de

discussões, lamentações ou desentendimentos diários com o marido, diante das situações que a realidade lhes impõe, explicitada na fala desta senhora que relatou nunca ter aceitado este jeito de organizar a vida:

“... meu marido sempre plantou fumo em sociedade com o irmão, eles sempre decidiram tudo juntos, sempre valeu mais a palavra do sócio do que a minha; eles nunca brigaram, mas a gente (eu e meu marido), brigava todo o dia” (H D J T 69 anos).

Ou neste caso:

“A mulher nunca teve peso de decisão nas coisas, sempre foi determinado pelo marido; eu até tentava interferir mais nunca deu, me irritava, depois acabava aceitando” (H. D. G.T. 69 anos).

“O certo seria decidir os dois, mas fica sempre prá ele, a mulher tem capacidade, também, se ela quer, mas o problema é que ela acaba tendo que se rebaixá...” (L M 35 anos).

Por outro lado, há como que um devotamento da mulher ao homem, o que lhe dá maiores possibilidades de amenizar os conflitos e de se reconhecer na relação como alguém que cumpre o seu dever, e é recompensado através de uma boa imagem no meio familiar e social, ao mesmo tempo que possibilita o relacionamento. Esta fala, a seguir, ilustra bem uma aceitação da condição de desigualdade e submissão, além de revelar o papel de gênero assumido:

“quem toma as decisões é o marido, nos fomô assim desde o começo do casamento, então é ele que se vira com os negócio e eu acho que é melhor; a mulher tem capacidade, também, mas é mais pesada a história; porque a gente diz assim, né, olha a mulher manda, aí é pior, porque pode que, às vezes, ela é mais fraca, se engana e erra. Eu disse pra ele: olha tu não me bota em negócio nenhum, eu posso te ajudar, agora, de cabeça

eu não quero. Olha, minhas filhas fazem negócio, eu acho que, quando a mulher se mete, ela faz, mas eu não queria isso pra mim, isso é coisa mais prô homem (C.G.R.63 anos)".

Ao mesmo tempo, está de acordo com as considerações de Bourdieu (1995:141), quando se refere à desigualdade entre os sexos, marcada pela dominação masculina:

"A eficácia simbólica do preconceito desfavorável socialmente instituído na ordem social, deve-se, na verdade, em grande parte, ao fato de que ele mesmo produz sua própria confirmação, ao atuar como *Self-fulfilling prophecy*, pela mediação do *amor fati*, que leva as vítimas a se dedicarem e se devotarem ao destino, ao qual estão de qualquer modo, destinadas (e o mesmo vale, evidentemente, para o preconceito favorável que, de maneira mais compreensível, à primeira vista, atua através do efeito 'noblesse oblige')".

Desta forma, essas mulheres acabam assumindo os valores do dominador, através de uma submissão "imediate e pré - reflexiva", para usar o termo de Bourdieu (1995: 142). Observa-se, assim, de modo geral, que tendem menos do que os homens a atribuírem-se suas competências legítimas, dando a aparência de um fundamento natural, a uma identidade que lhes foi socialmente imposta.

Se considerado apenas o esquema simbólico, em nível da prática cotidiana, acaba-se por naturalizar uma visão de mundo que tende a considerar a divisão sexual dos papéis como natural. Além disso, se levarmos em conta as assimetrias nas relações entre homens e mulheres; não descartando as dimensões do poder, do prestígio e da hierarquia, verificaremos que estas idéias estão ligadas a aspectos de processos sociais e culturais que dão conta de nos fazer perceber o quanto essas relações se apresentam opressoras para essas mulheres que, além de se submeterem a papéis hierarquizados, dependem economicamente do marido, em todas as questões.

Quando nos referíamos ao doméstico, enquanto lugar da sobrecarga e do trabalho interminável, cansativo, gerador de nervosismo e aflição, não nos reportávamos, apenas, ao fato de que as atividades desenvolvidas no espaço doméstico são pesadas pelo ritmo que impõem, pelas exigências da família, pelas necessidades de lavar, passar, cozinhar e ir para a roça. Estamos nos referindo, sobretudo, ao processo de poder que perpassa essa relação, tornando pesada a função que a mulher deve cumprir. Ser mulher, mãe, dona de casa, ajudar na roça, carrega, em si, uma condição de subalternidade, ao mesmo tempo em que reproduz a assimetria de gênero; não pelo produto direto do que ela faz, mas porque suas atividades e seu jeito de ser, na relação com sua família: marido, filhos, parentes, e o contexto local, adquirem um significado de interação social tal, que acaba tendo eficácia simbólica capaz de manter visões de mundo em pólos de valores diferenciados, porque fundadas sob as desigualdades entre os sexos e, ao mesmo tempo, garantindo que práticas desiguais sejam percebidas como naturais e inquestionáveis.

Deste ponto de vista, as práticas cotidianas revelam uma concepção de gênero, associada a valores derivantes do biológico, o simbólico revelando visões de mundo, onde o trabalho diferenciado para mulheres e homens é o suporte sobre o qual estão coladas as estratégias de atendimento às necessidades cotidianas. Existe, porém, uma tensão entre uma concepção de gênero determinada pelos papéis sexuais e sociais, derivados do biológico, e o momento da negociação das estratégias de atendimento às necessidades cotidianas. Aspecto este, ao nosso ver, explicitado nas falas seguintes:

“Ser uma mulher eu acho que pela vida que eu passei, se fosse um homem, era melhor; a mulher sofre mais, trabalha de dia e de noite minha filha, de manhã levá os filhos prá roça comigo, coloca eles numa cabana que fiz, 3, 4, crianças (...), Quando voltava do fumo era fazer aqueles pingão de comida, que não tinha, rápido, 11:30h começa o almoço, lavava mal a louça e voltava pro fumo, (...); a mulher trabalha na roça também, faz tudo igual ao homem, mas o homem não quer saber do serviço da casa, acha que é da mulher; o certo seria, então, que a

mulher ficasse só com o serviço da casa, que já é demais" (O F V 57 anos).

"Na roça é muita angústia, nervosismo, na hora de apanhar o fumo mesmo, eu já tive esgotamento nervoso; dá um negócio ruim no corpo, a gente não tem vontade prá mais nada, fica com depressão, é muito serviço prá mulher e, muito pouco os casais se ajuda no serviço, o que é da mulher ela faz, né "(I G R 28 anos).

"tem tarefa de homem e de mulher, isso tem, mulher é mais da casa, é leite, é tudo, roça também; o homem é verdade é mais da roça, não é sempre que ele ajuda em casa; às vezes, eu digo: me dá uma mãozinha, me ajuda um pouco, vai! ... mas não é sempre que ele me ajuda" (L. G. 28 anos).

Na primeira fala, ao dizer: "...o certo seria, então, que a mulher ficasse só com o serviço da casa, que já é demais", demonstra todo o seu descontentamento em relação à dita ajuda que presta na roça. No segundo exemplo: "...é muito serviço prá mulher e, muito pouco os casais se ajuda no serviço...", também há uma discordância da estratégia da divisão das tarefas no espaço doméstico. E, no terceiro caso, aparece explicitamente a tentativa de negociação da realidade.

A relação de gênero não muda em nada, quando o homem aparece ligado às atividades domésticas. Sua interferência se dá só como relação de ajuda a algo que é naturalizado, como sendo da mulher, e à mulher cabe pensá-lo e organizá-lo, ou seja, essencializou - se um determinado padrão cultural que continua ancorado nos valores simbólicos, ou esquemas de pensamento que já incorporaram relações de poder desiguais. Conforme nos referimos acima, a questão não é somente perceber que as atividades desenvolvidas no espaço doméstico são pesadas pelo ritmo que impõem, ou que existe trabalho diferenciado para homens e mulheres; mas, sim, questionar a valorização desigual atribuída aos sujeitos que o exercem.

Assim, o trabalho doméstico, além de ser considerado como próprio de mulher, aparece com a conotação de trabalho “leve”, em oposição ao trabalho “pesado”, realizado pelos homens. Porém, para as fumicultoras, este trabalho não é considerado agradável ou desnecessário, mas apresenta a idéia de interminável:

“É diferente ser uma mulher e ser um homem, acho que os homens trabalha mais no pesado. Só que as mulher nunca termina dentro de casa; os homens não, trabalha mais no pesado, mas depois tem folga; a mulher acaba trabalhando mais, é leve, mas é mais, não é por nada que tenho dor nas costas” (O T. 59 anos).

A divisão sexual do trabalho não é um fato novo em nossa sociedade e, neste sentido, Lobo (1991), e Kergoat (1987), argumentam que ela não pode ser analisada, se não levarmos em conta a divisão social do trabalho, embasada numa construção cultural que designa para os homens a produção, e para as mulheres as atividades ligadas à reprodução, opondo-se, desta forma, trabalho assalariado e trabalho doméstico. Este fato é tão comum e tão antigo na história das sociedades, que esses dados aparecem, de início, como “naturais” e “inevitáveis”, de tal forma que nenhuma necessidade em tratar esses fenômenos, se manifestou e, durante longo tempo, esses papéis masculinos e femininos permaneceram inquestionáveis. Assim, aos homens coube o espaço público, a ida à guerra, o papel de provedor da família, o papel de cidadão; para as mulheres, o espaço privado, o papel de consumidor, a atribuição do trabalho doméstico.

Para Kergoat (1987), foram necessárias as interpelações do feminismo, para que essas certezas fossem abaladas, para que começássemos a perceber essas questões como resultado de construções sociais e não como produto de um destino biológico. Acrescenta, ainda, que a divisão do trabalho entre os sexos aparece de forma progressiva como uma modalidade da divisão social do trabalho, assim como a divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual .

Segundo a autora citada, os modos de divisão sexual do trabalho variam no tempo e no espaço, a ponto de, tarefas designadas a homens numa determinada sociedade, poderem ser atribuídas a mulheres, em outras. Porém, mesmo constatando as modalidades nas várias sociedades, essas tarefas ainda se organizam em torno da divisão do trabalho entre os sexos, com base numa qualificação natural das mulheres para o trabalho doméstico e a criação dos filhos, e que, por conta disso, permite muitas discriminações.

É importante perceber, porém, que no grupo estudado, o trabalho do homem, em casa, se caracteriza como uma relação de ajuda exercitada, quando ele está disposto a fazer, não tendo a esposa como exigir-lhe participação igualitária na divisão das tarefas. Esta lógica muda de conteúdo, quando se trata da participação da mulher no trabalho da roça. Neste caso, o homem age e fala em obrigação de ajuda, e a mulher sente que tem obrigação de ajudar.

“O trabalho da casa é muito pesado, às vezes, o homem ajuda, mas não é sempre que ele tem vontade... ainda se fosse só em casa, era melhor, mas a gente tem que ajudar na roça ... e se a gente não vai logo, tem sempre alguém chamando; também, é muito trabalho pra fazê na roça e a gente tem que ajudá (N.M.T.B. 48 anos).

Este conteúdo carregado do dever, da obrigação, revela apelos diferenciados de sujeitos masculinos e femininos. Se o homem pode se perceber numa relação de ajuda, apenas se ele quiser, e acha que a mulher tem obrigação de ajudá-lo, há um investimento simbólico embutido nesta prática, que lhes permite pensar e sentir desta maneira. Isto é revelador de um processo de adestramento do corpo, da vida e das relações sociais deste grupo. Estas formas, de homens e mulheres perceberem-se nesta relação são pautadas por tecnologias de signos, compreendidas enquanto um conjunto de significados e símbolos construídos culturalmente, capazes de legitimar o comportamento dos indivíduos e dar sentido naturalizado às relações de poder.

"A mulher enxerga o trabalho muito mais do que o homem, ela sempre ajeita tudo mais fácil as coisa da casa, né, porque, prá coisa da casa, eles não serve, nunca querem ajudá, também, eles pouco sabem, na comida mesmo, o homem vai fazê o que? A mulher é sempre mais prática; na roça também, a gente dá sempre uma boa ajuda. (...) o homem é roça, e cuida dos negócio, o resto é com a gente" (D L 39 anos).

Percebemos deste modo que as mulheres fumicultoras atuam sobre si mesmas, em resposta aos símbolos, prescrições ou normas da realidade social, ao mesmo tempo em que isto encobre relações de poder. Neste proceder, elas nem sempre são receptoras passivas, reelaboram as normas na medida em que as estendem para suas próprias vidas, construindo suas artimanhas de maneira que possam conviver com as exigências da realidade social em que o grupo se insere. Seu descontentamento pessoal e a urgência em dar respostas as suas necessidades cotidianas, resultam assim, numa acomodação/ estratégica/ necessária diante da condição de mulher, para essas mulheres.

"...olha, a gente reclama todo dia que é muito serviço prá uma mulher só, tem dia que eu me nego a ir na roça, mas depois no outro dia acabo indo, porque também dá pena, a gente vai e ajuda, fazê o que! mas não é fácil dá conta" (M.O 40 anos).

"Ser uma mulher que planta fumo, é trabalhá dia e noite; é muito sofrido, a vida é dura prá mulher; as vezes a gente não tem vontade prá mais nada, mas tem que enfrentá, porque a mulher é tudo numa casa (...), tudo a mulher tem que sobrá aquele tempo, também não tem quem faça; se a gente não faz fica tudo perdido" (N.M.T B. 48 anos).

2. REPRESENTAÇÕES SOBRE SI MESMAS

Neste ponto do trabalho, trataremos de verificar quais são as representações sobre si mesmas e como elas se articulam com as condições de trabalho, na interação com gênero, conforme expresso em nosso segundo objetivo.

Num primeiro momento, trataremos das representações sobre si mesmas. No segundo, verificaremos como representam o corpo e a família, articulados ao gênero, às condições de trabalho, à roça e à cidade, e suas relações com as representações sobre si mesmas. Num terceiro momento, abordaremos as representações sobre si mesmas, articuladas com as condições de trabalho na interação com gênero. Trataremos, também, neste momento, de explicitar a existência de perspectivas de vida, bem como seus significados, conforme expresso em nosso terceiro objetivo.

2.1 O que as mulheres fumicultoras pensam de si mesmas?

No transcorrer das suas falas, ao referirem-se a si mesmas, adjetivaram-se com freqüentes expressões do tipo: “suja”, “simples”, “nervosa”, “cansada”, “noidada”, “envergonhada”, “diferente”, “discriminada”, “triste”, “pobre”, “mal vestida”, “insegura”, “honestas”.

Com base nestas palavras, passaremos à análise do seu conteúdo, como representações de si mesmas.

A expressão “suja”, apareceu com freqüência nas representações das fumicultoras, como podemos verificar nestas falas:

“ A mulher da cidade anda sempre mais limpa, chega uma pessoa, tá sempre mais limpa; a gente tá sempre suja, chega uma pessoa, a gente não pode nem receber”
(S. P. R. 54 anos).

“É claro que eu me acho diferente da mulher da cidade, porque estas que trabalha na cidade tá sempre limpinha, sempre melhor em vista da gente” (N. M. T. B. 48 anos)

“A mulher da roça tem o serviço da roça, tem que tá ali, suja e coisa; a mulher da cidade , elas trabalha, claro, mas tão mais limpa, tem gente que tem nojo da gente”(I. G. R. 28 anos.

O estar “suja”, não se apresenta, nas falas, como uma ameaça à saúde. Não é a idéia de saúde que está sendo ameaçada, é a aparência dessas mulheres que adquire significado particular neste contexto. Sua aparência “suja”, não se enquadra nos padrões socialmente aceitos, e isto acaba gerando um sentimento de inferioridade que se expressa no desejo de que não apareça nenhuma pessoa estranha ao meio, ou visita de qualquer ordem, antes que tenha tomado banho e trocado de roupa. Eu mesma pude presenciar várias cenas em que, diante da chegada de pessoas consideradas do centro da cidade, durante o desenvolvimento das atividades fumageiras, ao recebe-los, a mulher observava que não reparasse na sua sujeira, porque estava trabalhando. Era como se precisasse se justificar diante de uma realidade na qual não se sentia muito à vontade, pois não podem evitar a sujeira que é resultado do envolver-se com seu trabalho.

Neste sentido, concordamos com Vigarello (1996), quando afirma que os atos de limpeza se constituem num tecido de sociabilidade, num código socialmente elaborado, onde o visível, o observável, podem ser submetidos a normas definidoras dos padrões de limpeza, porém, não necessariamente relacionados à higiene ou saúde, como no caso da limpeza das mãos e do rosto, que se apresentam como as mais antigas na história da higiene corporal. Comenta que, na Idade Média, por exemplo, a limpeza se referia às partes visíveis do corpo; estar limpo era cuidar de uma parte limitada da pele, da parte que a roupa não escondia, do imediato, do visível. As práticas de civilidade da Idade Média não representam, segundo o autor citado, o “início” da limpeza corporal, mas nelas as normas se sistematizam e são as ancestrais das nossas, ao mesmo tempo em que funcionam de forma diferente pois, na idade média, o papel do banho se apresentava diferenciado; sua preocupação, antes de ser com a higiene, era com prazeres bem específicos. Os lugares de banho mesclavam

suas práticas com bordéis, tabernas, espeluncas, agitações, locais de prazer. Um banho que não visava a limpeza, mas diversão.

Para Vigarello (op cit), a história da limpeza corporal apresenta variações no tempo, nos costumes, nos significados e valores, e até nos modos de explicar os efeitos da água sobre o corpo, chegando até à sua rejeição, sobretudo, no século XII, na França, onde a água representava uma ameaça para o corpo. Em resumo, a história da limpeza corporal representa uma intensificação gradual dos auto-regramentos, do desenvolvimento de um trabalho de “civilização”, que acabou levando o asseio físico para além do visível, para a limpeza que visa eliminar o micróbio nos dias atuais.

Quanto ao significado do estar “suja” para as mulheres fumicultoras, portanto, podemos concluir, através das representações, que a preocupação, antes de ser com higiene ou saúde, é com sua própria aparência. Sentem-se envergonhadas por não enquadrarem-se nos códigos da aparência, que julgam ser socialmente aceitos e valorizados.

Nestas outras falas, verificamos o uso dos adjetivos: “Nervosa”, “cansada”, “Esgotada”, “infeliz”:

“Quando tava na roça, deixava umas crianças em casa, eles mijavam em cima das cadeiras, tiravam comida do armário, faziam de tudo; eu ficava nervosa, só que sempre tive paciência com eles, me controlei, por isso que hoje eu tô assim, nervosa , de tanto que passei” (J.D.B.V. 72 anos).

“eu fui uma mulher sempre caseira, não saia por ai, me sentia infeliz, muito serviço, não tinha outras coisas” (M.G.72 anos).

Dizia outra fumicultora:

“Eu vou na roça, levanto cedo fazê os servicinho mais grosso, depois deixá tudo prá ir ajudar na roça... 11hora voltá, deixá o almoço pronto, o menino vai estudá,

preparo a roupa; passá... limpá a casa, sobra tudo prá mim, tô sempre muito cansada, nervosa (D.T. 49 anos)".

Há que se considerar, também, que o fato de se representarem "nervosas", é associado, também, aos ciclos menstruais, aos hormônios e suas funções. Derivantes biológicos, que as tornam vulneráveis e que as diferenciam dos homens. Por um lado, menstruação, gravidez, parto, amamentação, tensão pré-menstrual, calorões ou as mudanças, para algumas, dramáticas, em relação a menopausa. E, por outro, o fato de ter que atender, da melhor forma possível, a pessoas estranhas ao cotidiano familiar, aspectos estes que acabam constituindo-se em cargas fisiológicas e psíquicas, conforme expressa a entrevistada seguinte:

"...a mulher sempre tem uma, antes da menstruação dá um nervoso na gente, dá muita dor, mas a gente tem que enfrentá sol e chuva (...); nas minhas gravidez, sempre trabalhei igual, mas filho na barriga pesa, e o trabalho aumentou muito depois dos filhos(...). Na roça , a gente se preocupa, olha pró relógio, já é hora de fazê a comida e, quando tem gente de fora, como meu genro que morou aqui comigo, a preocupação com a comida aumenta, porque a gente quer fazê melhor; olha eu ficava nervosa, também tava naquela idade da menopausa, tinha dia que pensava que ia morrê" (A . V . 54 anos).

Nas falas a seguir, são expressões de si mesmas, as palavras "pobre" e "mal vestida":

"...ser mulher para as mulher pobre é dura mesmo a vida. Trabalhá na roça, cuidá da casa, tem que cuidá de filho. Agora, a outra mulher que pode, né, paga empregada, aí é diferente, mas prá nois pobre tá ruim... a mulher da roça é julgada mal vestida, a mulher da cidade é toda prosa, toda luxenta, é não me toque; a da roça é uma pobre coitada" (T.M.C. 67 anos).

“Sei lá, eu acho que, em comparação com a mulher da cidade, a gente não chega nem perto, a gente já vai muito simplezinha, a outra vai mais...sei lá, tem alguma coisa, ela pode mais, tem mais dinheiro, as pobre não; elas tem uma casa mais bonita, um carro, as pobre não tem nada” (M.M.O 40 anos).

A mulher camponesa une a sua discriminação a vários outros preconceitos. É como um organismo profundamente integrado e funcional na complementaridade da lógica da exclusão social. Derivantes de sua condição de pobre, resultado da estrita necessidade do capital, se articulam outras construções culturais, pois se é pobre, veste-se mal, torna-se pouco atraente, perde “status”, fecham-se as oportunidades. Estabelecem-se as diferenças de mulher para mulher, em função da questão econômica.

A palavra “sofrer ou sofrimento”, como expressão de si mesmas, esteve presente em muitas falas:

Já explicitamos este aspecto, onde o doméstico aparece como o lugar do sofrer, e nem sempre está relacionado a algo concreto, como uma dor física, por exemplo. No doméstico, o sofrimento aparece enquanto algo que faz parte do ser mulher.

Como imagem de si mesma, o sofrer é utilizado em diferentes sentidos, aparece relacionado a uma dor física, desde uma dor de cabeça, pressão alta ou gripe. Com, também, se apresenta aliado a aspectos de sobrecargas psíquicas geradas pela monotonia, pelo cansaço das tarefas diárias, pelas constantes frustrações quanto ao rendimento da cultura do fumo, pela sua subordinação ao homem dentro da família. Às vezes, como um sofrimento duradouro, sem aparente solução, que leva ao adoecimento, relacionado ao fato de sentirem-se discriminadas socialmente:

“...a mulher sofre, porque tem que trabalhá sempre, quantas vezes doente, com dor de cabeça, gripada, naquele sol forte que até sobe a pressão. Depois, quando chega em casa, em vez de descansá, tem tudo esperando, os serviço prá fazê. O pior de tudo é que

ninguém reconhece, a gente trabalhá, trabalhá, e não é valorizada. O homem sempre acha que é 'manha', que os serviço são leve, que a gente não trabalha tanto que nem eles, não valoriza. Se ainda fosse chegá no final da safra, vê a vida melhorá, dá boa safra, ainda, sim, daria prá fica animada, trabalhá com gosto, mas desse jeito que vai, não sei não (L. M. 35 anos)."

"Muitas vezes me senti triste, discriminada, por ser mulher da roça, porque a gente já tá de desanimá da roça; é muito trabalho e a gente cada vez fica mais pobre; depois, é filho que incomoda, é tudo. Eu sou uma mulher muito caseira, quase não saio por aí, porque nem dá tempo; às vezes me sinto muito infeliz e cansada, muito serviço, não tem outras coisas" (M. G.72 anos).

"... sempre tive paciência, me controlei, por isso é que hoje eu tô assim nervosa, de tanto que passei "(M. G. 72 anos).

A mulher agricultora se insere na mesma divisão de natureza e cultura das outras mulheres (as que possuem recursos econômicos; as que possuem instrução, as que são igualmente discriminadas pela divisão desigual do trabalho, e pela divisão salarial). Mas, experimentam isso de forma diferenciada, visto que são mulheres exploradas em sua condição de classe, pela sua condição de pobre e, neste contexto, pela diferença de "status" e reconhecimento social que cerca quem vive na roça e quem vive na cidade.

Esses aspectos estão inseridos na mesma lógica de exclusão social, articulando a estrita necessidade do capital, mas vão para além desta. Eles se somam a construções culturais perpassantes da divisão do trabalho, à especialização funcional, à reprodução, à especialização orgânica do papel sexual, nem sempre em cadeia linear, porque são construídas constantemente sob novas faces, como já dissemos noutros momentos.

Além do sofrimento advir da condição social, histórica e econômica destas mulheres; ele aparece, também, enquanto experiência vinculada à religião. Adquire, portanto, conotação de virtude, tal como apontado pelas autoras: Tamanini (1997)¹³ e Melthus (1990). É, por esta razão, naturalmente associado aos papéis da mulher e da mãe. Assumir esta postura é expressão necessária e intrínseca de sua condição de esposa, expressando sua capacidade de abnegação em nome do amor, da família e dos filhos. É virtude imprescindível diante dos desconfortos, contradições e preocupações do trabalho. Constitui-se, também, em nosso caso, como no caso das autoras citadas, em força e poder que revigora a vida, visto que esta é uma conduta considerada moralmente boa e legítima para a mulher neste contexto, perpassado por uma religião, baseada num modelo teológico, centralizado na imitação e seguimento das figuras de Maria e de Jesus o Cristo sofredor.

“A vida da mulher é dura, mas se ela tem fé em Jesus e Maria, fica mais fácil, tudo fica mais leve...” (A B D 51 anos).

“Ser uma mulher, vou te dizer uma coisa, ser mulher é ser bem católica, ser justa com Deus, se lembrá de Deus, procurá de ir a missa, procurá de trabalhá, procurá de amá a família, amá o marido; isso é ser mulher” (I. A L. 79 anos).

Nas falas a seguir, podemos verificar as palavras “discriminada”, “noidada”, “envergonhada” como expressão de si mesmas:

“A mulher da cidade é diferente, a gente sente, porque a mulher da cidade anda sempre bonitinha, o serviço delas é um serviço bom; na roça, não, tu vais toda noidada” (I. M. M. 53 anos).

“...a mulher da cidade é melhor, a gente sente, tá no jeito de falá, no jeito de andá, de vestir, ... não dá prá mulher da roça se manter limpa, arrumada; tem dia que chega gente de fora e a gente se sente envergonhada” (D. T. 49anos).

13 TAMANINI, M. (1997), trata-se de dissertação de mestrado, intitulada: saúde - doença na interação entre gênero e trabalho: um estudo das representações das empregadas domésticas; defendida no programa de pós-graduação em Sociologia Política da UFSC.

“...a gente se sente diferente, quando vai numa festa, se vê, quando vai na cidade... a gente se sente discriminada” (A B D.51 anos).

Mesmo ao manterem o sexo como referência explicativa, caminhando em direção ao pensar que ser mulher é ser assim mesmo, “é sofrer, é lutar”, ocorre uma frustração ao se perceberem mulheres, mas diferentes de outras mulheres. Seu pensar, seu ser, carrega um sentimento de inferioridade. Esta discriminação, antes de se concretizar em suas relações sociais reais, se constitui em algo como que, por antecipação, já internalizado e assumido por essas mulheres, e que apresenta sérias conseqüências sociais, pois as incentiva a recuarem da participação e do convívio social.

Desta forma, para estas mulheres, o que é construído sobre as mesmas bases biológicas, ser mulher enquanto sexo feminino, não tem o mesmo valor social e, o corpo, a vida, o “status”, a linguagem, a aparência, o modo de ser de uma mulher, adquire significados culturais, sociais, econômicos e políticos extremamente distintos, em se tratando de mulheres diferentes, inseridas nos diversos contextos onde, umas têm a possibilidade de ascensão social e acesso aos recursos econômicos, políticos e culturais, e outras sofrem a precarização social, econômica, política e cultural.

Do mesmo modo, as expressões “**simples e diferente**” estão sendo comparadas a um padrão socialmente aceito e valorizado:

“Me sinto diferente da mulher da cidade, a gente sofre discriminação porque, quem trabalha no fumo, que mora mais no interior, é mais simples no modo de agir, de falar, as pessoas tem um certo preconceito; quando chega alguém mais empombado, é mais valorizado” (A M 28 anos).

Temos, ainda, como expressão de si mesmas, a palavra “**honesto**” que, com muita freqüência, tem se apresentado em suas falas:

"Olha, eu fui, eu criei meus filhos, porque eu fui uma pessoa honesta, ... trabalhadeira.... vê que me ensinaram a agüentá a vida "(O F V 57 anos).

"Ser mulher, primeiro precisa ser honesta..."(C G R 63 anos).

Ao caracterizar o doméstico em alguns momentos históricos, nos referimos sobre a constituição do modelo de mulher "honesto", na sociedade brasileira. Podemos dizer, através das representações que, neste contexto, a influência de padrões morais, de formas de conduta é bastante presente na vida dessas mulheres. A preocupação com o que os outros vão pensar, ou dizer sobre tais atitudes, acaba condicionando suas vidas, que também são influenciadas pelas normas religiosas. Torna-se o honesto, portanto, socialmente aceito e valorizado, associado ao bom, ao desejável. Para estas mulheres, torna-se uma virtude moral devidamente introjetada e assumida, enquanto o desonesto é algo não reconhecido, não valorizado, sem "status", mas, sobretudo, condenado.

Mas há também uma outra pressão que contribui para o comportamento "**honesto**", há uma cobrança que sobre elas atua, que é o poder de seus maridos:

"...meu marido não gosta quando converso com outros homens, não quer que eu vá nos vizinhos, sempre repara na roupa que vou sai...os homens sempre acha, que a gente vai enganá eles, não tem muita confiança, mas eu sempre fui uma mulher honesta" (H. D. J.T.69 anos).

Há, portanto, um poder exercido sobre o comportamento da mulher, que condiciona seu vestir, seu agir, principalmente diante de outros homens; pois, se usa algo muito transparente, ou se não se senta adequadamente, dá a entender que não tem compromisso ou coisa semelhante. Pode expor seu marido, denegrir sua honra, ou denegrir a si própria, enquanto mãe e esposa. No fundo, são os valores da família, a vontade de ser socialmente aceita e respeitada, e o nome do marido que acabam influenciando seu jeito de ser.

Segundo Pitt- Rivers (1988:13):

"A honra é um valor que uma pessoa tem aos seus próprios olhos, mas também aos olhos da sociedade. É a sua apreciação de quanto vale, da sua pretensão a orgulho, mas é também o reconhecimento dessa pretensão, a admissão pela sociedade da sua excelência, do seu direito a orgulho".

Portanto, as regras de conduta não só punem os que se afastam delas, (neste caso, além de punir a mulher, pune o marido que tem sua honra manchada diante do comportamento "desonesto" da mulher), como, também, oferecem recompensa aos que obedecem, através do reconhecimento social

Aparece, também, como expressão de si mesma, um sentimento de "insegurança" na tomada de decisões, revelador de uma consciência de relação desigual, onde a palavra honrada não é a dela:

" ...tem que ser o homem, porque a mulher vai tomá decisão... não dá certo, sempre dá errado, depois periga o homem não gostá; daí, quando tem coisa grande prá decidi, pula pros homens, nós nos rebaixamos. Tem que se rebaixá, né?... na minha família era assim, o homem sempre tomou as decisão" (N. M. 45 anos).

Esta relação desigual, de ter que se rebaixar e respeitar a palavra final do homem, além de seguir uma tradição de família, acabou gerando insegurança, acabou incorporando este medo de que as coisas vão dar errado, se tentar resolvê-las sozinha.

Na verdade, este discurso não é um fato isolado, há uma condição presente, quando se pensa as relações humanas. Uma condição não há dúvida para qualquer observador da sociedade ocidental, que está marcado por uma total dominação masculina. Neste sentido, ilustramos nossa análise, citando Héri-tier (1984:98), quando comenta:

" A subordinação feminina é evidente no domínio político, econômico e simbólico. Há poucas representações

femininas nos órgãos locais e centrais do governo. No plano econômico, mesmo com todos os avanços, as mulheres ainda quando têm atividades fora do lar, precisam combinar essas duas esferas. Em suas profissões, raramente alcançam os degraus mais elevados. No plano simbólico, retransmitido pela tradição e educação, as atividades consideradas e valorizadas são as exercidas pelos homens”.

Além disso, acrescenta que todo um conjunto de juízos de valor evidenciam características apresentadas como naturais e, portanto, irremediáveis, observadas no comportamento, nas realizações, nas qualidades, ou nos defeitos femininos. Um discurso negativo apresenta as mulheres como criaturas irracionais e ilógicas, sem espírito crítico, curiosas, faladoras, rotineiras, pouco criativas nas atividades intelectuais ou estéticas, medrosas, escravas do seu corpo e dos seus sentimentos, pouco capazes de dominarem suas paixões, ciumentas, perversas, indisciplinadas.

Segundo a autora citada, há ainda um outro tipo de discurso, aparentemente menos negativo, que considera as mulheres frágeis, caseiras, pouco dotadas para aventuras intelectuais e físicas, doces, emotivas, procurando a paz, incapazes de espírito de decisão, de abstração, ternas e envergonhadas. Estas seqüências de atributos estão marcadas negativamente de uma forma desvalorizante, enquanto que a seqüência de atributos qualitativos masculinos correspondentes, são positivas ou valorizantes. No que se refere às fumicultoras, apesar de existir certa consciência de que há uma relação desigual; quando afirmam que “tem que se rebaixar”, a maioria, se representa inferior aos homens. Dão mostras da incorporação desta série de discursos socialmente produzidos, por sua vez, geradores de insegurança diante dos problemas. Neste sentido, é necessário considerar essa lógica de oposições binárias como sinais culturais; talvez não tenham um sentido universal, mas o seu sentido reside na sua própria existência. É a linguagem de um jogo social de poder, onde mulher é igual a comportamento de mulher, e homem é igual a comportamento de homem e os papéis sexuais são, a partir deste conteúdo teórico diferencial, atribuídos a um e a outro, de maneira diferenciada .

2.2 Representações sobre o corpo e a família, articuladas ao gênero, às condições de trabalho, à roça e à cidade.

Neste momento, nossa análise estará voltada para as representações sobre o corpo e a família, articuladas ao gênero, às condições de trabalho à roça e à cidade; e suas relações com as representações sobre si mesmas.

Corpo

As condições de trabalho, na forma como as fumicultoras percebem e as representam, são sempre apontadas como responsáveis pelo desgaste e destruição do seu corpo:

“...a mulher da roça envelhece nova, ela tem pé rachado, tadinha, debaixo do sol; vejo minha irmã, ela é mais velha; parece mais nova, é conservada, sempre aquelas perna bonita, se cuida” (O F V 57 anos).

Ou, nestas falas:

“...diferença tem muito, pelo menos elas não tão mordida de borrachudo; olha se elas tem calo na mão, olha se a mulher da cidade envelhece como as do interior; elas trabalha na sombra, tu logo conhece a mulher do interior , tu vê na cara (D. L. 39 anos”.

“Na roça, tu vais toda noidada, trabalha no fumo, na roça, nas criação, as mão fica sempre noidada” (I. M. M. 53 anos).

As condições de trabalho na fumicultura, e demais atividades agrícolas, determinam a emergência de uma maneira específica de representar socialmente o corpo. As mulheres entrevistadas apontam para um desgaste de seu próprio corpo, sobretudo mãos, braços, rosto e pernas. Estas partes, além de estarem mais expostas ao sol e borrachudos, são as mais utilizadas para o desenvolvimento de suas atividades.

O trabalho na fumicultura exige um corpo saudável, disposto, que, ao passar dos anos, acaba se desgastando; sofre transformações, seja pela exposição freqüente ao sol, seja pela exposição à grande quantidade de agrotóxicos utilizados nesta lavoura, ou pelo próprio manuseio do produto. Segundo pesquisa realizada por Maciel et alli (1989), em Criciúma, Santa Catarina, durante as etapas de coleta, seleção, amarração e posterior classificação das folhas secas, é liberado o que os fumicultores chamam de "poeira do fumo". Esta foi capaz de provocar, em 95% das mulheres e 87% dos homens, do total de 148 fumicultores entrevistados e examinados por médicos, sinais e sintomas de intoxicação por organofosforados (OF) e carbamatos (CBM); apresentando-se sob a forma de tonturas, cefaléia e náuseas.

Entre as fumicultoras entrevistadas, a exposição freqüente aos agrotóxicos constitui-se num motivo de preocupação:

"...eu digo pros meus dois filhos: vocês vão procurá serviço enquanto é cedo, não fica nessa droga, vocês morre nessa droga; quem lida com veneno, não é nada bom. A firma vende essas máscaras, mas a gente custa a usá em tempo de calor; no calor tu vai com essas máscara na roça? Só prá morre. O fumo mata a gente na roça, a gente termina a safra amarelo, da cor do fumo seco, o pessoal costuma dizer. Na escolha, ainda, a gente enfrenta toda aquela poeira; sei que, quando acaba a safra, me dá uma fraqueza, fico naquele estado de nervo, cansada, já é 3 (três) anos que me dá isso"(J V 47 anos).

Na verdade, trabalho e corpo não podem ser dissociados pois, no trabalho as fumicultoras usam seu corpo, o transformam, o deformam, e isto, além de trazer-lhes sérias conseqüências à saúde, possui um significado social. Este ver-se com as mãos calejadas e amareladas, com os pés rachados, com as pernas picadas por borrachudos, com seu rosto envelhecido pelo sol, faz com que se sintam envergonhadas. Elas têm vergonha de mostrar seu corpo, não se sentem mulheres iguais às outras mulheres. Embora tenham os mesmos órgãos genitais e, seja no grupo estudado, o determinismo biológico, o embasador do cultural, fundamental

demarcador das relações, constróem significados diferenciados sobre eles e seu corpo, em relação às outras mulheres. Significados estes, imputados a partir da experiência existencial, pautados por sua realidade de vida.

Através das representações sobre si mesmas, e de nossa observação no momento das entrevistas, pudemos verificar que elas se sentem inferiores. Uma inferioridade que se apresenta na postura corporal, meio que inclinada, cabeça baixa, cuidadosas das palavras, tímidas e temerosas de se manifestarem. Na representação, a seguir, podemos perceber um pouco desta situação:

“...a mulher da roça é uma mulher que nunca tem valor, é desprezada, não sabe se trajá, ela não pode ir bem pintada como ela qué, porque nem combina com seu jeito; não se arruma bem, porque o serviço não dá; eu não posso enfrentá uma mulher da cidade, tenho vergonha”(MDB 57 anos).

A vergonha funciona como proteção. Agem com receio, recusando sua aparência, pois aceitá-la, significaria ser capaz de conviver e enfrentar os preconceitos sociais, incorporados a sua profissão. Desta maneira, a vergonha funciona como forma de isolar a discriminação, sendo transformada, por isso, em mecanismo de resistência, pois ao usarem a vergonha como proteção, estão evitando exporem-se à discriminação. Quanto menos visíveis, menos expostas.

Segundo Norbert (1994: 242):

“O sentimento de vergonha é uma exaltação específica, uma espécie de ansiedade que, automaticamente, se reproduz na pessoa em certas ocasiões por força do hábito. Considerado superficialmente, é o medo da degradação social ou, em termos mais gerais, de gestos de superioridade de outras pessoas. Mas é uma forma de desagrado, ou medo, que surge caracteristicamente nas ocasiões em que, a pessoa que receia cair em uma situação de inferioridade, não pode evitar esse perigo, nem por meios físicos diretos, nem por qualquer forma de ataque”.

Para o autor, o sentimento de vergonha e a repugnância ou embaraço foi um processo que se desenvolveu juntamente com a racionalização, característica do processo civilizador à partir do sec. XVI; ambos tornaram-se cada vez mais perceptíveis na transformação da estrutura da personalidade social do homem no ocidente.

Acrescenta, também, que este sentimento de impotência diante da superioridade dos outros, essa fragilidade diante deles, não advém, diretamente, da ameaça de superioridade física que os demais realmente representem, embora, não há dúvida, tenha suas origens numa compulsão física, na inferioridade corporal da criança frente aos pais ou mestres.

A impotência nos adultos resulta do fato de que as pessoas, cuja superioridade se teme, estão de acordo com o próprio superego da pessoa, ou seja, estão de acordo com o mecanismo inibitório inconsciente e que, por outro lado, atua como constituinte principal da consciência. Estão de acordo pois, com a agência de autolimitação implantada no indivíduo por outro, de quem ele foi dependente, que exercia poder ou possuía superioridade sobre ele. De conformidade com isso, o autor afirma que o sentimento de "vergonha" é profundamente disfarçado à vista dos outros e, por forte que seja, nunca é expressado em gestos violentos.

Assim, a vergonha se explica no fato de que a pessoa que a sente, fez ou está prestes a fazer alguma coisa que a faz entrar em choque com as pessoas a quem está ligada, de uma forma ou de outra e consigo mesma, com o setor de sua consciência, mediante a qual controla a si mesma. De forma que, o conflito expressado no par vergonha - medo não é apenas um choque do indivíduo com a opinião social prevalecente; mas seu próprio comportamento colocou-o em conflito dentro de sua própria personalidade. Ele mesmo se reconhece como inferior, e teme perder o amor e o respeito dos demais, a quem atribui ou atribuiu valor. Assim sendo, a atitude dentro dessas pessoas precipitou nele uma atitude dentro de si, que ele, automaticamente, adota em relação a si mesmo. E é isso o que o torna tão impotente diante dos gestos

de superioridade de outras pessoas que, de alguma maneira deflagram nele esse automatismo.

Observando o contexto geral, podemos dizer que este mecanismo é altamente formador de personalidades dóceis as necessidades do sistema visto que, uma vez provocada a humilhação e o isolamento, a submissão, geralmente, se torna garantida, especialmente se o trabalhador não tiver outra alternativa de emprego ou subsistência. Portanto, para as mulheres fumicultoras, o sentimento de vergonha é um mecanismo usado para se defenderem, para isolar a discriminação a que estariam sujeitas.

Há, ainda, que se considerar, ao analisarmos as atitudes das mulheres fumicultoras em relação ao seu corpo, através de suas representações, a presença de tecnologias sociais, conforme tratadas por Foucault (1995). A maneira como visualizam um jeito de apresentar o corpo, representa uma tecnologia. Em suas mentes, há um padrão construído, sobre como deve ser o corpo socialmente aceito. Esta imagem, que é produto da mídia, das escolas, da igreja, das academias, produz um certo tipo de subjetividade em relação ao corpo, acaba prescrevendo modelos, jeitos de ser homem e de ser mulher. Apontam para lógicas de mundo, contextualizadas e dispostas de tal maneira, que servem para manter determinadas relações sociais, bem como para fabricar determinado jeito de ser nesta sociedade.

No imaginário simbólico do grupo estudado, o jeito de ser e de apresentar o corpo socialmente aceito se diferencia da sua experiência de corpo; no conjunto da sua realidade cotidiana; este, para ser socialmente valorizado deveria se apresentar limpo, sem mãos calejadas, sem pés rachados, ou pernas picadas por borrachudos, e deveria, ainda, não ter o rosto envelhecido pelo sol.

Estas formas históricas, pelas quais foi se construindo um jeito de ser do corpo, da vida, das sociedades, são definidas por Foucault, como um conjunto de técnicas para maximizar a vida, criadas e desenvolvidas pela burguesia, a partir do final do séc. XVIII, com fins a assegurar a sobrevivência da classe e a continuação da hegemonia. Tais técnicas envolviam a elaboração de discursos sobre quatro figuras ou objetos

privilegiados do conhecimento: a sexualização das crianças e do corpo feminino, o controle da procriação e a psiquiatrização do comportamento anômalo, como perversão. Estes discursos foram implementados pela pedagogia, medicina, demografia, e economia, se ancoraram e se apoiaram nas instituições do estado e se consolidaram, especialmente, na família. Serviram para disseminar e implantar, empregando o sugestivo termo de Foucault, àquelas figuras e modos de conhecimento em cada família ou instituição, tornando o sexo, por exemplo, não só, uma preocupação secular, mas também uma preocupação do Estado. Para ser mais exata, o sexo se tornou uma questão que exigia que o corpo social como um todo e, virtualmente, todos os indivíduos, se colocassem sob vigilância (Foucault, 1995).

Podemos dizer que estas tecnologias têm implicações concretas na vida real das pessoas, tanto sociais, como subjetivas. Para as fumicultoras, por exemplo, a presença de uma tecnologia corporal é evidente, ao visualizarem um modelo que seu corpo mal trajado, desajeitado, sujo, deformado pelas condições de trabalho, não atinge, constituindo-se numa das causas de sua discriminação social.

Neste sentido, as tecnologias implicam em certas formas de aprendizagem e de modificações nos indivíduos, tanto na aquisição de habilidades, quanto de atitudes; implicam em mudança de si mesmos em resposta aos símbolos ou prescrições sociais, implicam, também, num sentimento de inferioridade por parte dos que se encontram às margens destes modelos socialmente construídos, aceitos e valorizados em cada cultura.

Enfim, podemos dizer que a maneira como as fumicultoras representam seu corpo é um indicativo, não apenas de sua realidade social e cultural, como também de suas ações mais pessoais e subjetivas. Através das representações sociais, entendidas como processos de investimentos "simbólicos", as fumicultoras procuram dar sentido ou significação às situações vividas. As representações constituem aspectos da subjetividade, uma vez que expressam desejos, afetos, idéias, projetos, visão de mundo que os sujeitos constroem em suas vivências no dia - a - dia. Porém, não se limitam a um processo de natureza individual, psicológica, se desdobram pela

apropriação pessoal da realidade, dos objetos, pelo fato de se constituírem num processo inscrito num contexto social, onde há comunicação e o compartilhar de experiências pessoais com outros indivíduos em suas práticas sociais.

Desta forma, a apropriação da realidade se verifica a partir da maneira pela qual cada fomicultora constrói, pessoalmente, suas próprias imagens e representações, através da forma, sob a qual esta realidade é então vivida e apreendida. Mesmo com este caráter singular, particular, por conta do processo de apropriação, feito por todo o indivíduo, este não perde seu enraizamento no social, no processo de produção de sentido.

Segundo Penna (1992:59):

“...uma ação estruturante, ao mesmo tempo que elas são estruturadas socialmente, uma vez que os esquemas de pensamento têm sua origem na sociedade (...) a atividade estruturante dos agentes, então, não é totalmente livre, nem totalmente pessoal ou individualizada (...) simplesmente porque sua intervenção não se faz no vazio, mas num mundo social já simbolizado, um mundo em movimento, carregado de significações coletivamente estabelecidas”.

Assim sendo:

“a subjetividade não é fabricada através das fases psicogenéticas da psicanálise ou dos ‘mátemas inconscientes’, mas também na grandes máquinas sociais, mas mediáticas, lingüísticas que não podem ser qualificadas de humanas(...) de uma maneira mais geral, dever-se-à admitir que cada indivíduo, cada grupo social veicula seu próprio sistema de modelização de subjetividade, quer dizer, uma certa cartografia feita de demarcações cognitivas, mas também míticas, rituais, sintomatológicas, a partir da qual ele se posiciona em relação aos seus afetos, suas angústias e tenta gerir suas inibições ou pulsões” (Guattari, 1992:11).

É neste sentido que podemos entender a subjetividade das fumicultoras em relação ao seu corpo e à sua condição social.

Para uma melhor compreensão das representações sobre si mesmas, resultantes, também, das relações estabelecidas por estas mulheres, dentro da família, trataremos, a seguir, das suas experiências de vida no âmbito da família, relacionadas com a gravidez e filhos, com o sexo e a menstruação.

Família:

Segundo a abordagem "estrutural - funcional", tratada por Oliveira (1979:12), a família pode ser concebida como:

"um subsistema estruturado internamente ao sistema social global, no qual as relações entre seus componentes seguem algum tipo de padrão, sendo reguladas por um conjunto de normas. Estas normas definem direitos e obrigações associadas aos papéis desempenhados por cada um dos indivíduos envolvidos no subsistema. A importância da unidade familiar se baseia nas funções que ela desempenha na sociedade. Ela constitui uma instituição estratégica, na medida em que congrega, na mesma unidade, duas das funções básicas ou dois requisitos da sociedade: a reprodução biológica, e a socialização dos imaturos".

Para a autora, a família é, portanto, responsável pela formação de novas gerações, capazes, tanto em quantidade como em qualidade, de substituir as mais velhas. Enquanto instituição, a família é um dos subsistemas sociais através dos quais os requisitos funcionais da sociedade são traduzidos em normas e padrões de comportamento individual. Percebemos que é desta forma que a família se apresenta na trajetória do grupo.

Ao caracterizarmos o doméstico segundo as representações das fumicultoras, mostramos que este aparece como o lugar da responsabilidade da mulher; e que esta

responsabilidade tem conotação moral, assumindo o papel de ser mãe e dona de casa, é necessário que ela desenvolva um padrão de família, baseado em valores de honestidade, religiosidade, dedicação; onde pais e filhos se reconheçam. Algo contrário, neste caso, representaria um comportamento não reconhecido ou não valorizado socialmente.

Segundo representam, estas mulheres não se concebem em outra relação que não seja dentro do matrimônio, apesar da maioria delas representarem-se a si mesmas, como: cansadas, nervosas, esgotadas; o ideal de mulher que traçam é o da mulher casada, com filhos, ou da mulher que seguiu vida religiosa. Apesar desta relação ser a causa de sua opressão e de seu sofrimento, tratam com certa discriminação a mulher solteira, com expressões do tipo: "... mulher solteira é falada (S.P.R.54 anos)".

É típico da cultura local por exemplo, rotular as mulheres solteiras, como "solteironas", "ficou pra titia", ou se referirem a elas com sentimento de "pena", pois são "frustadas" ou "mal amadas". Podemos, até, compreender esta construção cultural estereotipada, que envolve a mulher solteira, pois ela não se enquadra no modelo de mulher "idealizada" para a sociedade brasileira, influenciado principalmente pela igreja e pelo Estado, desde os primeiros séculos de colonização, fato que ainda carrega profundas marcas na atualidade, conforme tratado por Del Priore (1993).

Assim, essas mulheres se sentem exploradas, cansadas, mas não abrem mão da família, dos filhos; a maioria prefere esta relação que as oprime, do que estar às margens do socialmente valorizado. Para elas, o sacramento do matrimônio é um compromisso eterno; seja qual for a relação que se estabeleça em seu interior, não têm coragem de renunciá-lo. O medo da degradação social, de envergonhar a família, de ofender a Deus e ainda, o fato de terem aprendido a " agüentar tudo na vida", ou a dependência econômica, pois apesar de trabalharem na roça e em casa não dispõem de seu próprio dinheiro, inibem qualquer iniciativa de mudança.

Desta forma, as relações estabelecidas por estas mulheres com a gravidez e filhos, inseridas em relações de gênero, tem influências diretas sob a forma como representam-se a si mesmas, fato que nos ocuparemos a seguir.

Gravidez e filhos:

Já nos referimos ao fato de que, estas mulheres, na sua maioria, não concebem o casamento sem filhos. Antes de tudo, os filhos aparecem como um complemento natural para o casal, a maternidade é vista como uma característica biológica que completa a mulher:

“...na minha opinião, uma mulher não pode passar sem ser mãe, é muito estranho, filho faz falta prá mulher” (S.P.R.54 anos).

“...todo o casal quer ter filhos, fica esquisito um casal sem filhos; eu não teria jeito sem filhos, era muito triste; é um costume, sem filho eu não seria essa pessoa que sou” (N.M.45 anos).

Podemos dizer que esta forma de representar está muito ligada a formação destas mulheres que, desde meninas, tiveram uma educação voltada para a profissão de “futuras mulheres”, para citar Kergoat (1987), incluída nela a maternidade. Desde criança, aprenderam a ocupar-se com as coisas da casa, com o conjunto do trabalho reprodutivo, através da divisão sexual do trabalho.

Está ligada, também, ao fato de ficar “ esquisito” não ter filhos, perante as demais pessoas. Nova Trento constitui-se numa cidade ainda bastante interiorana, onde as pessoas se conhecem, sabem o que faz fulano, onde mora, com quem se relaciona, ou para citar Damatta (1985:26), ao se referir às cidades brasileiras do interior: “...não obstante cada casa tem um número e cada rua um nome, as pessoas informam ao estrangeiro a posição das moradias de modo pessoalizado e, até mesmo, íntimo...”. O fato das pessoas se conhecerem, e suas relações serem mediadas por certos padrões de conduta, gera uma cobrança social. Há, portanto, por detrás da expressão “fica

esquisito um casal sem filhos”, também, um desejo de se enquadrar no comum, no costume, ou no valorizado nesta sociedade local.

Aliado a este fator, aparece a pressão religiosa, conforme tratamos ao apresentar o doméstico segundo as representações das fumicultoras; principalmente para as mulheres mais velhas, estas tiveram suas escolhas, ainda mais cerceadas, porque não contavam com a possibilidade de métodos contraceptivos:

“era importante ter filhos, porque eles diziam que era uma obrigação; os padre obrigava, porque se tu ia te confessá e dizia pró padre que tu evitavá ter filho, ele dizia que tu tava em pecado mortal” (M.D.B.57 anos).

Para estas mulheres, a igreja constituiu-se numa instituição social muito próxima, estabelecendo normas de conduta, principalmente pregando-lhes a aceitação de todos os filhos que Deus mandasse. Segundo Oliveira (1979), a religião, como ideologia, representa um estoque de conhecimentos que oferece possibilidades de explicações e justificações a um modo de vida, envolvendo, também, a legitimação das relações entre os sexos. Baseados nessa autora, podemos dizer que a religião contribuiu muito para a opressão dessas mulheres, principalmente as mais velhas que, ao falar dos filhos, falam com mágoa, pois foram tantos, tanto foi o trabalho que tiveram, a dedicação desprendida, a anulação de si mesmas, acabando por resultar em sérios problemas à sua saúde física e mental, já que todo o cuidado com os filhos era e é atribuído às mulheres. Mas, como lembra a autora citada, é preciso que não se incorra no erro de pensar a religião como algo que se impõe às pessoas, como se fosse possível derivar de suas normas o comportamento. A adoção de princípios normativos e éticos da religião sofre um processo de reinterpretação à luz das situações da vida. Ou ainda, para lembrar Guattari (1996), quando fala que não existe uma subjetividade do tipo “recipiente” na qual se colocariam coisas exteriores para serem internalizadas. Neste sentido, nossa análise, em relação a influência da religião, não pode ser tão rígida, pelo fato de não sabermos como essas mulheres reagiriam, se tivessem à sua disposição os métodos contraceptivos que influenciaram consideravelmente na diminuição do número de filhos das mais jovens.

Não podemos deixar de ressaltar, também, a necessidade, por exemplo, de mão-de-obra para o trabalho na lavoura; pressionando as mais velhas em relação ao número de filhos :

“...uma família grande era bom, porque os filho ajudava muito, quando tem mão-de-obra em casa, o fumo dá mais, hoje, o fumo não compensa, os filhos casaram, querem a parte deles....meu marido teve que vender um pedaço de terra esse ano, para pagar a dívida” (C.G.R.63anos).

Porém, importa-nos analisar, nesta questão, gravidez e filhos, como um campo de relações estabelecidas por essas mulheres no interior da família, inseridas em relações de gênero, capazes de justificar ou concretizar a forma anteriormente tratada de representarem-se a si mesmas.

Assim, a gravidez aparece como diferença do homem, mas como diferença que trás sofrimento:

“Ser mulher é diferente, porque tem filho na barriga, pesa, dói, e dói muito... depois ele chora dia e noite, tu dá de tudo, ele não cala, e o homem dorme, é mais fácil pró homem” (S. P. R. 54 anos).

Devido ao seu poder econômico, essas mulheres não podem transferir parte destes encargos para empregadas domésticas, tanto é que, como já nos referimos, as mais velhas iam acompanhadas dos filhos pequenos na roça, fato que alterou-se para suas filhas. Estas, também, não dispõem de empregadas, mas não levam seus filhos pequenos na roça, eles ficam de favor com a sogra, avó ou vizinha, porém, isto não significa que as responsabilidades tenham sido divididas ou amenizadas, continuam nas mãos da mulher. Na fala, a seguir, podemos perceber essa diferença:

“...as mães da gente levava a gente na roça de pequeno, hoje mudou, eu não levo, tenho pena, as criança chora

muito; eu deixo com a sogra, às vezes com a menina da vizinha, assim de favor, né, porque prá pagá não dá, só que a gente tá sempre preocupada com eles” (T P T R 28 anos).

Este sofrimento se agrava, quando a gravidez não é mais tão desejada como era no início do matrimônio, quando resultou da satisfação de um desejo sexual do homem e da submissão da mulher que mesmo contra a vontade, sabendo que uma relação naquele dia resultaria em uma gravidez, se submetia pois sentia-se na obrigação de atender ao marido:

“Eu não sabia de nada prá evitá filhos, eu sabia que a obrigação da mulher era ter filhos, então tinha que aceitá o marido, se bem que eu queria evitá; achava que nossas condições não dava prá ter muitos filhos;(....) evitá prá mim era não ter relação sempre, evitar naqueles dias, mas ele não, ele só queria prazer, e a gente tinha que servi o marido(....) na hora, ele dizia que podia vim mais filho, que onde comia 1, comia 2, mas depois quem tinha que pensá na comida que ia colocar na mesa era eu,(....)quando fazia compra de comida, ele reclamava, dizia que tinha que economizá, e quando eu dizia que tava grávida, ele ficava bravo” (H. D. J. T. 69 anos).

“Não tinha nada pra evitá, eu me preocupava, até tentava evitá mas o homem, quando quer ter relação, ele não se preocupa, a mulher é obrigada a aceitar; acabava engravidando, mas nunca que a mulher quer engravidar tanto; sempre ela sabe que é mais trabalho pra ela” (M.D.B. 57 anos).

Gravidez e filhos, portanto, para estas mulheres, principalmente em relação às mais idosas, não constituiu-se numa questão de livre escolha; apesar do desejo inicial de serem mães, os filhos resultaram, na maioria das vezes, do cumprimento de um “dever”; entendido, por estas mulheres, como o ato de dispor seu corpo para cumprir um papel enquanto esposas em relação ao sexo, agravado pelo desconhecimento ou inexistência de métodos contraceptivos, já que sua difusão se deu no Brasil somente por volta da década de 70, (Minella, 1996).

É necessário ressaltar, neste momento que, se estas mulheres sofreram devido ao elevado número de filhos, não menos vítimas foram as mulheres mais jovens, suas filhas, onde podemos observar uma diminuição no número de filhos, devido ao uso de métodos contraceptivos, como a pílula e a esterilização; pois essas mulheres, ao falarem sobre si mesmas, atribuem muitos dos problemas relacionados à saúde, ao uso desses métodos, como podemos verificar neste depoimento:

“Eu tomo comprimido, mas tenho muita dor de cabeça, e mexeu com a pressão, também, eu tomo comprimido prá não engravidá, porque a condição não permite mais filho, mas tenho que tomar, também, para a pressão alta,.... se eu não tomar, vou no sol e já me escurece as vista, dá dor de cabeça; já sei que é a pressão, posso medir que tá alta” (L.M. 35 anos).

Se, de um lado, os métodos da contracepção diminuíram o número de filhos para as mulheres mais jovens e, conseqüentemente, a carga de trabalho em relação aos mesmos, de outro, isto não aconteceu sem apresentar riscos à saúde dessas mulheres, como não deixam de comprovar as contra-indicações médicas para o uso da pílula, relativas as doenças trombo-embólicas, doenças cárdio-vasculares, ou o arrependimento que a esterilização pode causar devido a sua irreversibilidade, (Scavone et alli, 1994).

Sobre estas mulheres, também, atuam formas de poder que as constituem enquanto vítimas. Desta vez, além do poder masculino, juntam-se os poderes econômico e médico. A difusão dos métodos contraceptivos está, segundo a autora acima, intimamente associada às desigualdades sexuais, pois legitimam o desenvolvimento quase exclusivo de métodos contraceptivos femininos.

Sabemos que sua acentuada difusão implica desde estratégias políticas, visando a solução de problemas econômicos, até reivindicação das próprias mulheres, como é o caso da clássica reivindicação organizada pelo movimento feminista Francês dos anos 70: “uma criança se eu quiser / quando eu quiser (idem: 1994). Porém, as grandes vítimas continuam sendo as mulheres, cuja liberdade de escolha é limitada pelas diferentes formas de poder às quais elas estão confrontadas, agravadas pela falta de

informação, de acompanhamento médico adequado, representando sérios riscos a saúde.

Em relação à gravidez e filhos, percebe-se, também, preferência pelo sexo dos filhos. Esta fala, a seguir, apresenta forte discriminação contra a mulher, apoiada pela própria mulher, que acabou incorporando o discurso socialmente produzido, atribuidor de poder e prestígio ao sexo masculino:

“Dizem que um filho, dentro de casa, é uma alegria, meu marido queria tanto um filho homem, que quando nasceu o terceiro filho (...), era um homem(...), ele chegou em casa batendo palmas; sempre é bom ter um filho homem, ele continua o nome da família, é um orgulho pro pai” (A V 54 anos).

A preferência pela mulher, também, aparece, mas ligada ao fato de que ela vai ser útil para ajudar nos afazeres domésticos:

“...quando tive os dois mais velhos, que foi dois meninos, eu esperava o segundo, uma menina, se viesse uma menina era bom, porque ela ia dar uma mão; meu marido dizia que era bom, era ela que ia fazer a comida, como de fato aconteceu” (N.M.T.B.48 anos).

Justificamos um pouco, nestes dois últimos depoimentos, fatores que contribuem para a forma anteriormente tratada de representarem-se a si mesmas com certo sentimento de incapacidade de tomar decisões, pois acabam incorporando este discurso machista, que acredita na inferioridade feminina, fazendo com que muitas desejem ter mais filhos de sexo masculino.

Concordamos com Saffioti (1987), quando afirma que as diferenças sociais e culturais atuam sobre o ser humano desde o seu nascimento. O fato do pai, ou do casal preferirem um menino, acaba gerando grande decepção, se o recém-nascido for mulher, o que reflete sobre a criança pois, desde cedo, percebe que não preenche os desejos do pai ou do casal. Acrescenta-se, a isso, a prescrição ideológica de que os homens devem comer bastante, e as mulheres pouco; pois os primeiros devem ser

fortes, e elas frágeis. Este contexto ideológico acaba influenciando as mães na alimentação diferenciada dos bebês, conforme o sexo. Entre as fumicultoras, a oposição homem forte x mulher fraca, é bastante visível:

“...na roça, a mulher faz igual, só não faz é na lenha do fumo, né, porque a mulher é mais fraca, o homem já não; ele come mais, é mais forte, a mulher é mais fraca, meu Deus! Em comparação né do meu marido contra eu, eu sou muito mais fraca”(L.G.28 anos).

Assim, o próprio ato da alimentação é socialmente condicionado, propiciando a realização de modelos prescritos pela ideologia dominante: homem forte x mulher frágil. Com efeito, se as meninas recebem menos alimentação que os meninos, não podem tornar-se tão fortes quanto estes. Romper este círculo vicioso, portanto, é uma *passo fundamental na transformação das construções culturais que atribuem poder e prestígio ao sexo masculino.*

Percebemos, em nossa análise, a força desta ideologia da “inferioridade”, tão grande e englobadora que, mesmo entre aquelas que afirmaram realizar as mesmas tarefas realizadas pelo homem, apresentando maior produtividade na fumicultura, havia quem se considerasse fraca. Estão de tal maneira imbuídas desta idéia de sua inferioridade, que se assumem como seres inferiores aos homens, mesmo reconhecendo-se com potencial igual ou superior para realizar qualquer atividade não relacionada apenas a força física, mostrando-nos, mais uma vez, os valores derivantes do biológico, conduzindo as práticas cotidianas das mulheres, sujeitas deste estudo. Dizia uma fumicultora:

“quem toma as decisões é o marido, nós fomos assim desde o começo do casamento, então é ele que se vira com os negócios; eu acho que é melhor, a mulher tem capacidade, também, mas é mais pesada a história; porque a gente diz assim né? Olha, a mulher manda, aí é pior, porque pode que, às vezes ela é mais fraca, se engana e erra. Eu disse pra ele: olha tu não me bota em negócios nenhum, eu posso te ajudar; agora, de cabeça eu não quero. Olha, minhas filhas fazem negócios, eu acho que, quando a mulher se mete, ela faz, mas eu não

queria isso pra mim, isso é coisa mais pro homem”(C.G.R.63 anos).

Sexo:

Quanto ao sexo, nos referimos, ao caracterizarmos o doméstico, que aparece como o lugar da negação do prazer sexual para as mulheres entrevistadas. Sexo não está articulado ao prazer, mas ao “dever” de dispor seu corpo a serviço do marido:

“.... o homem quando quer ter relação, ele não se preocupa, a mulher é obrigada a aceitá, depois acaba engravidando” (M. D. B. 57 anos).

“....se não tinha relação, ele dizia que não servia direito” (O F V 57 anos).

Mesmo que, para as mulheres mais jovens, os filhos tenham diminuído devido ao uso de métodos contraceptivos, conforme já relatamos, a diferença se apresenta somente neste aspecto, pois continuam a se revelar figuras passivas, em oposição ao papel ativo do homem, diante do sexo. Apesar de, atualmente, apresentarem-se indícios de mudança no relacionamento entre homens e mulheres, em relação a sexualidade, onde as mulheres, pela primeira vez na história, reivindicam igualdade com os homens, conforme tratado por Giddens (1993), no que se refere ao grupo estudado, as mulheres seguem passivas, obedientes e sujeitas aos homens. O desejo sexual constitui-se num privilégio exclusivo dos homens, elas se o sentem, escondem-no, reprimem-no, pois mulher “honesta”, “mãe e esposa dedicada”, sabe controlar seus impulsos:

”olha, a mulher sempre tem que ser mais reservada, esperar pelo homem; também, homem não gosta de mulher oferecida, nem quando é solteira; tu pode ver, ele até se aproveita, mas não gosta, prá casá eles já querem uma mulher direita”(L. M. 35 anos).

Todas as entrevistadas demonstraram constrangimento, ao serem questionadas sobre sua sexualidade. Algumas fugiram totalmente do assunto, mas podemos perceber claramente que, para essas mulheres, os códigos morais, ou sentidos de “certo e errado”, em relação à sexualidade, que distinguem homens de mulheres, ou a mulher “honestas”, das demais, está muito bem definido em suas representações.

A formação que tiveram, o medo da depreciação social, o poder do homem que sobre o comportamento dessas mulheres atua, acaba condicionando suas condutas. A honestidade, para estas mulheres, significa também recato diante da sexualidade. Apesar de, atualmente, pesquisas demonstrarem que as mulheres não são mais tolerantes diante da traição e, perante a qual devolvem com a mesma moeda, segundo afirma Rubin apud Giddens (1993), nosso grupo de mulheres, reprova o sexo extra-conjugal, mas, até, “entende” se, no caso, for praticado pelo homem:

“para os homens, sempre é diferente, prá mulher é muito feio trair o homem; se ela trai o marido, fica falada, vira vadia, todo mundo dá risada; quando ela passa, até as mulher fica rindo. Agora, prós homem não, prá eles é mais fácil, eles pode, sabe como é homem..., a mulher acaba perdoando, mas eles não perdoa a mulher” (A B D 51 anos).

A hierarquia de gêneros que, neste caso, significa submissão da mulher, se torna clara, neste discurso. Podemos dizer que há, sobre essas mulheres, uma ideologia, um discurso moral sobre seu sexo e sexualidade, onde o recato, a passividade sexual, são a melhor prova de uma adequação ao ideal feminino, socialmente construído e interiorizado. Ilustrando nossa análise, Guimarães (1996), comenta que, a honra das mulheres está associada à “pureza sexual” e ao sentimento de “vergonha”, quando esta pureza é manchada; para o homem, a honra está associada ao trabalho e ao desempenho sexual, cabendo-lhe o papel de provedor, de pai e marido responsável, sendo que, para estes, as aventuras sexuais acabam sendo exibidas como troféus no meio masculino e têm por função polir a imagem de virilidade, enquanto que para as mulheres, uma disponibilidade sexual fora do lar contribui, de forma negativa, à sua imagem social e familiar.

Neste sentido, podemos ilustrar nossa análise com o estudo de Pitt - Rivers (1988: 12-60), sobre as concepções da honra nas classes sociais da Andaluzia, na Inglaterra. Podemos dizer que o grupo, por nos estudado, apresenta as mesmas variações quanto a noção de honra, segundo o sexo, apresentada pelo autor citado. A honra de um homem e de uma mulher acarretam modos de condutas diferentes. Uma mulher é desonrada, perde sua vergonha ao manchar sua pureza sexual, mas o homem, não. Tanto no caso do autor, como no nosso, a honra do homem está ligada à pureza sexual de sua mulher, e não à sua. Para o autor citado, as sanções sociais são mais severas para as mulheres das classes baixas.

Menstruação:

Diferentemente do homem, a biologia feminina expõe as mulheres a ciclos, hormônios e funções: o homem não menstrua, não engravida, não amamenta, não tem tensão pré-menstrual, menopausa, entre outras diferenças biológicas que tornam as mulheres vulneráveis a agravos como o fato destes fatores contribuírem para o representarem-se “nervosas”, aspecto do qual, nos referimos, anteriormente.

Baseados na representação das fumicultoras e no estudo sobre a menstruação de Sardenberg (1994), podemos dizer que, embora “sangrar todo o mês” seja destino de toda e qualquer mulher, a experiência vivida da menstruação se apresenta diferentemente nos diversos contextos históricos, culturais e sociais. Mesmo considerado, a princípio, os significados atribuídos à menstruação, nas diferentes sociedades, como exóticos, irracionais ou pura ignorância, servindo, muitas vezes, para legitimar discriminações contra a própria mulher, devem ser analisados segundo a lógica interna das relações estruturais entre símbolos e significados socialmente construídos em cada cultura. Só assim, entenderemos o sentido de determinadas crenças e costumes, e como estes justificam sentimentos e comportamentos.

Em nosso caso, segundo as representações das fumicultoras, a menstruação, além de estar associada ao nervosismo que se agrava proximamente aos dias em que o ciclo se completa, carregando-se de significados negativos e do não desejo de enfrentar novamente este incômodo, aparece como diferença do homem, mas próxima de doença:

“...ser mulher é pior, porque olha, a gente sofre, é tanto pensá nos serviços, ainda agüentá as doença, às vezes, tinha dia que não podia ir trabalhá, porque estava menstruada, me sentia muito doente prá ir na roça” (S. P. R. 54 anos).

Essas mulheres sentem-se pois, diferentes dos homens e esta diferença as inferioriza, pois o fenômeno involuntário da menstruação as põe em situação desigual. Sentem-se impossibilitadas, frágeis, doentes para o trabalho no fumo, que se mostra muito exigente diante da menstruação, dizia uma fumicultora:

“...a gente não consegue acompanhá o homem no trabalho sempre, porque tem dia que a gente não tá bem, tá menstruada; sabe, a mulher sempre tem uma, daí não dá prá pegá chuva, nem sol forte na roça” (D. L. 39 anos).

Precisamos considerar que a forma como essas mulheres enxergam a menstruação, também é perpassada por um conjunto de crenças, tabus e costumes que acabam influenciando seus comportamentos. Assim, a menstruação aparece como impecilho para a colheita do fumo, baseada na crença de que se a mulher menstruada trabalhá com a cabeça abaixada, o sangue pode subir, em vez de descer:

“...eu sempre achei ruim ir trabalhá no fumo menstruada, porque o sangue pode subir na cabeça quando se abaixa” (S. P. R. 54 anos).

Outras crenças e proibições relacionadas à menstruação puderam ser observadas nas falas das fumicultoras, tais como: a noção de que, nos dias de fluxo, a mulher deve

evitar preparar determinados alimentos como o bolo, por exemplo; ou, de que deve evitar lavar a cabeça, como podemos verificar nesta fala:

“Quando está menstruada, a mulher tem que se cuidar, não se molhar, não lavar a cabeça e nem pegar sol; sol forte faz mal, mas nem sempre dá pra se cuidar, porque tem muito serviço, a gente passa muito trabalho (...) se eu tô menstruada, em casa nem me meto a fazê comida diferente, porque não dá certo, bolo, então, faço antes ou peço prá vizinha fazê”

Mas se, por um lado, a menstruação aparece como doença, impecilho para o trabalho, motivo de cautela ou restrições, por outro representa saúde, fertilidade, pois a mulher que menstrua tem saúde, seu sangue não é parado, dizia uma fumicultora:

“Minha irmã não tinha filho, ela era muito triste, o marido dela queria e as pessoas também falavam de que não tinha filho; também, como ia ter, ela não menstruava, ela não tava mulher como a gente diz, só vinha um café, com leite; ela casou com 15 anos e foi mora em Massaranduba; depois veio prá cá uma fotografia, ela tava toda redonda, inchada, porque o sangue não saia, mas apesar do sangue dela ser parado, ela viveu bastante ano ainda” (J.D.B.V. 72 anos).

A menstruação aparece, também, como algo que trás constrangimentos para a mulher fumicultora que, devido ao seu baixo poder aquisitivo, não dispõe de absorventes mais seguros para conter o fluxo menstrual. Confeccionando-os de forma caseira e menos segura, acaba enfrentando períodos difíceis nos dias de fluxo intenso. As dificuldades em conciliar menstruação e trabalho apresentam-se em suas falas, pois seria vergonhoso demais que algum membro da família, parente ou empregado, percebesse algo, assim representado:

“...a gente não tem condição de ficá comprando esses absorventes, são muito caros, eu faço em casa, de pano, prá mim e minhas filha. Claro que seria melhor os da venda, né, porque os de pano às vezes vasa, a gente tem que tá sempre de olho, prá não passa vergonha; tem dia que desce bastante, daí não dá prá se arriscá; ir na

roça assim, pode aparecer, alguém pode ver; depois, também dá mais trabalho, porque tem que fica lavando os forro" (C. G. R. 63 anos).

Vale, ainda, enfatizar que a menstruação, para as mulheres entrevistadas, não é apenas algo que as diferencia dos homens; mas se apresenta, também, como algo que define sua vida reprodutiva. A chegada da menstruação, para uma menina, pode representar uma ameaça de gravidez para sua família, como no caso desta fumicultora, que teve os seus estudos interrompidos, devido a chegada da menstruação:

"...estudei só até a terceira série, porque logo fiquei moça, e o pai não deixou, disse: 'se tu és moça, não vai mais prá aula', acho que tinha medo que eu engravidasse, sei lá"(L. G. 28 anos).

Neste sentido, Sardenberg (1994), afirma que a chegada da menstruação sempre implica em uma redefinição de status social para a mulher, bem como a observância de novos papéis, atitudes e comportamentos correspondentes. Segundo a autora, no Brasil, é comum ouvir-se expressões, tais como: "ficar moça", quando a menina menstrua pela primeira vez, ou "tornar-se mulher", quando a mesma perde a virgindade. Acrescenta que a menarca, no Brasil, torna a menina uma ameaça para a família, pois está apta para engravidar e trazer vergonha para o nome da família.

Desta forma, concordamos com a autora, quando afirma que a menstruação torna visível e real o potencial sexual da mulher, no sentido mais concreto, e chama à ação um conjunto de processos destinados a controlar, contornar, vigiar esta nova realidade (Parker apud Sardemberg 1994).

2.3 Representações sobre si mesmas, articuladas às condições de trabalho e às perspectivas de vida, na interação com gênero.

Segundo as representações das fumicultoras, há predominância de adjetivações negativas, ao falarem sobre si mesmas. Adjetivações advindas de suas relações com o corpo e a família, articuladas à experiência de gênero, às condições de trabalho, à roça e à cidade. De um outro modo, podemos dizer que os aspectos do trabalho, articulados às suas relações de gênero, estão vinculados à representação cultural que fazem sobre si mesmas, o que lhes possibilita construir poucas perspectivas em relação a suas vidas.

O gênero aparece enquanto um conjunto de significados e símbolos construídos sobre a base da percepção da diferença sexual, e tende a se articular em nossa análise com a conseqüente atribuição de papéis, não apenas diferenciados, mas acompanhados de uma valorização desigual para os sujeitos que o exercem.

Entendemos, por papel, o conjunto de normas e prescrições que a sociedade e a cultura ditam sobre o comportamento feminino e masculino (Lamas 1986). Para esta autora, os papéis diferenciados segundo o sexo são condicionados por estereótipos, geralmente rígidos que, por sua vez, acabam limitando as possibilidades ao dar condições ou reprimir comportamentos, segundo sejam, ou não, adequados ao gênero. Porém, compreendemos que não há, por parte das pessoas, uma completa aceitação de atitudes e comportamentos apropriados aos papéis sexuais, ou que o desenvolvimento de gênero seja um processo unilateral de imposição, pela sociedade, de valores e atitudes. Segundo Anyon (1990), o desenvolvimento de gênero envolve, tanto “recepção passiva, quanto resposta ativa”, caracterizando-se num processo simultâneo de “acomodação e resistência”.

No nosso caso, já nos referimos ao fato de que as mulheres fumicultoras nem sempre são receptoras passivas. Mas, também, não podemos afirmar que há resistência, ou

um enfrentamento, de fato, a ponto de romper com a submissão. As discussões, lamentações, ou a tensão existente entre uma concepção de gênero determinada pelos papéis sexuais e sociais e o momento de negociar as estratégias de atendimento às necessidades cotidianas, acabam resultando, numa espécie de acomodação/ estratégica/ necessária; pois, conforme já nos referimos, elas reelaboram as normas, na medida em que as estendem para suas próprias vidas, construindo suas artimanhas, de maneira que possam conviver com as exigências da realidade social em que o grupo se insere. Em alguns casos, conforme já citamos no ítem 1.3, percebemos como que um devotamento da mulher ao homem, revelando o papel de gênero assumido, permitindo-lhes, assim, amenizar os conflitos e facilitar o relacionamento, através da aceitação da condição desigual e submissão.

Assim, ser mulher para estas mulheres, significa desempenhar vários papéis, marcados pela subalternidade e pela limitação que proporcionam, no desenvolverem-se enquanto seres plenos. Estes papéis compreendem as atribuições domésticas, por sua vez, englobando o cuidado com os filhos e, como já nos referimos ao caracterizar o doméstico, atrás do ser mãe e dona de casa, é esperado que ela desenvolva um padrão de família, baseados em valores de honestidade, religiosidade, dedicação, portanto, uma responsabilidade com peso moral. Os símbolos culturalmente disponíveis cobram, dessas mulheres, comportamentos que compreendem, desde recato diante da sexualidade, honestidade; expressão bastante presente em seus discursos, pois constitui-se num comportamento valorizado socialmente; e, por fim, desempenham um papel de submissas, que é garantido pelas representações negativas, construídas sobre si mesmas.

Podemos dizer que, no grupo estudado, as designações de responsabilidade segundo o sexo, mais se identificam com os estereótipos sexuais tradicionais (Giffin 1994), apresentando o homem como responsável pelo sustento econômico da família, mais forte fisicamente e melhor preparado para tomar decisões; tem também sua atividade sexual valorizada, dentro do contexto reprodutivo. A mulher é vista como responsável pela organização da casa, pelo cuidado com os filhos, dotada de virtudes emocionais, honesta, recatada, cuja atividade sexual é legitimada apenas na reprodução dos filhos

legítimos, tem seu trabalho, fora do espaço doméstico considerado “ajuda”, e o trabalho, no doméstico, conotado de “leve”.

Desta maneira, a presença de papéis de gênero é capaz de influenciar na forma como as mulheres fumicultoras representam-se a si mesmas; e influenciar de forma negativa. Nas falas, a seguir, como também nas anteriores, os encargos domésticos, entendidos como papel de mulher, apresentam-se numa experiência desfavorável para essas mulheres, devido à quantidade de trabalho que lhes é atribuída:

“a mulher vê que tem que fazê tudo em casa, ainda tem que ser apurado prá ajudá na roça (...) no fumo mesmo a gente tem que trabalhá muito, porque tem que amarrá, cuidá da estufa, acordá cedo prá ajudá na roça, o trabalho em casa, também, não pode ficar pra fazê, tem que dar um jeito, acordá bem cedo prá encaminhá tudo, fazê café, encaminha o almoço, lava a roupa, pra ir na roça cedo. Quando volto, às 11:00 horas, faço o almoço e dou uma limpada na casa, lavo a louça e volto prá roça; de noite, a mesma coisa; fazê tudo correndo, jantá, tratá as criação com luz de querosene e voltá pró fumo, fazê serão. É uma vida dura minha filha (...) agora os homem não, eles sempre têm uma folga, porque eles é sempre na roça enquanto a gente faz os servicinho da casa, eles descansam” (I M M 35 anos).

“Ser mulher, é bem diferente do homem, é muito difícil, porque a gente tem que trabalhar fora do nível. Trabalhar no fumo é das 5 da manhã até 10, 11 horas da noite, quando termina, né. Todo dia, de madrugada em casa, fazê os serviço, e de dia, na roça; às 4 da manhã eu começo a lavá roupa pra depois ir na roça. Os homem não participa dessas coisa em casa, não ajuda, a gente tem uma responsabilidade pela casa, pelos filhos, tem que limpá, cozinhá, costurá, fazê o que? Os serviço da casa são da mulher, né, claro, eu acho que sim, sempre foi assim, quem pensa as coisa em casa é a mulher” (...) (D L 39 anos).

“Ser mulher é uma cruz, tem que lutar na vida, na cozinha, fogão, roupa, tudo isso, o homem já não; faz o dia, vem prá casa, toma banho e vai dar as voltinha no

boteco, mas a mulher, ela não para nunca. A mulher trabalha mais porque olha, tu vê, faz tudo em casa, mas também ajuda na roça (M M O 40 anos)".

A opressão, aqui, se apresenta, pois as atribuições domésticas, entendidas enquanto papéis femininos, somadas ao trabalho na fumicultura, constituem-se numa sobrecarga, contribuindo para representarem-se cansadas, nervosas, esgotadas, com depressão, conforme verificamos, anteriormente, nas representações sobre si mesmas. Percebemos, também, uma desvalorização de seu trabalho na roça, segundo já apresentamos em falas anteriores. Este, aparece como "ajuda", constituindo-se em mais uma forma de discriminação. Assim, a mulher na roça não trabalha, ela "ajuda", pois seu principal espaço de atuação está associado à casa, aos filhos, à organização e ao controle, ligados às características da família.

O trabalho, interminável e monótono, subtrai as idéias e imagens de esperança dessas mulheres, e acentua o aborrecimento como resposta emocional ao ambiente, que é cansativo, pesado, rotineiro, sem lazer. Essas mulheres, diferentemente dos homens, possuem menos defesas contra o stress. Segundo representam, seus maridos possuem acesso freqüente aos espaços públicos, ao convívio com amigos e, principalmente, ao uso de bebidas alcoólicas, fatores estes que auxiliam no combate ao stress diário, como podemos verificar nesta fala:

"Ser mulher é uma cruz, tem que lutar na vida, na cozinha, fogão, roupa, filho, tudo isso. O homem já não, faz o dia; vem prá casa, toma banho, e vai dar as voltinhas no boteco, toma os seus tragos, se diverte; faz fofoca. Mas a mulher não, ela não para nunca" (M. M. O 40 anos).

Desta maneira, essas mulheres não percebem progresso no seu trabalho, e este não lhes gera prazer, resultando num aumento de fadiga que se expressa na maioria das falas com aspectos de cronicidade, influenciando diretamente na possibilidade de construir perspectivas de vida.

Neste sentido, ainda podemos citar Seligman (1994:46):

“O trabalho, em diferentes circunstâncias, tanto poderá fortalecer a saúde mental, quanto levar a distúrbios que se expressarão coletivamente em termos psicossociais e/ou individuais, em manifestações psicossomáticas, ou psiquiátricas”.

Mas, nesta questão, importa dizer que o fato, de assim se representarem, está intimamente ligado à divisão relativa aos papéis sociais e sexuais, atribuídos a mulheres e homens, mas no caso da mulher, com uma excessiva carga física de trabalho perpassada por todas as virtudes emocionais e psíquicas que isso demanda. O trabalho no doméstico não é, apenas, atribuído à mulher, mas é concebido como coisa de mulher. Estas atividades domésticas, antes de serem vistas como culturais, frutos de uma relação social, são interpretadas e exercitadas como naturais, inerentes ao sexo feminino, constituindo-se numa sobrecarga, se somadas às atividades da roça. É evidente, porém, que tal discriminação não existe apenas no espaço e tempo doméstico, é visível no espaço da produção quando em consequência do trabalho da mulher ser considerado de menor valor social, e tratado com menores salários. E, em relação à cidadania, sua palavra tem menor valor.

Na verdade, esse discurso não está presente somente no grupo estudado; estudos, como o de Fraser apud De Lazari (1993), apontam para um “subtexto de gênero”, perpassando as concepções de sociedade. Neste sentido, identidades sociais de indivíduos enquanto trabalhadores, cidadãos, consumidores, são elaboradas a partir do crivo de gênero. Este subtexto de gênero, enquanto base simbólica, atribui papéis diferenciados segundo o sexo, traduzindo-se em metáforas ou dramatizações diferenciadas para homens e mulheres.

A metáfora da masculinidade apresenta o homem como lutador, caçador, protetor, independente, desempenhando o papel de provedor e cidadão. Já a metáfora da feminilidade espera que a mulher se mostre cuidadora, zeladora, desprotegida, dependente e, por consequência, atribuindo-lhe o papel de consumidora. Assim, mostra que há uma forte tendência, tanto nas sociedades capitalistas clássicas de

dominação masculina, como nas atuais, em associar identidade masculina ao papel de provedor. Masculinidade representaria ir para o trabalho e trazer dinheiro. Porém, acrescenta-se que isso não significa que as mulheres não participem dos trabalhos remunerados:

“... elas estão muito presentes, mas em outras formas, como indica Pateman (1985) , isto é, como trabalhadoras em atividades sexualizadas: secretárias, empregadas domésticas, prostitutas, como membros de profissão de ajuda, utilizando habilidades maternas, como enfermeiras, assistentes sociais, professoras primárias, babás etc. Como trabalhadoras de tempo parcial, ou ocupações não qualificadas e, portanto, com menores salários; ou, ainda, como esposas trabalhadoras, mães trabalhadoras, o que significa trabalhar para ‘ajudar’ em casa, em suma, trabalhadoras em um trabalho visto, socialmente, como de menor importância (De Lazari 1993 : 44)”.

Neste sentido, há ainda estudos indicando que as mulheres, apresentando a mesma formação e desenvolvendo as mesmas atividades, recebem menos salários (Abreu 1993), o que comprova a discriminação de gênero no trabalho, presente, também, em nosso estudo, pois a mulher, na roça, trabalha, não apenas “ajuda”, conforme apresentam suas representações; além de não receberem nada pelo seu trabalho, é ao homem que se paga.

A freqüente associação do papel de consumidor à mulher, através da metáfora da feminilidade (De Lazari 1993), permite identificá-la como indivíduo responsável pelo trabalho doméstico, pelo cuidado para com marido e filhos, pela casa, identificando pois, este espaço como central em sua vida. Assim, qualquer atividade fora do lar, passa a representar apenas “ajuda” e não trabalho; expressão, esta, incorporada pelas fumicultoras que, mesmo realizando as mesmas atividades, ou apresentando maior produtividade no trabalho, admitem sua inferioridade e sua condição de ajudantes, mais uma vez revelando valores derivantes do biológico, enquanto condutores das práticas cotidianas das mulheres fumicultoras.

Podemos dizer que, para estas mulheres, a forma como constróem sua identidade se articula com o fato de terem vivido desde o nascimento as experiências, os costumes atribuídos a seu gênero, concordando com Lamas (1986), experiências estas reforçadas no casamento, que se estrutura sobre as mesmas bases relacionais, vividas na sua família:

“... fazê o que? os serviço da casa são de mulher(...) sempre foi assim”

ou, nestas expressões, citadas anteriormente:

“esta divisão sempre existiu desde que eu era pequena, a mãe ensinava a gente a passá, lavá, cozinhá, essas coisas (...)”.

ou, ainda, expressadas na preferência pelo sexo dos filhos:

“...se viesse uma menina, era bom, porque ela ia dar uma mão (...) ela que ia fazê a comida, como, de fato, aconteceu”.

Também, não podemos julgá-las pelo modo como interpretam a realidade vivida, pois a tendência em perceber essas construções sociais como naturais, produto de um destino biológico, é muito grande, haja vista que, durante muitos anos, assim foram interpretadas em nossa sociedade (Lobo 1991 e Kergoat 1987).

A forma como essas mulheres organizam, interpretam a realidade, compreende atribuições diferenciadas para homens e mulheres em relação ao trabalho, como se no biológico repousassem as atribuições socialmente designadas para homens e mulheres.

Neste sentido, podemos dizer que a construção cultural do gênero tende a articular-se com as três instâncias básicas, sugeridas por Lamas (1986): a rotulação do gênero, que se realiza a partir da aparência externa dos órgãos genitais; a identidade de

gênero, que se estabelece juntamente com a aquisição da linguagem; e o papel de gênero, compreendido como o conjunto de normas ou prescrições que a sociedade e a cultura estabelecem sobre o comportamento feminino e masculino, conforme citamos no referencial de análise. Segundo a autora, esta forma de proceder chega a converter-se num fato social de tanta força que, muitas vezes é interpretado como natural, como é o caso das mulheres fumicultoras que vêem e vivenciam muitas das interpretações sociais do biológico como naturais.

No nosso grupo, é no sistema sexo - gênero que se constrói a marca da divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres. A atribuição do trabalho doméstico à mulher é um efeito do sistema sexo - gênero, produzido no interior da família, reforçado e reproduzido nos diferentes espaços institucionais da sociedade, ou das práticas da vida cotidiana, como produto de tecnologias sociais (Foucault 1995), que o concebem, enquanto trabalho essencializado de mulher.

As representações das fumicultoras são marcadas pela condição desigual e pela conseqüente depreciação de si mesmas, apesar de não estar claro, para o grupo, que esta é uma construção social, não natural, mas naturalizada, portanto, passível de mudança. Conforme já colocamos, as representações de revolta ou descontentamento não chegam a se traduzir num enfrentamento de fato à opressão. Essas atitudes, até o momento, implicaram em exercício de pequenos poderes, pequenos ganhos, que não se mostram relevantes no contexto geral e que não garantem, a essas mulheres, sua emancipação. Assim, podemos dizer que as práticas dessas mulheres caracterizam-se mais por um processo de acomodação/estratégica necessária, diante de situações que, na prática, respondem à sua condição de mulher:

“meu marido sempre plantou fumo em sociedade com o irmão, eles sempre decidiram tudo, os dois; sempre valeu mais a palavra do sócio do que a minha, eles nunca brigaram, mas a gente brigava todo o dia (...) A mulher, nunca teve peso de decisão nas coisas, sempre foi determinado pelo marido; eu até tentava interferir, mas

nunca deu, me irritava, depois acabava aceitando" (H D J T 69 anos).

"o certo seria decidi os dois, mas fica sempre pra ele; a mulher tem capacidade, também, se ela quer, mas o problema que ela acaba tendo que se rebaixa, às vezes ela consegue decidi alguma coisa, mas nunca é coisa importante" (L M 35 anos).

Neste caso, a nível simbólico observamos uma conexão de idéias e valores associadas à possibilidade de superação da experiência opressora. Mas, é no nível da realidade negociada que essas percepções de mundo são perpassadas pelo poder. E, neste nível, se dá o englobamento do feminino pelo masculino, não lhes permitindo outra visão de mundo, a não ser aquela que possibilite a incorporação de atividades e comportamentos apropriados ao seu gênero.

" as decisão maior, isso é com ele, sempre foi assim, as coisa maior, é coisa pró homem decidi (...) a gente cuida mais do serviço da casa, das outras coisas (...) as coisa grande é com ele, porque ele manda mais, né (...) a gente vai fazê o que? a lida da mulher é dura mas cada um tem sua parte " (N M T B 48 anos).

Mesmo se a nível da representação sentem-se oprimidas, injustiçadas, no nível da prática não conseguem conceber o homem realizando trabalhos domésticos, acham graça, fazendo comentários do tipo "... eles não levam jeito" ou "... sabe como é homem dentro de casa".

Neste sentido, as mulheres do grupo pesquisado, têm muitas de suas possibilidades limitadas, se comparadas com o conjunto de normas e prescrições culturalmente construídas para o homem. Essas mulheres ao se identificarem com os estereótipos sexuais tradicionais, traduzindo-se em papéis assimétricos de gênero, encontram-se numa situação hierarquicamente inferior aos homens; pois delas se exige sobrecarga de trabalho, responsabilidades, virtudes, honestidade, submissão. Enfim, comportamentos que representam anulação de si mesmas, enquanto seres humanos.

As representações nos revelam que os aspectos do trabalho, articulados às suas relações de gênero, estão vinculados à representação cultural que fazem sobre si mesmas, o que lhes possibilita construir poucas perspectivas de vida. Percebemos, através das falas dessas mulheres, que as perspectivas se estruturam em torno de dois aspectos bem definidos. O primeiro deles se refere a perspectivas mais imediatas, construídas a cada nova safra. Neste momento, apesar das desilusões já constatadas nos anos anteriores, essas mulheres criam novas esperanças, novos sonhos de melhorias na qualidade de vida para si e sua família. Sonhos que a curto prazo vêm se desfazer. Podemos perceber um pouco desta situação na fala que segue:

“No início da safra, apesar de toda a preocupação, e nervoso, a gente sempre tem aquela esperança que esse ano vai ser diferente, vão pagá bem, vai dá; daí, a gente vai, confia, se une e planta mas, no final, percebe que não deu, só deu pra pagá as dívidas e prá boca, como sempre empatou” (N M 45 anos).

Mas, a soma dos sonhos que, a curto prazo, vêm se desfazer, a longo prazo, acabam significando desestímulo, falta de esperança, pois não percebem progresso no seu trabalho. Em resposta ao ambiente que é pesado, rotineiro, cansativo, sem melhorias financeiras, acentuam o aborrecimento, a fadiga, que se expressa em muitas falas, com aspectos de cronicidade:

“A gente já tá de desanimá da roça, todo ano é a mesma coisa, a gente trabalhá, trabalhá, e nada melhora; fica cada vez mais pobre, fica doente de tanto que passa, é por isso que hoje eu tô nervosa, doente” (I A L 79 anos).

A segunda perspectiva, que se daria a longo prazo, reside na esperança de que os filhos abandonem a roça. Esta perspectiva de longo prazo aparece, praticamente, em

todas as falas das mulheres entrevistadas. É a tentativa de ser feliz, transferindo para o futuro o que não pode ser realizado no presente. No momento em que se pensa no futuro dos filhos, o caráter da heroicidade de enfrentar uma nova safra, só faria sentido se compensasse economicamente. Fora isso, não há nenhuma forma de compensação.

“...eu não quero que eles fique na roça, basta a gente, que sofre; eles pode se arranjar outra coisinha melhor, um servicinho mais na sombra” (M M O 40 anos).

“ Meus filhos querem estudá, se formá e sai daqui, não dá prá fica na roça; até a 8ª. série a gente dá o estudo, depois, eles vão ter que se arrumá, arrumá uma casa boa, um servicinho, se virá, né, prá sai da roça” (D L 39 anos).

Entretanto, para além da tentativa de ser feliz, transferindo para o futuro o que não pode ser realizado no presente; a esperança de que os filhos abandonem a roça e tenham uma vida melhor, significa, também, a anulação de si mesmas, o esquecimento de si através da transferência da possibilidade de realização para o outro. Podemos dizer que é um comportamento próprio de alguém que, desde a infância, sempre se conformou em não ter suas necessidades satisfeitas.

Na verdade suas perspectivas de vida acabam contribuindo para uma depreciação de si mesmas. As constantes frustrações a cada nova safra, a negatividade que carregam os papéis de gênero, a imagem negativa que constroem de si mesmas, e a conseqüente anulação de si mesmas, impossibilitam seu poder ser e realizarem-se no mundo, enquanto seres humanos com direitos à cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa análise esteve voltada à situação de trabalho das fumicultoras, vivida sob os efeitos do capital, articulada com as relações estabelecidas com o homem, dentro da família, assim como com o campo simbólico socialmente construído que, em geral, prescreve um modelo ideal do que é ser mulher.

A partir da articulação entre gênero e trabalho, percebemos que as representações das fumicultoras se apresentam profundamente marcadas pela divisão de tarefas e comportamentos entre os sexos. Na análise das categorias que fizemos, percebemos uma construção de gênero que parte de uma suposta essência do que é ser homem e ser mulher. Para estas mulheres, o sexo biológico é a matriz da diferença, pois determina atitudes, comportamentos e valores diferenciados conforme o sexo. Porém, esta divisão não se dá desprovida de significados, tentando, apenas, tornar viável o sustento da família, ou atender as exigências da realidade cotidiana. O que aparenta ser um simples executar de tarefas, está impregnado pela condição desigual entre os sujeitos que o executam.

A atribuição histórica de responsabilidades da esfera reprodutiva à mulher nunca impediu que ela assumisse trabalhos fora do lar, como, também, não impede entre as mulheres do grupo pesquisado. Porém, as representações nos revelam o quanto essas obrigações sociais se mostram opressoras para estas mulheres, considerando que, além da sobrecarga, sua contribuição tem sido erroneamente absorvida como secundária e inferior à dos homens. O trabalho da mulher fumicultora, além de ser cansativo, interminável, gerador de nervosismo e aflição, carrega em si uma condição de subalternidade, ao mesmo tempo em que reproduz a assimetria de gênero, não como produto direto do que ela faz, mas porque suas atividades e seu jeito de ser, na relação com sua família: marido, filhos parentes, e o contexto local, adquirem um significado de interação social tal, acabando por ter eficácia simbólica capaz de manter visões de mundo em pólos de valores diferenciados porque fundadas sobre as

desigualdades entre os sexos e, ao mesmo tempo, garantindo que, práticas desiguais, sejam percebidas como naturais e inquestionáveis.

Ser mulher, para essas mulheres, significa desempenhar papéis diferenciados dos homens, papéis que representam condição desigual, pois são papéis menos valorizados socialmente. Estas formas de homens e mulheres perceberem-se e viverem nesta relação, são pautadas por um conjunto de significados e símbolos construídos culturalmente, capazes de legitimar o comportamento dos indivíduos e dar sentido naturalizado às relações de poder.

Assim, a análise das representações a partir da articulação entre gênero e trabalho, nos possibilitou concluir que as práticas cotidianas das mulheres fumicultoras revelam uma concepção de gênero, associada aos valores derivantes do biológico. O simbólico nos reporta a uma visão de mundo, onde o trabalho é diferenciado e desigualmente valorizado para homens e mulheres como suporte, sobre o qual estão coladas as estratégias de atendimento às necessidades cotidianas.

Ao articularmos trabalho e gênero, na análise das falas das fumicultoras, pudemos perceber que as representações sobre si mesmas mantêm-se carregadas de conteúdo negativo. Através de suas relações com o corpo e família, articuladas ao gênero, às condições de trabalho, à roça, à cidade, e às suas perspectivas de vida, as mulheres constroem uma imagem negativa e conseqüente depreciação de si mesmas. Suas representações revelam uma vivência de condição desigual, algumas vezes, devidamente assumida, dando-lhes maiores possibilidades de amenizar os conflitos, facilitar o relacionamento e possibilitar o reconhecimento de sua pessoa, enquanto alguém que cumpre seu dever, e é recompensado através de uma boa imagem no meio familiar e social. Outras vezes, manifestando revolta ou descontentamento diante de sua submissão aos papéis hierarquizados, de sua dependência econômica, da sobrecarga e desvalorização do seu trabalho, tanto no espaço doméstico como na roça. Isto nos leva a concluir que as mulheres fumicultoras nem sempre são receptoras passivas diante das expectativas de papéis sociais e sexuais. Porém, não podemos dizer que existe resistência, a ponto de romper com a submissão.

O campo das negociações das estratégias de atendimento às necessidades cotidianas não lhes permite autonomia. As mulheres fumicultoras mantêm-se subjugadas a uma elaboração cultural, onde a mulher transita no espaço dos sentimentos e das falas de menor valor: o doméstico. Por outro lado, na medida em que assumem o doméstico enquanto seu, e desenvolvem, a nível das práticas, o suprimento das necessidades cotidianas e a manutenção da honra da família, lhes é permitida certa autonomia no que se refere às atividades necessárias à construção desta relação. Mesmo que estas se dêem em contraste permanente com o homem, ou os filhos homens, assumindo sua "condição feminina", adquirem certo poder ainda que informal, enquanto aquelas que são insubstituíveis, ou que não podem faltar para a sobrevivência familiar. Algumas chegam a afirmar: "o que seria de uma família sem uma mãe?". Esta posição lhes garante uma postura que alimenta sua condição de gênero. Ao transpor uma imagem negativa de si mesma a nível simbólico para uma positividade derivada da necessidade prática, é possível, para essas mulheres, conviver com alguma espécie de poder no interior da própria cultura, e vivenciar algum sentimento de valorização, uma vez que suas atividades adquirem significado através de uma interação social concreta, desenvolvida no espaço e no tempo da casa e da roça.

Neste sentido, podemos dizer que o processo de trabalho, construído dentro de relações de poder e desigualdades, inseridas em relações de gênero, hierarquizadas a partir de papéis sociais e sexuais, possibilita a construção de uma imagem negativa de si mesmas em nível simbólico. Entretanto, também, possibilita certa positividade em nível das práticas a partir do simbólico, pela certeza do dever cumprido, pela construção de uma boa imagem no meio familiar e social. Mas é, também, no nível das práticas, no nível da realidade negociada, que se mantém a profundidade dos níveis de subjugação, e que as concepções de mundo são perpassadas pelo poder. É neste nível que se dá o englobamento do feminino pelo masculino, não lhes permitindo outra visão de mundo, a não ser aquela que autoriza a incorporação de atividades, comportamentos e valores apropriados ao seu gênero. Neste nível, estas mulheres, reelaboram as normas na medida em que as estendem para suas próprias vidas,

construindo suas artimanhas, de maneira que possam conviver com as exigências da realidade social em que o grupo se insere. Seu descontentamento pessoal e a urgência em dar respostas às suas necessidades cotidianas resultam, assim, numa acomodação/ estratégica/ necessária diante da condição de ser mulher, para essas mulheres.

As representações raramente são colocadas com base num discurso negativo, associado à idéia de que as interlocutoras são criaturas irracionais e ilógicas, desprovidas de espírito crítico, indiscretas, fofoqueiras, preguiçosas medrosas ou fracas.

Freqüentemente, porém, estão associadas a um tipo de discurso aparentemente menos negativo: sua palavra tem menor valor, são responsáveis pela paz em casa, por isso, devem se calar. Boa mulher é aquela que, além dos seus limites físicos, normalmente, suas "doenças de mulher" (menstruação, parto), são tão trabalhadoras na roça, quanto em suas casas. Este comportamento não deve ser esporádico, mas assumido normalmente, no cotidiano, pois é ele que dá mostras da integridade do seu caráter e que a torna confiável para seu esposo. Ao mesmo tempo angaria os elogios e a admiração dos seus vizinhos. Fumicultora que se preze, não tem tempo para andar de "papo" por ai. Só andam por ai, as que não têm o que fazer; quem o faz, normalmente, não é reconhecida como boa esposa, nem por seus vizinhos.

Esta prática, para as mulheres, mesmo se ancorada em nível simbólico sobre uma visão negativa de si mesmas, lhes permite a vivência de certa positivação na relação social, dando-lhes possibilidades de circular como um elemento perfeitamente integrado num corpo social, que necessita de todos os membros funcionando, pelo cumprimento dos papéis que lhe são delegados.

Em relação ao homem, suas exigências para com a mulher nos indicam que as razões desta postura advém do medo de perder o enobrecimento pessoal. Este lhes é dado pelo fato de ter se casado com uma mulher trabalhadora e saudável do ponto de vista físico, porque é capaz de manter-se o tempo todo muito ocupada. Postura esta, que

é fundamental, quando se trata de dar conta do ritmo das atividades do fumo, impostas pelo capital. Deste ponto de vista, as atividades fumageiras encontram um nicho adequado para o seu desenvolvimento no caldo desta cultura, ao mesmo tempo em que é igualmente saudável do ponto de vista moral, porque não sai por ai denegrindo sua imagem e dando motivos para "outros" vizinhos amigos, parentes, conhecidos, falarem mal de sua família.

Embora, em nosso estudo, a honra não seja um ponto específico, em relação ao homem, ela é dada pelas qualidades morais de sua honestidade e do seu trabalho. Mas, igualmente, depende de quanto sua esposa assimila tais virtudes, de quanto ela desenvolve bem suas atividades na roça.

Este fator é de fundamental importância porque é a partir da roça que se estabelece o vínculo com a cidade. Neste contexto, em que a mulher e o homem da roça têm "menor valor" e sentem-se freqüentemente humilhados, o fato de poder cumprir com um contrato de entrega de mercadoria, finda uma safra de fumo, faz com que os membros da família possam levantar a cabeça, possibilitando-lhes certo "status", ainda que apenas no nível simbólico; já que, na maioria das falas, o aspecto econômico é fator de frustração.

Poder ter plantado 30, 40, 60 mil pés de fumo, colhido, escolhido e entregado em tempo hábil, é uma amostra de sua capacidade, responsabilidade e do trabalho de sua família. A firma continuará a lhes "confiar" um novo contrato. O instrutor que, de certa forma, rompe o anonimato entre os plantadores, na medida em que divulga notícias entre eles, e fala de uns e de outros, falará bem do que viu e incentivará a continuar. O ideal de trabalho estará mantido, e quando alguém da cidade, em alguma situação, os quiser humilhar, lembrarão que são bons plantadores de fumo que são famílias de trabalhadores. Este aspecto, porém, só se cumpre porque a mulher e os filhos acompanham, com seu trabalho, passo a passo, todo o processo. Enquanto o agricultor tem uma família grande capaz de fazer cumprir esta lógica, o seu reconhecimento está, de certa forma, garantido. No momento, porém, em que os filhos se casam, ou a esposa adoce, se ele não pode pagar ajudantes, ou não os encontra,

o que é bastante freqüente na região, visto que os jovens não tem permanecido na roça, fica impossibilitado de dar continuidade ao seu trabalho.

Nesse momento, a humilhação parece se recolocar de outra forma. Não poder plantar fumo, além da angústia de não ter um produto com local de venda certa é a impossibilidade de sair do anonimato.

Deste ponto de vista, por mais inferiorizada que seja a imagem que as mulheres fumicultoras fazem de si mesmas, o fato de serem parte integrante desta lógica de trabalho e de mundo, baseada na divisão social e sexual, permite-lhes reagir diante da humilhação. Ter dado uma família numerosa ao seu marido, embora a maioria se queixe do jeito como tiveram e foram obrigadas a criar seus filhos, lhes deu, também, o sentido de sua utilidade social.

A honra da mulher gira em torno das tarefas cumpridas, sejam em casa ou na roça: mãe devotada, dona de casa eficiente, companheira do marido na roça. Está baseada num sistema de condutas que encontra sua sustentação na representação que fazem sobre si mesmas, conforme já descrita, e na interação dessas representações com o seu trabalho e relacionamento social.

A palavra honra não apareceu nenhuma vez em suas falas. O conceito mais próximo e usado com freqüência é o de "respeito". Respeitar o marido, embora o respeito exija a presença concreta de alguém que respeita e de alguém que é respeitado. Raramente, essas mulheres falaram do respeito do homem em relação a elas. Falam sempre do seu respeito em relação ao marido. Elas angariam o seu respeito pela garantia de uma boa opinião pública sobre elas. Se ela é considerada de bem, mesmo que seu marido trabalhe pouco, ou seja alcoólatra, a família é respeitada. Mas, se essa mulher é mal falada, o marido perde o respeito. Toda a conduta deste grupo é montada de modo a sustentar a centralidade do "status" do homem.

É o valor da família que se destaca como plano mais instaurador e fundamental da identidade social e sexual deste grupo. O "ethos" familiar não define apenas

o lar como o principal contexto interativo, mas permeia todos os espaços sociais e alcança os redutos mais escondidos da subjetividade.

A diferenciação de gênero é apontada sempre em relação a dois aspectos. Um, é aquele em que a mulher é concebida como complementar ao homem. Sendo, os níveis de exigências a ela dirigidos, embasados na necessidade de manter o homem enquanto figura central de sua família, ou de seu trabalho, ou da sociedade, porque tendo uma família organizada sobre o respeito, o trabalho da esposa e filhos é considerado e valorizado em seu meio. Nesta experiência, por sua vez, as fomicultoras encontram a possibilidade de certa compensação e afeto da parte do conjunto social. Ao mesmo tempo, sentem que, sem elas, toda esta lógica de mundo ruiria.

Mas mantêm-se interiormente subjugadas ao homem, na hora em que as decisões a serem tomadas são da ordem do formal: decisões sobre novos plantios, sobre o uso do dinheiro, herança, documentos, aquelas que têm a ver com o caráter público. Nesses casos, não são autônomas e, normalmente, manifestam certo grau de conflito que é explicitado pelas queixas, em relação a não serem consultadas a respeito, ou pelo silêncio pautado pela raiva e resignação diante do fato de terem de se calar e aceitar sua condição de mulher. Isto, sem contar, conforme já dito, que esta experiência, assim assimilada, é geradora de recuos e ausência da participação social, reforçada ainda por práticas religiosas nas quais se louva um modelo de mulher disposta a gerar harmonia em seu lar e como consequência da harmonia social.

Outro aspecto se apresenta, em relação a mulher da cidade, supostamente mais culta; mas especialmente mais bonita, mais limpa, e mais rica. Por ser rica, ela tem acesso aos benefícios de sua condição: casa e empregada. Por estar sempre limpa e ajeitada, não precisa se esconder, quando chega alguém em sua casa. Plantar fumo é estar sempre suja e não ter dinheiro; do ponto de vista estético e econômico traduz-se numa experiência estigmatizada pela sua condição de menor valor. Do ponto de vista moral, é ser uma heroína. Ser

uma heroína é expressão de virtude e de força, é a única experiência capaz de permitir-lhes levantar a cabeça. É importante, neste contexto, enfrentar os desafios da vida com bravura.

Pareceu-nos que a Souza Cruz conta integralmente com esta cultura, para fazer cumprir, em tempo hábil, o processo de plantio, colheita, secagem, escolha e venda do produto.

O sentido de nossa análise reside no desejo de transformação social. Mas, seria ingenuidade de nossa parte, acreditarmos que a superação das desigualdades entre os sexos é um processo simples. Que o digam os movimentos feministas e suas lutas históricas, numa sociedade que se encarregou de criar mecanismos muito sutis para a manutenção do "status" do homem, dentro da hierarquia social. E, embora a mulher venha se tornando cada vez mais presente no mundo da produção, o fato é que tem de mostrar muito mais competência e capacidade para disputar o espaço público, que aos homens é dado por direito, mais que isto, às próprias mulheres é inculcada, desde cedo, a cultura da própria desvalorização.

Assim, acreditamos que a luta pela superação das desigualdades passa por estudos que possibilitem maior visibilidade das relações sociais reais, que registrem, informem e divulguem sobre discriminações, relações desiguais de poder entre homens e mulheres, em diferentes contextos sociais, e para que sejam conhecidos e discutidos por toda a sociedade e, principalmente, pelos educadores. Precisamos discutir a educação, também, numa perspectiva de gênero, e superar a tendência em discutir gênero sempre numa perspectiva de pequenos guetos: mulher e saúde, mulher e meio ambiente. Ao nos esquecermos de colocar uma perspectiva de gênero nas diferentes questões, particularizamos o tema. O perigo desta posição é a postura continua de essencialização do tema: "coisa de mulher", o que desenfoca a possibilidade de se pensar gênero de forma relacional e num passo posterior ir construindo estratégias de mudanças mais envolventes. Estratégias estas que, não só poderão e deverão considerar as diferenças biológicas, mas também

darão visibilidade aos processos mais amplos, ligados à equidade social, com vistas ao alcance de justiça social. A igualdade deve ser buscada, também, perante a lei; "diferentes, mas não desiguais", as desigualdades históricas reclamam, urgentemente, por superação.

As formas de discriminação da mulher, em nossa sociedade, se afirmam sobre o modelo tradicional de educação formal e informal, com um conjunto de códigos não escritos, calcados nos usos e costumes da sociedade patriarcal, condicionando a educação dos meninos e das meninas, seja na família, na escola, através da literatura, dos livros didáticos e dos meios de comunicação. Dessas estruturas, a família é a que tem sofrido uma das maiores modificações. A entrada da mulher no mercado de trabalho, a contracepção, o divórcio, a mudança de valores, vem alterando o perfil da família nuclear que conhecemos há, pelo menos, dois séculos.

A escola e os meios de comunicação vêm ocupando o espaço da família de maneira efetiva, na formação das novas gerações, porém, muitas vezes, veiculando, ainda, mensagens ultrapassadas, preconceituosas e estereotipadas, dificultando a eliminação das desigualdades. A televisão, meio de comunicação muito presente na vida das pessoas, diariamente contribui para a reprodução das desigualdades entre os sexos, através de um discurso desfavorável para as mulheres, apresentando-as, muitas vezes, como criaturas sem espírito crítico ou poder de decisão, escravas do seu corpo, de seus sentimentos, frágeis, caseiras e dependentes. Este discurso pode contribuir para legitimar sua subordinação no domínio político, econômico e simbólico.

A literatura tem mostrado que a escola é apenas uma das formas institucionais para a manutenção dessa cultura. Outras estratégias de indiscutível eficiência são aplicadas a homens e mulheres desde as primeiras relações sociais, tornando, neste sentido, homens e mulheres vítimas do gênero, visto que ambos são polarizados em relações de poder e hierarquização dicotômicas e duais. Porém, a negativização do polo feminino relega, à mulher, a condição de subordinação cultural, política, econômica, com conseqüências de inferiorização social, no campo de sua prática, e do reconhecimento de suas funções. Deste ponto de vista, se faz necessário pensarmos

uma nova abordagem didático - metodológica. Esta deve ser capaz de desconstruir este padrão cultural, construtor de linguagens e práticas atribuidoras de papéis sociais e sexuais, diferenciados e desiguais a homens e mulheres.

Esta forma de proceder determina, também, que novas categorias de análise, possam emergir, ou que recebam outra ênfase pelos educadores, tais como a família e o trabalho doméstico, por exemplo; a fim de que possamos, junto com a análise de outras subordinações sociais (classe e raça), enriquecer e abrir novas perspectivas para a educação, no que se refere à superação das desigualdades.

Foram os movimentos das mulheres que, nas últimas décadas, trouxeram estas questões fundamentais à luz. No Brasil e, até mesmo, na academia (onde esta temática muitas vezes é considerada de menor valor), sua história ainda precisa ser registrada e conhecida por toda a sociedade, a fim de que se criem elementos para a transformação dessas condições de desigualdade.

Somente uma desnaturalização e historicização radicais de nossa concepção de ser humano, incluindo o que tange à sexualidade, ao corpo, à biologia, à reprodução e à maternidade permitem a percepção de variações históricas e culturais, não apenas nos estereótipos de masculinidade e feminilidade, mas no próprio significado, atribuído ao fato de constituir-se homem ou mulher.

A reconstrução de uma sociedade justa e democrática passa, necessariamente, pela desconstrução e construção de um novo modelo de relações humanas, sócio-econômicas e políticas, que leve em consideração o fato desta sociedade ser formada por homens e mulheres, com os mesmos direitos à cidadania.

Conforme já afirmamos, o sentido de nossa análise reside no desejo de transformação social. Entendemos que a mudança de mentalidades não é uma luta fácil, mas acreditamos que existem formas de melhorar a situação em que vivem as mulheres fumicultoras. As representações nos revelaram que a necessidade de superar a vivência opressora revela-se a nível simbólico; mas é preciso se desenvolver, é

preciso sair do campo da intenção, tornar-se forte, abrir-se para o espaço público, para a luta coletiva, impulsionando a formação de consciência e forçando a criação de estruturas pessoais e sociais que as expressem.

Neste sentido, é preciso criarmos condições para que isso aconteça. Estando tão envolvidas em sua vivência de gênero, as mulheres fumicultoras necessitam de “ajuda”, para que se organizem e lutem por cidadania. Sugerimos que não apenas precisamos pensar uma abordagem didático metodológica na escola que seja capaz de desconstruir este padrão cultural construtor de linguagens e práticas atribuidoras de papéis sociais e sexuais a homens e mulheres; haja vista que a categoria gênero não é ainda de uso corrente nos trabalhos da área de educação (Louro, 1997). É preciso que se vá além desta questão, a fim de que se possa envolver, também, as pessoas que não freqüentam a escola das mais variadas faixas etárias, para que os efeitos sejam mais imediatos. Com a participação da igreja, do trabalho da pastoral da saúde, do poder público, poderiam ser criados novos espaços de trabalho nas instituições de ensino e nas comunidades. Grupos de trabalho poderiam ser formados, envolvendo homens e mulheres, promovendo-se palestras, debates, para se discutirem a vida em família, na comunidade, na cidade, numa perspectiva de gênero.

A igreja, com seu grande poder de atuação no município, poderia desempenhar importante papel, neste sentido. Poderiam ser formados grupos de mulheres nas várias comunidades, para que se envolvam com outras atividades, conversem sobre suas vidas, seus corpos, suas condições de trabalho; planejem viagens, conheçam outros lugares, outras experiências, para terem chance de participarem como autônomas na vida social.

Talvez, estas ações, representem muito pouco diante do que necessitam, mas, certamente, farão avançar no processo, buscando formas de exercerem sua cidadania.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Alice Paiva de. Mudança tecnológica e gênero no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, n.36, mar.1993. p. 121-124.
- _____.Especialização flexível e gêneros - debates atuais. In: *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: SEADE, n.8(1):52-57 Jan./mar. 1994.
- _____; JORGE, A.F.; SORJ, B. Informalidade e precariedade: gênero e raça no Brasil em 1990. *Séries Seminário, n. 7/ IPEA*, 1994.
- AFONSO, M. L. M; FILGUEIRAS, C. A C. Maternidade e vínculo social. In: estudos feministas. IFCS/UFRJ, v. 4, n.2, 1996.
- AGUIAR, Neuma. Mulheres na força de trabalho na América Latina: um ensaio bibliográfico. *BIB, RJ*, nº 16 p. 1-64, 2º semestre 1993.
- ANYON, J. Interseções de gênero e classe: acomodação e resistência de mulheres e meninas às ideologias de papéis sexuais. *Cadernos de pesquisa*, São Paulo (73): 13: 25, maio 1990.
- AQUINO, Ana. *O trabalho e a construção da mulher na sociedade*. Tese de mestrado, UFSC, 1993.
- ARAGÃO, L.T. Em nome da mãe. *Perspectivas Antropológicas da mulher*, Rio de Janeiro: Zahar, n.3, p.109-145, 1983.
- ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- Associação dos Fumicultores do Brasil. *Relatórios de atividades: AFUBRA*, 1995/96
- Associação Brasileira da Indústria do Fumo. *Perfil da Indústria Brasileira do Fumo*, 1996
- BASTOS, Élide Rugai. A mobilização camponesa do nordeste, 1954-1964. In: *Revoluções Camponesas na América Latina*. (Org), José Vicente T. dos Santos, São Paulo: Ícone, editora da UNICAMP, 1ª edição,1985.
- X BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v.1 e 2,1980.
- BECALLI, Bianca. Il lavoro femminile in Italia: linee di tendenza dell'analisi sociologica. *Sociologia del Lavoro*, n.35/36, p.187-99, 1989.
- BLAY, E. A. Trabalho industrial X trabalho doméstico: a ideologia do trabalho feminino. *Cadernos de Pesquisa*, nº 15. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1975.
- _____. *Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista*, São Paulo: Ática, 1978.

- BOLTANSKI, L. *As classes sociais e o corpo*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1989.
- BOTELHO, Virginia. Previdência social: perspectivas para as mulheres. In: *Série Seminários nº 7*, Rio de Janeiro: IPEA, 1994.
- BOURDIEU, P. A dominação masculina. In: *Educação e Realidade*, n.20 (2): 133-184, jul./dez. 1995.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista -a degradação do trabalho no séc. xx*. Rio de Janeiro, Zazar Editores, 1980.
- BRASIL. Ofício circular nº 95/96, de 5 de dezembro de 1996 - disciplina procedimentos a serem adotados para comprovação da atividade rural, FETAESC (Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Santa Catarina), 1996.
- _____. Ordem de serviço nº 556 de 14 de novembro de 1996 - disciplina, procedimentos adotados para comprovação de atividade rural, do diretor do seguro social do INSS, 1996.
- _____. Portaria 3.641 de 12 de novembro de 1996 - disciplina, procedimentos adotados para comprovação de atividade rural, do Ministro da Previdência e Assistência Social, 1996.
- BRUSCHINI, Cristina. *Mulher e trabalho: uma avaliação da década da mulher*. São Paulo: Nobel, CECF, 1985.
- _____. Mulher e trabalho: política de recursos humanos em empresas de ponta. *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*, São Paulo, n.95, p.13-24, nov. 1995.
- _____. O Trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes - texto preparado como parte da consultoria ao Ministério das Relações Exteriores e apresentado no *Seminário políticas econômicas: pobreza e trabalho*, promovido pelo IPEA. Rio de Janeiro, mai./1994.
- _____. Tendências da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta: algumas comparações regionais. São Paulo: FCC, 1989.
- _____; ROSEMBERG, F. A mulher e o trabalho. In: *Trabalhadoras do Brasil*, Fundação Carlos Chagas, São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CADORIN, Jonas. *Nova Trento outra vez*. Nova Trento: Prefeitura Municipal, 1992.
- CHAYANOV, A V. *Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas*. In: SILVA e STOLKE (org), p 133 - 163, 1981.

- CARVALHO, J. A . M. "Um Brasil velho e estável" . In: *Encarte da Revista Imprensa*, (76): 7 -11, 1994.
- COMBES, D. HAICAULT, M. Produção e reprodução. Relações Sociais de Sexos e de Classes. In: *O Sexo do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- CÓRDOVA, E. Del empleo al traje atípico: hacia un viragem en la evolucion de las relaciones laborales? *Revista internacional del Trabajo*, v. 10, n. 4 oct./ dic. 1986.
- CORRÊA, R. L. Azevedo. corporação e organização espacial : um estudo de caso. Rio de Janeiro: *Revista Brasileira de Geografia*, v. 53, n.3 ,jul./set. 1991.
- COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina, (orgs). *Uma questão de gênero*. Rio de janeiro: Rosa dos ventos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- DAMATTA, Roberto. *A Casa e a rua*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.
- DAUPIN Cécile. Mulheres sós. In: *História das mulheres, séc. XIX*. (Org.) Duby Georges e Perrot Michele. São Paulo: Afrontamento, v. 4 1991.
- DEJOURS, C. *A loucura do trabalho* - estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo, Oboré Editorial, 1987.
- DE LÁZARI, Joana Sueli. Papéis de gênero em mulheres de escolaridade superior engajadas profissionalmente. Tese de doutorado UFRGS/FACED, 1993.
- DEL PRIORI, M. *Ao Sul do Corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia*. Rio de Janeiro: José Olímpio S.A, 1993.
- D'INCAO, M. A . Mulher e família burguesa. In: *História das mulheres no Brasil*. (Org.) Mary Del Priori. São Paulo: contexto, 1997.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. São Paulo: perspectiva S. A , 1976.
- ECO, Humberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- EIGENHEER, S.C.F. A pequena produção e o trabalho feminino, numa área do alto Jequitinhonha. In: *Trabalhadoras do Brasil*. (Org.) Cristina Bruschini e Fúlvia Rosemberg, São Paulo: Brasiliense, 1982.
- EPAGRI. Empresa de pesquisa agropecuária e extensão rural de Santa Catarina S.A .
- FALCI, M. K. Mulheres do sertão nordestino. In: *História das Mulheres no Brasil*. (org) Mary Del Priori, São Paulo: contexto, 1997.

- FARR, R. M. Representações sociais: a teoria e sua historia. In: *Textos em Representações Sociais*. (Org.) Jovchelovich e Guareschi, Petrópolis: Vozes, 1994.
- FOUCAULT, M.. A vontade de saber. In: *História da Sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal, v.1, 1993.
- _____. *Tecnologias del Yo- y otros textos afines*. Introducción de Miguel Morey. Barcelona: Paidós, 1995.
- _____. *A Ordem do discurso*, São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- _____. O nascimento do hospital. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1997.
- FLAX, J. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: *Pós-modernismo e política*. (Org.) Hollanda, Heloisa Buarque. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade - sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP, 2ª edição, 1993.
- GIFFIN, K. Esfera da reprodução em uma visão masculina: considerações sobre a articulação da produção e da reprodução, de classe e de gênero. In: *Revista de Saúde Coletiva*, v.4, n. 1, 1994.
- GUATTARI, Félix. Da produção da subjetividade. In: *Caosmose: um novo paradigma estético*, ed.34, p. 11-44, 1992.
- _____; ROLNIK, S. *Micropolítica - Cartografias do desejo*. Petrópolis: vozes, ed.4ª 1996.
- GUIMARÃES, C. D. "Mais merecel!": o estigma da infecção sexual pelo HIV/AIDS em mulheres. In: *Revista estudos feministas*, IFCS/UFRJ, v. 4, n. 2, 1996.
- GROSSI M. P. ; MIGUEL S. M. *A trajetória do conceito de gênero nos estudos sobre a mulher no Brasil*. XVII Reunião da Associação Brasileira de Antropologia. Florianópolis -abril-1990.
- HEILBORN, Maria Luiza. Gênero, sexualidade e saúde. In: *Saúde, sexualidade e reprodução - compartilhando responsabilidades*. (Org.) Dayse de Paula Marques da Silva, UERJ/ RJ, 1997.

- HEREDIA, B. M. A et alli. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. In: *Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas*. (org.) Neuma Aguiar, Rio de Janeiro: vozes, 1984.
- HÉRITIER, Françoise. Mulheres de sabedoria, mulheres de ânimo, mulheres de influência. In: *Cadernos da Condição Feminina*, n.20, Lisboa: condição feminina, 1984.
- HIRATA, Helena. Trabalho, família e relações homem/mulher: reflexões a partir do caso Japonês. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n.2, v.1, out./1986.
- HUMPHREY, John. Trabalho feminino na grande indústria paulista. *Cadernos CEDEC*, São Paulo, n.3, 1984.
- INSTITUTO CEPA. Síntese anual da agricultura de Santa Catarina, 1984/85, nº 18, Florianópolis, 1985.
- IPEA - IV Conferência internacional da mulher. (Org.) Lavinas Lena (coord.) et alii, Pequim, 1995.
- JAGUARIBE, Hélio. Alternativas do Brasil. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1989.
- JOVCHELOVITCH, S. ; GUARESCHI, P. *Textos em representações sociais*. (Orgs.) Petrópolis: Vozes, 1995.
- KAUTSKI, K. Socialização da agricultura: prólogo à primeira edição. In: *A questão agrária*. (Org.) SILVA e STOLKE, São Paulo: Brasiliense, p.127-131.
- KERGOAT, Daniele. *A divisão do Trabalho entre os sexos*. CNRS - França, tradução de Helena Hirata, agosto. 1987 (mimeo).
- _____. A divisão do trabalho entre os sexos. São Paulo: *Tempo Social*, v. 1, n.2: 88-96, 2º semestre, 1989.
- _____. *Em defesa de uma sociologia das relações sociais*. In: *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- KOFES, Maria Suely. *Diferença e identidade nas armadilhas da igualdade e desigualdade: interação e relação entre patroas e empregadas domésticas*. Tese de doutorado. São Paulo, 1990.
- LAMARCHE, H. A agricultura familiar: comparação internacional. Campinas: Ed. da UNICAMP. P 97- 175 e 179- 234, 1993.

- LAMAS, M. Antropologia feminista e categoria de gênero. *Nueva Antropología*, V. VIII, nº 30, México, 1986.
- LAPLANTINE, François. *Aprender antropologia*. São Paulo: Brasiliense 1988.
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: *Tendências e impasses, o feminismo como crítica da cultura*. (org.) Heloiza Buarque de Holanda, Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LAUTIER, Bruno; PEREIRA, Jaime Marques. Representações sociais e construção do mercado de trabalho: empregadas domésticas e operários da construção civil. *AL. Cadernos CRH*, Salvador, n.21, p.125-151, jul./dez. 1994.
- LEITE, Élide R. *A diferenciação da força de trabalho na empresa: um estudo de caso na indústria eletrônica*. Porto Alegre: UFRGS, 1989.
- LENIN, V. I. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. São Paulo: Nova Cultural 1985.
- LOBO, Elizabeth Souza. Trabalhadoras e trabalhadores: o dia a dia das representações. In: *Seminário Políticas de Gestão, Relações de trabalho e Produção simbólica*, USP, 1989 (mimeo).
- _____. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: *Uma questão de gênero*, (org) Albertina de Oliveira Costa e Cristina Bruschini, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, Fundação Carlos Chagas, 1992.
- _____. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- X LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, Rio de Janeiro: vozes, 1997.
- MACIEL M. et alli. Efeito residual de organofosforados no processo de manipulação das folhas de fumo. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Toxicologia*, Rio de Janeiro, suplemento II, outubro 1991.
- MARQUES, A. M. *Cotidiano e religião: a construção de uma cultura religiosa em Nova Trento*. Dissertação de Mestrado em História, Florianópolis, UFSC 1995.
- MARX, Karl. *O capital*. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, Livro I, v. 1, 1988.
- MARX K. *Introdução à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977..
- MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: vozes 1981. P.21 - 102.
- MEAD, Margareth. *Sexo e Temperamento*. São Paulo: Ed. perspectiva, 1988.

- MEYER, Lucila Mareli. Relação entre produtores e a agroindústria fumageira em Santa Cruz do Sul - Dissertação de mestrado, R.S.1993
- MELTHUS, Marit. Una verguenza para el honor una verguenza para el sufrimiento. In: *Simbólica de la feminidad - la mujer em el imaginário mítico - religioso de las sociedades índias y mestizas.* (Org.) PALMA, M. Quito- Equador: Ediciones Abaya - Yala, 1990, p 39-71.
- MINELLA, Simões Luzinete. Os impasses da contracepção: um estudo sobre as representações femininas acerca do período pós- esterilização em Florianópolis, Santa Catarina. UFSC, Florianópolis, 1996.
- MINAYO, M.Cecilia. *O desafio do conhecimento* - pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec -Abrasco, 1992.
- MOREIRA, Eliana M. Trabalho, tempo, espaço e subjetividade. Texto apresentado durante o *Congresso da Associação Latino Americana da Sociologia (ALAS)*, USP/ SP, 1997.
- NORBERT, Elias. O processo civilizador - formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, v.2 , 1994.
- NORONHA, Olinda Maria. De camponesa a madame: trabalho feminino e relações de saber no meio rural. São Paulo: Loyola, 1986.
- OLWEN, Hufton. "Mulheres trabalho e família". In: *História das mulheres do renascimento a idade moderna.* (Org.) Georges Duby e Michelle Perrot, sob a direção de Arlete Farge e Natalie Zemon Davis. São Paulo: afrontamento, Ebradil, v.3, 1994.
- OLIVEIRA, M. C. F. A . Classe social, família e reprodução: reflexões teóricas e referências empíricas. In: *cadernos de estudos e pesquisas*, v.3, São Paulo: PRODEUR- programa de estudos em demografia e urbanização - Universidade de São Paulo,1979.
- OLIVEIRA, J.S. de; PORCARO R. Maria; JORGE, A. F. Mudanças no perfil de Trabalho e rendimento no Brasil. In: *Indicadores Sociais uma Análise da Década de 1980.* Rio de Janeiro: IBGE, P. 145- 178,1995.
- OLWEN HUFTON - Mulheres, trabalho e família. In: *História das Mulheres, do Renascimento à Idade Moderna.* (Org.) Georges Duby e Michelle Perrot, sob a

- direção de Arlete Farge e Natalie Zemon Davis. São Paulo: Afrontamento, Ebradil, v.3, 1994.
- O produtor de fumo. Florianópolis, abr./ mai. 1993, ano XII, nº 69.
- PAIVA Abreu, A. Mão de obra feminina e mercado de trabalho no Brasil. *Boletim Técnico do SENAC*, ano 3, nº 1, 1977.
- PAULILO, M.I.Silveira. Produtor e agroindústria: consensos e discensos. Ed. UFSC, 1990.
- _____. O peso do trabalho leve. *Ciência Hoje*. V. 5, n. 28, jan./ fev. 1987.
- _____. A integração no Sul do Estado de Santa Catarina. Rio de Janeiro: UFRJ, (Tese de doutorado, defendida no programa de pós-graduação em Antropologia Social) 1987.
- _____. A mulher e a terra no brejo Paraibano. In: *Trabalhadoras do Brasil*. (Org.) Cristina Bruschini e Fúlvia Rosemberg. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- PEDRO, J. M. Mulheres do sul. In: *História das mulheres no Brasil*. (Org.) Mary Del Priori. São Paulo: contexto, 1997.
- PENA Maria Valéria Junho. A mulher na força de trabalho. *Resenha Bibliográfica BIB*. Rio de Janeiro, nº9, p.11-21,1980.
- PENA, Maria Valéria, J. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PENNA, M. O que faz ser nordestino: identidades sociais, interesses e o "escândalo Erundina". São Paulo: cortez, 1992.
- PESQUISA POR AMOSTRA DE DOMICILIOS. Rio de Janeiro: IBGE, v.14, n.5, 1990.
- PESQUISA POR AMOSTRA DE DOMICILIOS. Santa Catarina, IBGE, 1995.
- PERRUSI, Artur. *Toda loucura será castigada: um estudo sobre a representação social da doença mental entre psiquiatras do recife - Dissertação de Mestrado em Sociologia*. Recife, UFPE, 1992.
- PIAZZA, Walter. Nova Trento , 1950, Florianópolis. Edição Comemorativa dos 75 anos de aniversário da colonização italiana, 1875-1950, 1950.
- _____. A colonização de Santa Catarina. Florianópolis: Lunardelli, 3ª edição, 1994.

- PITT-RIVERS, J. Honra e posição social. In: *Honra e Vergonha - Valores das Sociedades Mediterrâneas*. Org. PERISTIANY, J. G. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. 2ª. edição, 1988.
- PNAD. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, v.14, n.5,1990
- PORTO e SIQUEIRA. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. *Cadernos de Sociologia*. Porto Alegre: PPGS/ UFRGS, v.6, p. 76-88, 1994.
- PRODEM. Programa de desenvolvimento municipal - Nova Trento, 1997.
- QUIVY, Raymond, et alii. *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva,1992
- REVISTA MULHERES LATINO AMERICANAS EM DADOS- FLACSO . Ministério de Asuntos Sociales. Instituto de La Mujer. (cord.) VALDES Teresa, GOMARIZ Enrique, 1993.
- SAFFIOTI, H. As influências do pós - modernismo nas teorias feministas. texto apresentado no Congresso da Associação Latino Americana de Sociologia. SÃO PAULO: USP, set.1997.
- SARDENBERG, C. M. De sangrias, tabus e poderes: a menstruação numa perspectiva sócio - antropológica. In: *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, v.2, n.2, 1994.
- SÁ, C. P. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: *O Conhecimento no Cotidiano : as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. Mary Jane Spink (Org.). São Paulo: Brasiliense - 1995.
- SATO, Leny. O conhecimento do trabalhador e a teoria das representações sociais. In: *Sofrimento Psíquico nas Organizações Saúde Mental e Trabalho*. CODO Wanderley, SAMPAIO C. J. José (orgs). Rio de Janeiro: Petrópolis, Vozes, 1995.
- STOLLER, R. Uma introdução à identidade de gênero. In: *Masculinidade e Feminilidade Apresentações de Gênero*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- ROWBOTHAM, Sheila. *Lo Malo del "patriarcado"*. In: *Historia popular y teoria socialista*. Samuel, R. (ed.). Barcelona: Crítica, p248-56, 1984.
- SAFFIOTI, H. A . *Mulher na sociedade de classes*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- _____. *Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher*. São Paulo: Hucitec, 1981.

- _____. *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- _____. *O Poder do Macho*. São Paulo: Moderna, 2ª edição, 1987.
- _____; FERRANTE U.L.S.B. Famílias rurais no estado de São Paulo: algumas dimensões da vida feminina. In: *Trabalhadoras do Brasil*. Cristina Bruschini e Fúlvia Rosemberg (org.). São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. Rearticulando gênero e classe social. In: *Uma Questão de Gênero*. Albertina de Oliveira Costa e Cristina Bruschini, (org.), São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. O trabalho da mulher em um contexto altamente informatizado: análise das mudanças tecnológicas e nas relações de trabalho e suas implicações nas qualificações requeridas. Texto apresentado no *XIX Encontro Anual da ANPOCS - GT. Educação e Sociedade*, Caxambu, 17 a 21 de outubro de 1995.
- _____. Feminização do trabalho bancário. In: *Novos Olhares. Mulheres e Relações de Gênero no Brasil*. (orgs) BRUSCHINI C. e SORJ B, São Paulo: Marco Zero, Fundação Carlos Chagas, 1994.
- SCAVONE, L. et alli. Contracepção, controle demográfico e desigualdades sociais: análise comparativa franco - brasileira. In: *Revista Estudos Feminista*, v.2, n.2, R. J. 1994.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre: v.16, n.2, p. 5-22, jul./dez.1990.
- _____. "A mulher trabalhadora". In: *História das mulheres*, Séc. XIX. Org. Georges Duby e Michelle Perrot, sob a direção de Arlete Farge e Natalie Zemon Davis, São Paulo: Afrontamento, Ebradil, v.3, 1994.
- STOLCKE, V. et Alli. Trabalho e dominação. *Estudos CEBRAP*, n°26, São Paulo: Vozes, 1980.
- SENNA, Dulce Maria. A mulher em particular. In: *Isto é Trabalho de Gente? Vida Doença e Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- SELIGMANN, Silva. *Desgaste mental no trabalho dominado*. São Paulo: Cortez, UFRJ, 1994.

- SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim*. Um estudo do desenvolvimento econômico. (dissertação de mestrado apresentada ao P.P.G.A.S. do Museu Nacional da UFRJ. Rio de Janeiro-Mineo, 1982.
- SILVA, J. Graciano da. (coord.) *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec 1978.
- Souza Cruz, Perfil/Profile. *Dados relativos a/Figures Related to*, 1992.
- STROHSSCHOEN, A. M. Comunicação dependência e dominação: o caso do fumo no Rio Grande do Sul. Universidade de Viçosa, 1994.
- STOLKE, Verena. Sexo está para gênero, assim como Raça para Etnicidade? Estudos Afro-asiáticos. *Cadernos Cândido Mendes*, nº 20, 1991.
- _____. A família que não é sagrada. In: *Colcha de Retalhos*. Org. Antônio Augusto Arantes, et. Alii. São Paulo: Unicamp, 1994.
- _____. *Mulheres e trabalho*. Rio de Janeiro: Vozes, nº 26, 1980.
- TAMANINI, Marlene. Saúde doença na interação entre gênero e trabalho: um estudo das representações das empregadas domésticas. *Dissertação de mestrado - UFSC - 1997*.
- VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo: uma história de higiene corporal*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Roteiro de questões

Dados para perfil:

Nome,

Idade

Estado civil

Escolaridade

Religião

Filhos

Previdência

Origem da terra (herança, marido)

Há quanto tempo planta fumo? Ou quanto tempo plantou fumo?

Que idade tinha quando começou a plantar fumo?

O que fazia antes de plantar fumo?

1- Na sua opinião como é ser mulher?

Na sua opinião, como é ser mulher plantadora de fumo? (como é o dia, os horários, as tarefas, como administra a casa, os filhos, marido, há divisão de tarefas? Quem pensa as coisas na casa? O que você faz para dar conta do seu dia a dia ?

2-O que significa ir para a roça e pensar nas coisas da casa? É diferente ser mulher e ser homem, plantador de fumo? Existem tarefas diferentes para um e para outro?

3- O que mudou na sua vida com o plantio do fumo? Que tipo de coisa da para fazer com o dinheiro da safra? O que você faria se não plantasse fumo? Se você tivesse outra oportunidade continuaria a plantar fumo?

4- Plantar fumo alimenta alguma esperança? Quais são seus planos para o futuro?

É diferente ser agricultora, plantadora de fumo e plantar outro tipo de produto? (fumo dá mais dinheiro status?)

5- Como você se sente no início da safra? Como você se sente no final da safra? Quando você se sente mais feliz?

6- Você tem filhos que trabalham no fumo? Quantos homens e quantas mulheres? Na sua opinião, para quem é mais pesado ? Por que?

7- Você alguma vez teve preferência pelo sexo dos filhos? O que a senhora pensa em relação ao número de filhos que teve? Muitos? Poucos? Os filhos foram planejados? Quem planejou? Quem cuida dos filhos no dia a dia? E na doença? O homem e a mulher tem as mesmas preocupações em relação aos filhos?

8- Na sua opinião tem diferença no comportamento sexual dos homens e das mulheres? Onde está a diferença? Como é sua vida sexual? Você é feliz? Foi feliz?

9- Na sua opinião, como quem não planta fumo vê o plantador de fumo? Você se sente proprietária de sua terra, quando planta fumo? O que mudou nos últimos anos para os plantadores de fumo, em relação aos primeiros plantadores? Porque a Souza Cruz veio para Nova Trento? O que você pensa da Souza Cruz? Qual o papel do instrutor? Ela provocou mudança na sua vida e de sua família? Em algum momento o plantador de fumo é valorizado? Quando? Você acha justo que a Souza Cruz, use a terra do agricultor para plantar? Você se sente controlada de algum modo pela Souza Cruz?

10- Existe diferença entre ser mulher da roça e da cidade? Onde está a diferença? Quem tem mais valor e porque? Você se sente diferente da mulher da cidade?

11- Você já teve algum problema de saúde relacionado ao trabalho?

12- Quais são seus planos para o futuro?